

JULHO  
DEZEMBRO  
2017  
ISSN 1519-4906

**LÍNGUAS**

**e**

**INSTRUMENTOS  
LINGÜÍSTICOS**

Línguas e instrumentos lingüísticos 40 / Campinas: CNPq –  
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2017;  
Unicamp, 1997-2017

Semestral.

ISSN 1519-4906

1. Linguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos 3.  
Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade  
Estadual de Campinas

CDD – 410.05  
– 412.05  
– 900

Copyright © 2017 dos Autores para efeito desta edição e posteriores. Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa para o Projeto História das Idéias Lingüísticas e Editora RG.

**Todos os direitos reservados.**

O uso, a reprodução, a apropriação, o estoque em sistema de banco de dados ou processo similar, por meio eletrônico, por fotocópia, gravação ou processo de qualquer natureza (inclusive a partir do site [www.revistalinguas.com](http://www.revistalinguas.com)), está condicionado à expressa permissão do Projeto História das Idéias Lingüísticas.

*Coordenação editorial:* Editora RG

*Diagramação:* Anderson Braga do Carmo, Danilo Ricardo de Oliveira, Fábio Bastos, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

*Editoração eletrônica:* Fábio Bastos

*Capa:* Fábio Bastos, sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

*Revisão:* Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Idéias Lingüísticas

Editora RG

Fone: 19 3289.1864

[rg-e@uol.com.br](mailto:rg-e@uol.com.br)

Edição eletrônica: [www.revistalinguas.com](http://www.revistalinguas.com)

2017

Impresso no Brasil

nº 40

# LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS  
LINGÜÍSTICOS



2017

## LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

**Edição:** Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil  
Editora RG

**Diretores/Editores:** Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

**Comitê Editorial:** Ana Maria Di Renzo (Unemat), Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Débora Massmann (Univás), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp), Elvira Narvaja de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Unicamp), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Marlon Leal Rodrigues (UEMS), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França) e Taisir Mahmudo Karim (Unemat)

**Comitê de Redação:** Claudia Reis, Cristiane Dias e Sheila Elias de Oliveira

**Secretaria de Redação:** Anderson Braga do Carmo, Danilo Ricardo de Oliveira, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

**Revisão dos artigos:** Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano do fascículo: julho a dezembro 2017

**Periodicidade de circulação:** semestral

**ISSN:** 1519-4906

**Número sequencial de páginas:** a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número sete até o final.

## SUMÁRIO

**Apresentação**..... 7

**A cientificidade da linguística inatingível**

*Mariana Garcia de Castro Alves*..... 9

**A fonte que não quer ser identificada na enunciação jornalística**

*Neuza Zattar* ..... 49

**A mulher no idioma: efeitos de silenciamento e resistência**

*Dantielli Assumpção Garcia* ..... 69

**A significação paradoxal: oposição ou prolongamento da significação doxal? A hipótese do cubo argumentativo**

*Julio Cesar Machado*..... 89

**Dicionário de gírias: estreitamento e percepção do capital cultural e do habitus linguístico a partir da relação com os dicionários de Língua Portuguesa**

*Samuel Vicente Basso Cibils e Ana Maria Bueno Accorsi*..... 139

**Corpo e sujeito no discurso da Engenharia Genética**

*Paula Chiaretti* ..... 151

---

## CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

**Variação léxico-semântica e agrupamento lexical do item *cambalhota* no Atlas Léxico-Sonoro do Pará (ALESPA)**

*Abdelhak Razky, Diego Coimbra e Eliane Costa* ..... 167

---

## RESENHA

**DIAS, C. (2018). *Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores, 202pp.**

*Mariana Garcia de Castro Alves*..... 187



## APRESENTAÇÃO

---

A edição 40 da *Revista Línguas e Instrumentos Linguístico* é composta por cinco artigos na Seção Aberta, um artigo na Seção Crônicas e Controvérsias e um artigo na Seção Resenha.

Em “A cientificidade da linguística inatingível”, Mariana Garcia de Castro Alves analisa a questão sobre a cientificidade da linguística na obra *A língua inatingível: o discurso na história da linguística* de Françoise Gadet e Michel Pêcheux (1981). Para tanto, a autora mobiliza a história das ideias linguísticas tal como proposta por Auroux (1992, 2008, entre outros) e configura o horizonte de retrospecto e de projeção. O horizonte de retrospecto é construído a partir de uma ferramenta digital que elabora uma rede de nós e arestas capaz de mostrar as relações feitas por Gadet e Pêcheux entre autores, obras, datas, conceitos e acontecimentos na referida obra. A autora mostra então como a noção de cientificidade da análise de discurso se transforma até a publicação de *A língua inatingível*.

Em “A fonte que não quer ser identificada na enunciação jornalística” Neuza Zattar analisa como o enunciado *disse a fonte que não quis ser identificada* funciona em recortes de textos jornalísticos eletrônicos. Situado na perspectiva enunciativa proposta por Eduardo Guimarães (2005, 2011), Zattar mostra que as fontes não identificadas são ditas pelo Locutor enquanto agenciado como locutor-jornalista, relação enunciativa que se desenvolve em um acontecimento enunciativo anterior até a sua incorporação no texto jornalístico.

Em “A mulher no idioma: efeitos de silenciamento e resistência”, Dantielli Assumpção Garcia analisa, numa articulação entre a análise de discurso e a história das ideias linguísticas, como dicionários do século XVIII ao XX definem “homem” e “mulher”. A autora mostra que, enquanto a “mulher” é significada como ser pertencente ao lar, espaço do privado, o “homem” é significado enquanto ser pertencente à rua, espaço do público. Assumpção Garcia mostra também como o movimento *Marcha das Vadias* produz sentidos que desestabilizam os sentidos para “homem” e “mulher” nos dicionários.

Em “A significação paradoxal: oposição ou prolongamento da significação doxal? A hipótese do cubo argumentativo” Julio Cesar

Machado apresenta a hipótese do cubo argumentativo para tratar a problemática do paradoxo no interior da semântica argumentativa desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot. Para averiguar o alcance de sua hipótese, Machado analisa a expressão *vivo-morto*.

Em “Dicionário de gírias: estreitamento e percepção do capital cultural e do habitus linguístico a partir da relação com os dicionários de Língua Portuguesa”, Samuel Vicente Basso Cibils e Ana Maria Bueno Accorsi analisam o aspecto sociológico do uso de gírias entre jovens internos de uma instituição socioeducativa baseados na teoria de Pierre Bordieu (1996, 2012, entre outros) sobre o capital cultural e o habitus linguístico. Os resultados da pesquisa dos autores são produzidos a partir da análise dos relatórios de oficinas de confecção de um dicionário de gírias ministradas para os jovens internos.

Na Seção Crônicas e Controvérsias, o artigo “Variação léxico-semântica e agrupamento lexical do item cambalhota no Atlas Léxico-Sonoro do Pará (ALESPA)” Abdelhak Razky, Diego Coimbra e Eliane Costa apresentam os resultados de um levantamento das variantes de cambalhota no estado do Pará. Analisados a partir da perspectiva geossociolinguística, os autores mostram que a variabilidade é menor se considerado os fatores diageracional e diagenérico e maior quando considerado o fator diatópico.

Na Seção Resenha desta edição Mariana Garcia de Castro Alves apresenta o livro *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo* de Cristiane Dias. A autora Mariana Garcia de Castro Alves mostra que a obra de Dias contribui para a compreensão do silêncio discursivo tal como proposto primeiramente por Orlandi (1992) ao relacionar a dimensão técnica do silêncio com a noção de circulação eo mostrar as falhas dessa dimensão técnica.

Com mais essa edição, a *Revista Línguas e Instrumentos Linguística* espera continuar contribuindo para a divulgação de artigos científicos sobre o funcionamento da linguagem em diferentes perspectivas.

*Os Editores*

# A CIENTIFICIDADE DA LINGUÍSTICA INATINGÍVEL

Mariana Garcia de Castro Alves\*

**Resumo:** *O objetivo é compreender como e por que a cientificidade da linguística é questionada em “A língua inatingível: o discurso na história da linguística” (1981), de Gadet e Pêcheux. A proposta é entender como reflexões de Auroux podem ser trabalhadas na leitura dessa obra. Para tanto, é construído um grafo, uma rede digital, que descreve o horizonte de retrospecção do livro. Na medida em que a história das ideias teria mais a ver com epistemologia que com historiografia – ou seja, conforme Auroux, além de descrever, seria necessário explicar – é feita uma reflexão sobre a estranheza do texto de Gadet e Pêcheux que, eminentemente epistemológico, coloca-se como interior e, ao mesmo tempo, exterior ao domínio em questão. Ao analisar a obra, verificamos aproximações e distanciamentos das posições de Auroux e dos autores. A compreensão de tais movimentações contribui para possíveis encontros da análise do discurso com a história das ideias linguísticas.*

**Abstract:** *The aim is to understand how and why the scientificity of linguistics is questioned in Gadet and Pêcheux's “A língua inatingível: o discurso na história da linguística” (1981). The proposal is to understand how Auroux's reflections can elucidate this work. To do so, a graph is constructed, a digital network, which describes the retrospective horizon of the authors' book. Understanding that the history of ideas has more to do with epistemology than with historiography - in addition to describe it would be necessary to explain, according to Auroux – the strangeness of the text, due to its epistemological character, as interior and at the same time as external to the scientific field, will be thought. There are approximations and distances between the Auroux's positions and the authors' positions. The understanding of such movements contributes to possible encounters of discourse analysis and the history of linguistic ideas.*

*Rien peut-être ne viendra effacer l'étrangeté du texte épistémologique. (AUROUX, 1975, p. 320)*

Se todo arquivo que trata de um campo intelectual específico traz em seu discurso certa ideia do que seja ciência, suas determinações, objetos, limites etc., trabalhar com a história da linguística é lidar com suas fronteiras, num discurso eminentemente epistemológico.

Este trabalho inscreve-se no campo da história das ideias linguísticas, a partir da perspectiva de Auroux, e busca entender o modo como Françoise Gadet e Michel Pêcheux realizam a sua história em “A língua inatingível: o discurso na história da linguística” (1981).

Entre a história das ideias linguísticas (HIL) e a análise do discurso (AD), o objetivo é ler Gadet e Pêcheux pelas lentes de Auroux em um ponto principal: a cientificidade da linguística. A busca é compreender o estatuto da cientificidade nos estudos de linguagem e das línguas para Auroux e como essa questão é vista em “A língua inatingível”. Entretanto, aqui, ler essa obra de Gadet e Pêcheux com as questões postas por Auroux será também ler este último com as perguntas colocadas pelos dois primeiros.

Inicialmente, apresentaremos a abordagem de Auroux acerca do científico e do epistemológico, especificamente quando se trata de fazer história das ideias de linguagem. Para o autor, o conhecimento do horizonte de retrospectão (AUROUX, 2008, p.141) de uma obra é algo fundamental para sua compreensão, assim como o conhecimento da produção anterior e posterior dos autores para a localização do texto na história das ideias.

Após uma breve incursão às suas concepções, enfrentaremos o problema de pensar, com suas categorias, um texto que tem perspectiva diversa no que diz respeito à ciência e, por consequência, ao modo de fazer a história de uma noção, no caso, o discurso. Ao tentar seguir os passos indicados por Auroux, exporemos um horizonte de retrospectão de “A língua inatingível”, elaborado digitalmente, e tentaremos interpretar a obra a partir de textos anteriores e posteriores dos autores.

A leitura dos trabalhos de Gadet e Pêcheux, principalmente deste último, apontará que sua noção de ciência não é estanque: transforma-

se no decorrer do tempo, ao se tornar mais permeável a uma visão mais “continuista” da história, algo que tem consequência direta em sua perspectiva de cientificidade. A reflexão sobre a língua (alíngua, na tradução do termo “lalangue”) ganhará destaque nessa problematização, por ser um momento crucial em que os autores lançam-se com vigor na escansão dos limites da linguística.

Nessa busca, encontraremos um lugar arenoso em que diferentes reflexões escapam umas das outras, resistindo a categorizações que tentem prender totalidades de sentido nas representações teóricas. Assim, “A língua inatingível”, por seus pressupostos, escorrega entre as categorias de Auroux, autor sem o qual, entretanto, não poderíamos ter ciência de um contínuo não se escrever, tese e efeito do texto do qual fazemos objeto aqui, como veremos.

### **1. Auroux e rede de retrospectão**

Olhar “A língua inatingível”, de Gadet e Pêcheux, com as lentes (do latim *legens,-entis*, o que lê) de Auroux, requer, de início, que tomemos o instrumento de leitura desse último e que tentemos compreender de que modo as luzes são por ele refratadas. Assim, a primeira parte desse artigo será dedicada a apresentar as linhas mestras da abordagem histórica e científica de Auroux e, de pronto, a apresentar um “instrumento” digital de leitura que pode com essa abordagem dialogar.

Para Auroux, a ciência apresenta-se como ambígua. Segundo o autor, “as ciências são, antes de tudo, fenômenos sociais que podem ser apreendidos a partir de três componentes” (AUROUX, 1995): o teórico, o sociológico e o prático. O primeiro comportaria um conjunto de conhecimentos, conceitos e protocolos experimentais a produzir novos conhecimentos. O segundo levaria em conta a organização social em que os homens a produzem. Por sua vez, o terceiro componente, prático, relacionar-se-ia ao “conjunto de interesses que fazem que uma sociedade leve a tal ou qual direção a produção de conhecimento científico” (AUROUX, 1995). Assim, o caráter ambíguo da ciência, nesse complexo, torná-la-ia desinteressada e interessada, ao mesmo tempo. Nesse sentido, Auroux (1995) afirma que se, de um lado, a palavra “ciência” serviria para designar a verdade, como forma mais alta de saber e de conhecimento, de outro

remeteria a instituições, financiamentos e desenvolvimentos de produção “bem identificáveis”. Aqui, a essência do desenvolvimento do conhecimento, em sua forma “superior”, é contraposta a um reflexo de demandas institucionais, em sua forma “inferior”.

No que diz respeito às “ciências da linguagem”, de acordo Auroux, a cientificidade pode ser tanto o conhecimento positivo das línguas (AUROUX, 1998, p.13), cujos critérios são normativos e próximos dos critérios das ciências da natureza, quanto a cientificidade das “ciências da linguagem” (AUROUX, 1998, p.26, nota 6), ou seja, uma cientificidade caracterizada por abordagens heterogêneas e múltiplas que abrangeriam especificidades não universais. Pela perspectiva do pesquisador, a discussão é se existiriam ou não propriedades válidas para todas as línguas. Na inexistência desses universais, as ciências da linguagem não poderiam ser definidas do mesmo modo que as ciências da natureza, como a física (AUROUX, 1998, p.356). A linguística – uma disciplina universitária chamada também de gramática histórica e comparada, que, no século XIX, referia-se ao estudo das relações genéticas entre as línguas – teria passado a designar o conjunto das ciências da linguagem, inclusive a gramática, o que lhe daria um sentido normativo e positivo, com caráter próximo das ciências duras. Justamente por questionar tal concepção no que se refere à linguagem humana, Auroux utiliza a expressão “ciências da linguagem” em vez de “linguística” (AUROUX, 1998, p.26, nota 6).

A concepção de história de Auroux é cumulativa, ou seja, formada em longo prazo. Nas humanas, por exemplo, um “novo” saber não seria apenas uma adição. Como um quebra-cabeça, uma peça encaixada de modo diverso mudaria todo o conjunto. Assim, se peças desorganizam algumas relações, haveria outras que ainda estariam lá.

Em contraposição a Kuhn, nunca estaríamos fora da “ciência normal”, de acordo com Auroux. A gramatização, ao representar um movimento social a longo termo, seria prova cabal disso. Em “A revolução tecnológica da gramatização” (1992), o autor analisa como se deu o processo de gramatização dos vernáculos, acompanhado pela recusa da gramática latina, algo ocorrido tardiamente, apenas no século XVI. Auroux sustenta que esse processo teria sido relativo a um longo período, do século V ao XIX, em que se daria uma

revolução, só concluída no século XX. A descrição desse processo que se dá em longuíssimo prazo é mostra de como o autor concebe a história: a partir de uma visão de longo termo, mais próxima de Tocqueville – que vê a Revolução Francesa apenas como precipitação de algo que já estava presente socialmente – que de Kuhn, que privilegia cortes ao entender a revolução nas ciências como ruptura de um estado normal para outro “incomensurável com o precedente” (AUROUX, 1992, p.57). O descontínuísmo de Foucault<sup>1</sup> também entraria em choque com a concepção continuísta de Auroux (AUROUX, 1992, p.83).

Por reconhecer o longo prazo na história, Auroux denomina “horizonte de retrospectção” o conjunto de conhecimentos antecedentes ao ato do saber, isto é, anteriores à produção do conhecimento. Desse conjunto, podem fazer parte “conhecimentos comuns” ou “indexados” por autores e datas. Esse horizonte daria a espessura temporal de todo conhecimento, na medida em que seria “necessário tempo para saber” (AUROUX, 2008, p.141). Por sua vez, o horizonte de projeção seriam os momentos do arquivo nos quais um futuro é projetado.

A rede seria a forma pela qual esse processo de longo termo funcionaria. Ao tratar da gramatização das línguas neolatinas na Europa, Auroux versa sobre a criação de uma “rede homogênea de comunicação” (AUROUX, 1992, p.35), pois, mesmo quando a gramática latina não tenha sido fonte para a gramatização de determinada língua, “a gramatização (a base do latim) de um vernáculo europeu pode igualmente servir de partida para uma outra língua e lhe transmitir sua “latinidade”” (AUROUX, 1992, p.44). Em vez da imagem da árvore, pela qual os enciclopedistas franceses procuravam o que era comum em todas as línguas – e encontravam muitos galhos quebrados frente às propriedades relativamente independentes nas estruturas das línguas (AUROUX, 1992, p.90) – Auroux afirma subscrever a noção de Bruno Latour, “segundo a qual a tecnociência possui uma estrutura de rede” e “as ciências da linguagem, no período que nos interessa, constituem, em nosso ver, uma confirmação empírica desta tese” (AUROUX, 2008, p.59, nota 1).

Conforme a movimentação histórica dessas redes, o trabalho do historiador não seria apenas de estabelecer semelhanças, entre uma teoria adotada em um período B e um “precursor” de um período anterior A, mas explicar se haveria ou não uma linha causal entre os dois (AUROUX, 2008, p.138).

Ao partir da perspectiva de Auroux e de sua indicação sobre Latour – autor que problematiza a leitura de redes – elaboramos uma rede digital com o programa usado por Latour e seu grupo (LATOURE *et al.*, 2012) com a finalidade de construir, com recursos informáticos, o horizonte de retrospectão de “A língua inatingível”. Tivemos como resultado uma rede de nós (termos que incluem autores, revistas, ideias, datas, acontecimentos...) cujas ligações tentam abranger as relações que Gadet e Pêcheux fazem no texto entre esses autores, datas, eventos..., de acordo com nossa leitura. Realizado com o programa livre *Gephi*, o grafo foi gerado com a inserção manual de 624 nós e 917 arestas.

A primeira constatação foi a extensão do horizonte de retrospectão do texto, que remete a debates antigos, no longo período de tempo – de Aristóteles às gramáticas da Idade Média e a de Port-Royal, por exemplo. Ao possibilitar caminhos pelos nós contraditórios da história, pensou-se o grafo, então, como um horizonte de retrospectão, que é, para Auroux, uma conformação específica da temporalidade, um modo de recorte do passado, uma maneira de retomar objetos antes esquecidos, de substituí-los ou mudá-los, em um jogo entre memória e esquecimento (MORAES, 2016). Por isso, a despeito de Auroux afirmar que seriam relações causais (AUROUX, 2008, p.138), não foi posta orientação nas arestas, ou seja, não determinamos setas de um nó a outro, para evitar uma leitura estritamente cronológica. Como observa Auroux, “os conhecimentos – enfim as ideias – não são acontecimentos e, por conseguinte, não têm datas; são os eventuais aparecimentos que têm” (AUROUX, 2006, p.137 *apud* MORAES, 2016). A reversibilidade foi mantida também para guardar um efeito do próprio texto de Gadet e Pêcheux, mais afeito a contingências que a causalidades, como veremos mais à frente. Além do horizonte de retrospectão, o horizonte de projeção também foi contemplado no grafo, aparecendo no texto, por exemplo, em: “a releitura de

Wittgenstein constitui um desafio importante” (GADET; PÊCHEUX. 2004, p.125, nota 3) e a importância de Foucault ser estudado pelo marxismo: “O impressionante trabalho histórico e filosófico desse autor, que deliberadamente desenvolveu-se ao largo do pensamento marxista, traz para o interior deste último uma reação da qual é urgente saber tirar partido. O marxismo só tem a ganhar um pouco de clareza na sua própria crise” (GADET; PÊCHEUX. 2004, p.39, nota 6).

Além da constatação de um horizonte de retrospectão bastante ampliado no texto de Gadet e Pêcheux, pudemos notar que, com a ajuda dessa ferramenta tecnológica, os inúmeros caminhos gerados suplantaram em muito nossa capacidade individual de memorização. Ao navegar no grafo, localizamos ligações não pensadas numa primeira leitura, como, por exemplo, a relação entre “Spielberg” e “Stalin”, como sendo a do “mito da língua universal”. Outra ilustração, por exemplo, seria flunar do nó “Aristóteles”: posso ir a “analogia”, de onde vou a “racionalismo”, que é ligado a “razão louca”... E já estou do outro lado do grafo. De “razão louca” posso pegar o caminho de “língua ideal”, mas resolvo seguir o percurso da “loucura”, esse que me leva, por exemplo, a “Khlebnikov”. Uma relação entre Aristóteles e o poeta russo não aparece no livro de modo direto, mas faz parte de determinada leitura, a nossa, que, vista por meio do grafo, mostra um resultado não previsto, ou “não consciente”<sup>2</sup>.

Outro aspecto de destaque é a possibilidade de, por meio dos algoritmos<sup>3</sup>, verificar quais termos fazem mais relações diretas com outros e quais termos, embora não façam tantas ligações diretas com outros, são caminho obrigatório para outros. Embora Chomsky tenha nó maior e crie ao redor de si uma teia de conexões – apresentando muitas conexões diretas –, Saussure e Milner aparecem com nós de tamanho considerável, visto serem pontos obrigatórios de passagem, ou seja, são referências fundamentais na tessitura de todo o texto. Vê-se assim, novamente, que a maior parte dos resultados, como esse da centralidade de Saussure e Milner, não foi totalmente prevista antes da inserção dos dados.

Consideramos que esse efeito de visualizar relações não previstas está relacionado aos instrumentos e à materialidade da representação

com a qual a história das ideias linguísticas, pela perspectiva de Auroux, procura lidar:

Uma representação é reflexiva. Ela é a representação de si mesma muito antes de ser a representação de algo: a primeira vista, sabe-se que se sabe aquilo que se sabe. Evidente, às vezes não é absurdo dizer que se sabia, mas que não se sabia o que se sabia. [...] O fato da representação ser reflexiva não impede que ela possa ser inconsciente, contrariamente ao que sustentava a filosofia clássica. Isso tem a ver com o fato das representações serem realidades materiais (AUROUX, 2008, p.126).

Tal como os livros, as calculadoras, as bibliotecas e os dicionários, o grafo torna-se, assim, uma “externalidade cognitiva”, um instrumento por meio do qual são ultrapassadas as capacidades individuais e elucidadas as representações contemporâneas. Segundo Auroux, para quem o inconsciente e a história são encontrados nessas tecnologias, a ciência é uma representação cuja explicação reside justamente nas externalidades:

Em outros termos, se quero explicar em que consiste a aptidão aritmética de um indivíduo, não vou simplesmente procurar na sua atividade cognitiva individual (que poderia eventualmente comportar elementos inatos), deverei passar pelo estudo de uma construção progressiva, geração após geração, de objetos externos (sistemas de notações, protocolos gráficos, instrumentos como redes de pesca, ábacos, etc.). Tenho imediatamente contato com objetos históricos. [...] *Nem toda representação pertence ao domínio da “ciência”* (AUROUX, 2008, p.125-126).<sup>4</sup>

Assim, diante de sua capacidade de deslocar uma leitura individual ao materializar os limites do consciente, pode-se dizer que grafos sejam uma ferramenta produtiva na compreensão do externalismo de Auroux.

Em resumo, até aqui vimos que a possibilidade do grafo digital dialogar com o campo da HIL está calcada em três motivos principais: a facilidade na visualização dos horizontes de retrospecto e projeção; o efeito de que, ao navegar pela rede, o leitor relaciona os nós, “esquecendo” noções clássicas de precursor e de acontecimentos em linha, cronologicamente marcados pelo positivismo; e a materialização de uma ferramenta tecnológica que representa condições de produção do saber, em sua forma “não consciente”, ao contribuir para uma perspectiva externalista.

A despeito das possibilidades acima apresentadas, ressaltamos o problema da formalização quando tratamos da rede, vista de outra perspectiva. Se, para Auroux, a representação encontra lugar fundamental enquanto modo de externalidade da ciência, para outra filiação teórica a representação é tomada de maneira um pouco distinta. Por exemplo, para a psicanálise, na medida em que o real não é representável, qualquer formalização, enquanto forma do discernível, é lugar em que se põe o problema do sentido, visto que no enodamento entre Real, Simbólico e Imaginário há uma diferença entre os círculos. O grafo, assim como as línguas, não dizem tudo. Fazem um corte no real, dizendo muito menos (ou muito mais) do que o representável. Eis aí o equívoco como determinante do sentido. E também da linguística que, segundo Milner, seria um discurso ordenado apenas por S, pelo Simbólico, ou seja, pelos discerníveis (MILNER, 2006, p.27-28).

É sob esse ponto de vista que considerar o grafo uma forma pedagógica eficaz, sem falhas, é correr o risco de contornar o “fato estrutural da castração simbólica” (PÊCHEUX, 1999b, p.19). O próprio da língua e da significação, que é justamente o que escapa ao sujeito falante, seria residual se o grafo fosse visto como uma “representação” do livro de Gadet e Pêcheux, no sentido comum da palavra. Já a “representação” utilizada por Auroux seria, de certa maneira, diferente de seu sentido mais banal: antes de ser “representação de algo” seria uma “representação de si mesma” (AUROUX, 2008, p.126) e, assim, comportaria aspectos externos, que também escapariam aos sujeitos.

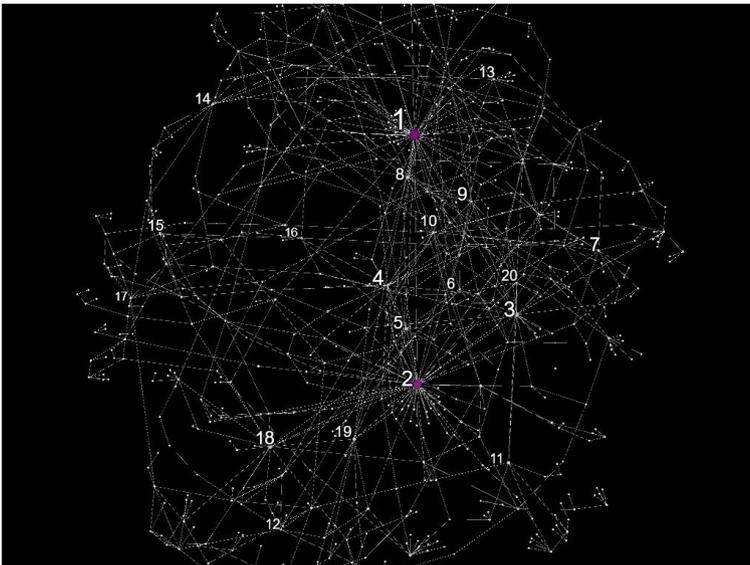
Sem entrar no mérito das nuances possíveis acerca do problema da representação para diferentes campos teóricos, aqui pensaremos o

grafo como uma ilustração de nossa leitura, leitura essa sujeita a falhas, uma representação de si mesma, a expor a decalagem entre o texto escrito dos autores e essa formalização pela rede.

Assim, para demonstrar uma forma de ler essa rede em suas falhas, faremos articulações que remetem à topografia do grafo (figura 1) buscando compreender a ideia de cientificidade dos autores.

O critério de identificação dos nós na figura 1 foi o apelo visual do resultado gerado. Assim, na análise a seguir, nem todos os elementos serão localizados. Entretanto, alguns deles, como Saussure (3), Milner (4), valor (7), língua ideal (15), loucura (17), por exemplo, por adquirirem mais conexões na figura, ganharão também no texto as marcas que os identificam.

Dessa maneira, problematizamos a leitura desse grafo<sup>5</sup>, que se aguenta num constante equívoco – assim como a própria língua, efeito de lalíngua, como veremos a seguir.



**Fig. 1:** Rede de retrospectação de “A língua inatingível”: 1-Chomsky; 2-Gadet&Pêcheux; 3- Saussure; 4- Milner; 5- Jakobson; 6- ferida narcísica; 7- valor; 8- judeu; 9- witz; 10- Círculo de Praga; 11- processo revolucionário; 12- formalistas russos; 13- Aristóteles; 14- racionalismo; 15- língua ideal; 16- impossível na ordem da língua; 17- loucura; 18- Stalin; 19- Lenin; 20-

*equivoco*. O grafo completo pode ser encontrado com possibilidade de navegação por “zoom” em: <https://marianalagarcia.wixsite.com/adigital>.

## 2. A impossível língua

O problema da cientificidade da linguística é visto em “A língua inatingível” a partir da *divisão* da língua. Tal *divisão* do objeto da linguística apontado por Gadet e Pêcheux nessa obra remete ao mito de Babel, cuja torre era construída por um grupo que se entendia, mas que passou a não se compreender quando o deus hebraico resolveu *dividir as línguas*, atrapalhando a construção, para que os homens se espalhassem sobre a terra. A divisão das línguas, do livro Gênesis, seria revivida no discurso da linguística por recalques. Segundo Gadet e Pêcheux:

Se o objeto da linguística consiste no duplo fato de que existe língua e de que existem línguas, é necessário pensar no momento de sua divisão que, aliás, é a imagem de Babel: o mito apresenta a divisão das línguas coincidindo com o começo do Estado, do direito, das ciências e do prazer sexual... logo, com o começo de um impossível retorno ao paraíso perdido, contemporâneo mesmo dessa perda. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 19)

Essa divisão das línguas apontada por Gadet e Pêcheux desaguaria no “destino” da linguística<sup>6</sup> de sempre desejar – sem nunca conseguir – curar uma “ferida narcísica” (*nó 6*) aberta pela divisão. Assim, retornaria à linguística, como recalcado, o desejo de resolver problemas de comunicação, buscando retirar seus entraves, em pesquisas que guardam como mito uma língua universal que reproduzisse uma Babel reencontrada (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 21).

Os autores dizem que “a língua materna é a fonte em que se nutre a linguística, e também sua mágoa” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 46). O simbólico – ao irromper no corpo da mãe com seus balbucios, sonorizações bilabiais, beijos, repetições e onomatopeias – encontra eco não apenas nos loucos pelas palavras, como poetas e escritores, mas também nas tentativas racionais de dominar o corpo do pensamento: “Razão louca, inscrevendo-se ora em um delírio privado,

ora na paranoia institucionalizada de um método científico” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 47). Partindo da língua materna, a crítica se dirige à língua ideal representada pelas línguas lógicas, a escritas artificiais e a derivas racionalistas de saber. Assim, a ciência e seu desejo pela língua ideal (*nó 15*), bem como, no início do século, o investimento na formação dos linguistas em sânscrito ou indo-europeu, seriam exemplos de como a linguística sempre havia tentado “se proteger das falhas das línguas naturais” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 47).

Essa loucura (*nó 17*) pela língua materna, da mãe mesma, seria a forma mais clara de lalíngua, termo usado por Lacan a partir da década de 1970 que é tomado por Gadet e Pêcheux na busca pela compreensão do que a linguística recalca, ou seja, do que ela esquece ao tratar da língua como sistema fechado, sem abertura para a história e para o inconsciente. Assim como o “não há relação sexual” de Lacan, o retorno àquele jorro de significantes, àquela comunicação do corpo da mãe, torna-se impossível em sua completude, após a divisão das línguas. Assim, não há comunicação, nem diálogo, mas efeitos de lalíngua que nos afetam. Efeitos que vão além do que qualquer enunciação é capaz e que se fazem no inconsciente, estruturado como linguagem, como um saber.

Alíngua é algo que se mama, é a parte materna e gozosa da língua [...] Poderíamos dizer que a língua materna, essa língua falada pela mãe, é a língua da pele, de tudo o que é relativo ao corpo: numa palavra, do gozo (NASIO)<sup>7</sup>

E mais:

Lalíngua é aquilo da língua materna que o sujeito recebe como aluvião, chuva, tormenta de significantes próprios àquela língua idiomática que se depositam para ele como material sonoro, ambíguo, equívoco, repleto de mal-entendidos, com diversos sentidos ao mesmo tempo, sem sentido [...] O gozo contido na lalíngua faz com que toda lalíngua (...) seja uma obscenidade (QUINET).<sup>8</sup>

Assim, ao ir além do que qualquer enunciação é capaz, o campo de lalíngua é aquele que nos faz repensar o próprio conceito de linguagem (BALDINI, 2012, p.4). Lalíngua é vista por Gadet e Pêcheux como a posição, em todos os instantes, dos equívocos em sua história, que não param de não se escrever. O impossível na ordem da língua (*nó 16*), levando em consideração a impossibilidade da relação sexual, conforme Lacan: “uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela. É o veio em que o real – o único, para o discurso analítico, a motivar seu resultado, o real de que não existe relação sexual – se depositou ao longo das eras”. Embora se procure o gozo, o equívoco (*nó 20*) está sempre presente, pois que “desde que o ser humano é falante, está ferrado, acabou-se essa coisa perfeita, harmoniosa, da copulação, aliás impossível de situar em qualquer lugar da natureza” (LACAN *apud* BALDINI, 2012, p. 4).

Para os autores, “inatingível” é a linguística que tenta sempre sair de si mesma sem conseguir, como se tal fosse sua predestinação. A crítica se volta à gramática gerativa de Chomsky (*nó 1*), com suas estruturas mentais inatas, de órgão mental, aliadas às “facilidades da lógica natural”: “A língua inatingível é a aparição no interior da linguística de um espaço lógico regulamentando as práticas dessa disciplina, levando o sujeito humano a se reconhecer nesse regulamento” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 168).

Os autores trabalham com uma cientificidade capaz de localizar os equívocos que continuamente se inscrevem na língua. Dedicam-se a compreender esses momentos de surdez na história da linguística, ou seja, onde o discurso, ligado ao inconsciente e à história, é esquecido. Inatingível a língua na medida em que se fecha em uma unidade imaginária, que não vê a diferença entre língua e discurso, que tenta recompor uma unidade lógica, que não suporta a divisão.

Portanto, Gadet e Pêcheux observam que a linguística, quando deixa o “real” da língua, fica surda. Essa surdez seria um sintoma recorrente na história da linguística e o empreendimento dos autores é justamente mostrar tal surdez. Dessa maneira, o objeto da linguística não deveria ser as línguas enquanto sistemas fechados, mas também

aquilo que não dizem. A cientificidade da disciplina é posta em questão no livro de Gadet e Pêcheux.

Assim, compreender o “real da língua”, recalcado pela linguística, seria tomar a língua como objeto próprio (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 20), um objeto diferente daquele do positivismo. Os autores tomam a questão do real da língua a partir de “O amor da língua”, de J.-C. Milner (2012). Conforme Gadet e Pêcheux, Milner (*nó 4*, que surge central no grafo) substitui o “falso debate metodológico” entre empirismo, que viria dos estoicos, com o primado às anomalias, e desembocaria na sociolinguística, e racionalismo (*nó 14*) que viria dos aristotélicos, com acento nas analogias, e chegaria ao logicismo na linguística, ao se concentrar em uma posição materialista:

Através de uma argumentação da qual retomaremos alguns elementos decisivos mais adiante, Milner afirma sua tese: “tudo não pode ser dito”; em outras palavras, toda língua é afetada por uma divisão (figurada pela distinção entre o correto e o incorreto), que se sustenta pela existência de um impossível, inscrito na própria ordem da língua [...] (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 32).

Materialista, pois real. Mas, que real? Segundo Baldini e Ribeiro, o real não tem sentido unívoco na AD (BALDINI e RIBEIRO, 2016, p. 166). Em “A língua inatingível”, o real é tomado como o impossível. Dessa maneira, a própria linguística só seria possível pelo impossível, pela língua que sustenta a língua, pelo dizer que é em si a própria impossibilidade de dizer tudo. O real não como realidade empírica do positivista, mas o real emprestado de Lacan, cuja natureza negativa é buscada numa determinada leitura de Saussure (*nó 3*): “o concreto com o qual a linguística trabalha, de natureza negativa (ver Saussure), é o efeito propriamente linguístico desse real” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 33, nota 4). Desse modo, ao tomarem de empréstimo Milner e a noção lacaniana de real, Gadet e Pêcheux buscam em Saussure a iluminação para o problema. De modo que, para tentarmos compreender melhor a perspectiva dos autores sobre cientificidade,

vejamos como (e se) Saussure representa uma ruptura científica na história do discurso na linguística, para os autores.

## 2.1 A questão das rupturas: Saussure

Para entender como Gadet e Pêcheux lidam com a concepção de mudança científica em “A língua inatingível”, observemos como a ideia de cientificidade é transformada no percurso da análise de discurso, chegando até essa obra. Nessa busca, abordaremos brevemente textos anteriores e posteriores, para que se compreenda o lugar desse livro na perspectiva do grupo de Pêcheux e Gadet. O foco estará voltado para a questão das rupturas, isto é, para a caracterização de ciência feita sobre pontos de vista opostos: como sendo uma prática que rompe com um estado precedente ou, pelo contrário, uma prática cumulativa, que traz sempre um passado, principalmente no que diz respeito às ciências humanas. O modo como Saussure é tomado, na história da linguística e no conjunto dos textos da análise de discurso, será posto em questão, bem como serão problematizados outros aspectos do tema, por exemplo, a utilização de “revolução” e a controversa afinidade com o mesmo termo usado por Kuhn. Sumariamente, a psicanálise também será objeto visto em movimento no percurso de Pêcheux até chegar a “A língua inatingível” como um campo de tensão frente à linguística, algo que também modifica a relação dos autores com a cientificidade da disciplina.

Do nosso ponto de vista, na trajetória de Pêcheux e seu grupo, ocorre uma abertura à ideia de continuidade no que se relaciona à noção de história da linguística, junto a um questionamento desse domínio como ciência positiva.

Em 1968, ao criticar as ciências sociais e a psicologia, Pêcheux, numa filiação althusseriana, entende ciência como “ciência da ideologia da qual se destaca”. Ou seja, a ideia – que já vinha de trabalho publicado em 1966 – era a de que, embora a ciência não fosse uma revolução permanente, haveria sempre em seu início um “corte epistemológico” constituído pelo descolamento da ideologia<sup>9</sup> que sustentaria tal ciência (PÊCHEUX, 1995).

No ano seguinte, em 1969, o “corte epistemológico”, representando descontinuidade, permanece. Em “Sobre a História das Ciências” (1971), publicado em francês em 1969, Pêcheux discute o

corte galileano em física e em biologia. No que diz respeito à linguística, em sua “Análise Automática do Discurso” (AAD -1969), aponta a importância de Saussure na ruptura que faz nascer esse domínio. Em 1971, a mesma noção de ruptura é repetida em um artigo publicado com Haroche e Henry, no qual afirmam ser Saussure o “corte epistemológico” a constituir a disciplina.

Em tal artigo, sustentam que a semântica não aparece em Saussure, ficando de fora do sistema, sendo necessária, então, uma “mudança de terreno”. Entretanto, destacam que a língua deveria continuar a ser tratada como uma realidade autônoma e que não deveria ceder lugar a outros domínios. Ou seja, nesse momento, além de permanecerem com a ideia de ruptura, ainda sustentam a cientificidade própria da linguística.

Entretanto, quatro anos mais tarde, em 1975, outra ideia, a de “corte continuado”, ocorre em “Semântica e discurso” (PÊCHEUX, 2009, p. 182). O “corte continuado” seria a impossibilidade de encontrar um “discurso científico” sem ligação com alguma ideologia. Ou seja, não haveria mais a ideia de uma ruptura realizada com a ideologia anterior, como no “corte epistemológico”, embora não fossem admitidas ideias de progressão, evolução ou continuidade.

Assim, em 1975, Pêcheux deixa claro seu desacordo com a “inovação nas mentalidades” proposta por Kuhn, ao destacar a relação da ciência com a história, sem partir do vazio de sentidos nem tampouco impedir o irromper de outras relações:

Ora, a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes, como o “bom lado” da história se oporia ao “mau lado”; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma “inovação nas mentalidades”, uma “criação da imaginação humana”, um “desarranjo dos hábitos do pensamento” etc. (cf. T.S. Kühn), mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica. (PÊCHEUX, 2009, p. 172)

A problemática da semântica é retomada na afirmação segundo a qual esta seria distinta da fonologia, da morfologia e da sintaxe, como Pêcheux já afirmara com Haroche e Henry em 1971. Mas, agora, em 1975, o fato de haver a relação direta da semântica com a realidade social, com a prática da língua e com o discurso faria a linguística ser questionada em seus limites. Isto é, a língua sob o ponto de vista de sua materialidade não poderia ser analisada totalmente fora da relação língua-sociedade, mantendo, todavia, uma “autonomia relativa”, que também encontraria seus limites. Assim, em “Semântica e discurso”, “a maneira pela qual a semântica “tem a ver” com a Linguística é a de constituir o ponto em que a autonomia relativa desta última se depara com seus limites (...)” (PÊCHEUX, 2009, p. 219).

Após seis anos, em 1981, com o livro que ora analisamos, a cientificidade da linguística não é assegurada com Saussure, como antes. Pelo contrário, Saussure vem relativizar a linguística como ciência. A língua, cortada por falhas, pelo equívoco, pelo que faz um segmento ser ele mesmo e outro (como na homossemia, na metáfora...) é vista como a relação entre o real e o equívoco. Essa relação teria se tornado visível com Saussure e suscitaria paradoxos. Desse modo, para Pecheux e Gadet de “A língua inatingível”, a ideia de ruptura da ciência deixa de fazer sentido quando falam de Saussure:

Pensar na revolução saussuriana como em algo que rompe, com certeza, com um passado realizado, é provavelmente a pior maneira de se representar o efeito Saussure. Saussure não resolve a contradição, invisível antes dele, que une a língua à alingua: ele a abre, tornando-a visível. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 63)

Conforme os autores, portanto, considerar Saussure como marco ou não da linguística é uma tomada de posição, visto que sua obra gera efeitos paradoxais, inclusive sobre a origem da disciplina. Ao colocarem o problema nesses termos, Gadet e Pêcheux valorizam a irrupção feita por Saussure, mas não no que se refere à arbitrariedade do signo ou ao valor como sendo apenas uma moeda de troca na

comunicação – como se houvesse uma rede estrutural equilibrada do plano linguístico, no qual cada elemento reagiria sobre todos, num retorno à positividade. Para os autores, o que faria irrupção seria a relação entre “o diurno e o noturno, entre a ciência e a poesia (ou até a loucura)” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 57). Algo que, completam, “só pode ser concebível retomando-se as duas faces da obra saussuriana sob o domínio do conceito de valor” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 57).

Assim, ao retomarem a leitura de Saussure feita por Benveniste, que diferencia o arbitrário absoluto – o signo no seu isolamento – do arbitrário relativo – o signo em relação com outros signos – Gadet e Pêcheux veem que Saussure supera a dicotomia do motivado e do imotivado ao dar primado à relação entre um signo com outro signo. Ao fazer isso, Saussure conceberia a língua como “rede de “diferenças sem termo positivo” (...) o não dito, o efeito *in absentia* da associação (...) efeito da alíngua” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 58). Conforme os autores, o real da língua é o valor (*nó 7*) como sustentação e ao mesmo tempo limitação do arbitrário (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 58).

A decorrência é que, para Saussure, o poético não é um “lugar de efeitos especiais” da linguagem, mas seria inerente a ela (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 58). De modo que, quando ciência e loucura são postas em polos opostos, esquece-se que a loucura e a poesia tocam o real da língua. Seria um saber pelo qual a linguística também tocaria seu real, por se encontrar com a história:

Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 64)

Retomando, para Gadet e Pêcheux, Saussure evidencia paradoxos que tendem ou a ser apropriados em sua negatividade pela teoria do valor (em um questionamento da linguística em seus limites), ou a

serem vistos na positividade do arbitrário do signo, deslizando para concepções positivas da comunicação. Assim, “qualquer apresentação da teoria saussuriana já seria um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas de cientificidade da linguística” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 56).

Nesse sentido, o posicionamento de Gadet e Pêcheux é não opor o diurno “claro e frio” Saussure do Curso ao noturno Saussure da “obscura loucura da decodificação” dos Anagramas (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 55). Conforme Puech, aliás, essa imagem de dois Saussures, um diurno e um noturno, difundida por Julia Kristeva (1968), faria parte de uma pluralização das figuras de Saussure sempre presente (PUECH, 2013, p. 4): o Saussure do Curso já teria sido o noturno, o teórico especulativo, oposto ao cristalino de *Mémoire*. Mais tarde, numa perspectiva inversa, o Saussure do Curso seria o diurno e, em oposição, seriam noturnos o Saussure dos Anagramas, ou o da correspondência com Flournoy ou o de *Légendes germaniques* (PUECH, 2013, p. 4).

Aproximando a ciência da poesia, da loucura e do equívoco, os autores fundamentam-se em Saussure, mas não como se este tivesse rompido de forma definitiva com sentidos anteriores. Se a linguística tivesse efetuado esse corte, não haveria risco de voltar a ele sem que isso fosse, em si, “um posicionamento e um partidarismo”. Em “Sobre a (Des-)construção das Teorias Linguísticas”, Pêcheux afirma que o rompimento feito por Saussure, com uma série de interrogações “pré-linguísticas sobre a origem da linguagem e suas determinações biológicas, lógicas, sócio-históricas ou filosóficas” (PÊCHEUX, 1999b, p. 9), nunca é efetuado. Contra a “proclamação triunfante de Benveniste” (PÊCHEUX, 1999b, p. 9), Pêcheux reitera que o “efeito-Saussure não constitui, em hipótese alguma, um ponto de não-retorno” (PÊCHEUX, 1999b, p. 9). Seria o ponto inaugural da Linguística que permaneceria evanescente, pois desde Saussure, a ciência linguística não teria parado de “se negar através de uma alternância de *diásporas* reais e de *reunificações* enganadoras” (PÊCHEUX, 1999b, p. 9). Por exemplo, a diáspora dos anos 1920 – do Círculo de Moscou até o Círculo de Praga (*nó 10*), depois Viena e Copenhague – e a reunificação enganadora dos anos 1950, em que, aparentemente, da escola americana de Bloomfield, ao distribucionalismo de Harris,

chegando até Chomsky e o estruturalismo do tipo francês, Saussure estava presente. Respondendo a Auroux, a ideia de rompimento realizado por Saussure parece, em Gadet e Pêcheux, ter mais a ver com o desvelamento de questões fundamentais que propriamente com descontinuidade histórica, apesar de sua inegável importância.

Em suma, entre o chamado “corte epistemológico” – que, para Pêcheux, em fim dos anos 1960, marcava as rupturas então consideradas necessárias ao desenvolvimento da ciência – e o “corte continuado” – presente no livro “Semântica e discurso”, de 1975, e que marca uma relativização do conceito anterior – há um questionamento da cientificidade da linguística. Não de um modo positivista de se perguntar se X ou Y é ciência, mas de um aprofundamento dessa problematização por meio da suspensão mesma dos sentidos de cientificidade. Ao encurralar a cientificidade dessa maneira, pode-se dizer que, em “A língua inatingível”, Gadet e Pêcheux colocam-se em “outro lugar” e, assim, parecem não aceitar em definitivo ou *in totum* a ideia da descontinuidade típica até então. Um pouco mais tarde, em 1983, em “O papel da memória”, Pêcheux denomina a linguística como uma “disciplina de interpretação” que teria “necessariamente algo a ver (de modo complexo, equívoco, ambíguo... mas algo a ver) com as disciplinas de interpretação desde a história até a psicanálise” (PÊCHEUX, 1999, p. 54).

## 2.2 A questão das rupturas: Kuhn

Ainda no que se refere à ruptura nas ciências, Normand (NORMAND, 1983, p.167) observa uma particularidade sobre o modo como as mudanças científicas são abordadas pelos autores. Haveria certo apagamento da estrutura marxista em sua versão althusseriana, visto que Gadet e Pêcheux, em vez de cortes epistemológicos, teriam preferido a ideia kuhniana de “revolução”. Dito de outra maneira, “ruptura”, antes usada por Pêcheux, teria sido preterida frente ao termo “revolução”, próxima de Kuhn, numa preocupação de elaborar novos conceitos e novas hipóteses para pensar o núcleo materialista e a contradição como motor da história, nas relações intrincadas entre a linguística científica e a política. É assim que Normand vê, no livro, as hipóteses serem lançadas

abruptamente desde a introdução, de maneira bastante geral, sob a forma de afirmações pouco trabalhadas (NORMAND, 1983, p. 167).

Não encontrarmos referência explícita a Kuhn em “A língua inatingível”. Mesmo que estivesse “implícita” em debates de época, essa aproximação de Gadet e Pêcheux à teoria kuhniana seria contraditória, visto que fora frontalmente combatida em “Semântica e discurso”, como já mostramos.

De acordo com Kuhn (1962), “uma ciência destrói seu passado”. Essa tese se dá sobre dois conceitos: o de paradigma, uma corrente científica a dominar as ideias por um longo tempo como ciência “normal” e o de “ruptura de paradigma, correspondente a uma revolução científica, que leva à substituição de um paradigma por outro” (COLOMBAT *et al.*, 2010, questão 7).

Nos anos 1980, os historiadores da linguística debateram largamente a questão para saber se o modelo kuhniano era aplicável em seu domínio. Admite-se hoje que ele não é aplicável, notadamente porque a linguística é, como as outras ciências sociais, uma disciplina de baixa taxa de reinscrição, à diferença das disciplinas de alta taxa de reinscrição, como a matemática. Esta noção de taxa de reinscrição serve para medir a capacidade que tem a disciplina para integrar suas aquisições. Se há muitas rupturas teóricas em uma disciplina e, então, uma baixa taxa de reinscrição, os estados anteriores da disciplina conservam um interesse teórico direto. É tipicamente o caso da linguística, disciplina para a qual é muitas vezes interessante voltar-se aos estados anteriores das descrições. (COLOMBAT *et al.*, 2010, questão 7).

Mesmo que estivesse em debate, quando tratam de mudanças, Gadet e Pêcheux dificilmente dão maior peso a descontinuidades (“A reflexão sobre a linguagem não tem, evidentemente, começo histórico assinalável” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 29)), inclusive, mesmo quando tratam de Saussure, como apontamos.

Assim, as efetivas “revoluções” nessa obra de Gadet e Pêcheux, na nossa leitura, menos que uma aproximação ao termo em Kuhn, são expressões de momentos ímpares de ruptura social, que acabam

promovendo mudanças na língua. Mostras disso estão no capítulo 8 da primeira parte (“Outubro de 17 e a força das palavras”), onde os autores dão exemplos de modificações no francês vindas com a Revolução de 1789, comparando com mudanças – raras na língua – vindas com a Revolução bolchevique de 1917. A linguística como disciplina científica, inclusive, teria a ver com esse processo revolucionário (*nó 11*). Segundo Gadet e Pêcheux, tal revolução social, de monta, fora um dos fatores que fizeram Moscou ser um dos raros lugares onde Saussure teria se tornado conhecido, já a partir de 1917<sup>10</sup>.

Em suma, apesar da forma fragmentada, não vemos em “A língua inatingível” a noção de rupturas tão marcadas a não ser quando tratam de revoluções. Mas aí não são revoluções que remetem a Kuhn em suas “inovações nas mentalidades”, mas a revoluções sociais e econômicas não originadas em sujeitos específicos, mas relativas a processos históricos. Podemos descrever o livro como um conjunto de relatos e reflexões que mostram como exigências do “real da história” atuam no desenvolvimento das conjunturas teóricas. Por exemplo, como o século XX na Europa – com a revolução de 1917, guerras, stalinismo (Stalin: *nó 18*), nazismo etc. – é condição que leva à formação da linguística americana, esta inicialmente ligada à antropologia e depois a outras áreas, como à sociobiologia, no caso dos gerativistas. Paralelamente, o termo “revolução” é tomado também de modo cáustico, numa crítica às práticas institucionais “fajutas”. A história da linguística é vista como uma série de “revoluções palacianas” calcadas em mudanças de métodos, que se tornam garantias de seu estatuto científico, revoluções essas que “não fazem senão modificar as alianças no campo das disciplinas universitárias” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 20).

### 2.3 A questão das rupturas: esmaecimento e psicanálise

Embora Normand aponte a proximidade com Kuhn, tese da qual não compartilhamos, como tentamos mostrar, o modo como ela fez isso nos interessa. Para a autora, essa aproximação teria se dado menos por abandono das bases materialistas que por uma “necessidade atual de trabalho” (NORMAND, 1983, p.167). Tal

“necessidade” foi caracterizada por Normand como uma estratégia dentro da conjuntura do início dos anos 1980. Mas, por que a ideia de rompimento teria sido enfraquecida naquela conjuntura?

Se levarmos em conta que a ideia de ruptura apenas é possível na medida em que há a de progresso, a noção de corte é apagada quando os fatos não validam o desenvolvimento de uma etapa inferior para uma etapa superior. Isto é, quando a ideia de progresso é perdida, a de ruptura vai junto, de forma que a continuidade histórica ganha relevo.

Segundo Dosse, no século XX, uma nova relação com a temporalidade teria ocorrido no ocidente. Da crença no progresso “quer se trate de Saint-Simon, Spencer, Comte ou Marx” (DOSSE, 1993, p.387), chega-se ao choque trágico com o real do século XX. O eurocentrismo é debelado com a ascensão econômica dos Estados Unidos após a Primeira Guerra, soçobrando o evolucionismo linear do velho continente. A Segunda Guerra Mundial, a descoberta do Holocausto e o processo de descolonização são outros fatores que abalam a perspectiva de progresso. “Uma Europa nua problematiza então o seu passado dramático sobre um fundo de pessimismo, cada vez mais radical. A cada um desses abalos, a Europa acabou carpindo a morte da própria ideia de um futuro de ruptura” (DOSSE, 1993, p.387). Desse modo, o pensamento de ruptura vindoura, que empolgara “todo o campo intelectual vanguardista” do estruturalismo (DOSSE, 1993, p.223), que encontrava a representação máxima em Althusser e Foucault, esmaece. Tal esmaecimento pode ser visto em “A língua inatingível”.

Vale ressaltar que o interesse pela discussão da cientificidade da linguística no início dos anos 1980 se dá em um momento de esgotamento do estruturalismo e do chomskysmo como até então tinham se desenvolvido. Segundo Pêcheux, tanto Saussure quanto Chomsky estavam preocupados em determinar onde estaria o próprio da língua, posições estas que, retraídas, passariam a dar lugar à biologia, à lógica e à psicologia (PÊCHEUX, 1999, p.13-14).

A discussão já vinha a partir do papel que a disciplina passa a ocupar como carro-chefe das ciências humanas, a partir dos anos 1960. Vale registrar que a linguística geral ainda era marginalizada nos anos 1950 na França (DOSSE, 1993, p.89), tendo se institucionalizado, fora da subordinação de departamentos tradicionais

de letras e filologia, apenas em meados dos anos 1960 (DOSSE, 1993, p.233).

Se a cientificidade buscada pelo estruturalismo apoiara-se na lingüística – Lacan apropriara-se dela para, cientificamente, afastar a filosofia da psicanálise (DOSSE, 1993, p.131) – já nos anos 1980, é como se Gadet e Pêcheux fizessem outro movimento: apropriam-se da psicanálise para desestabilizar as certezas da lingüística, sem, entretanto, privilegiar outros campos, por exemplo, a biologia.

Se a ideia de cientificidade é encurralada, como estamos tentando mostrar, a perspectiva da psicanálise também é modificada no decorrer dos textos dos autores. Segundo Baldini, a maneira como a psicanálise aparece em Pêcheux revela “conflitos, angústias, aproximações e distanciamentos que marcam momentos distintos da elaboração do conceito de discurso em suas relações com a língua, a história e o inconsciente” (BALDINI, 2012, p.1). O autor verifica que ela comparece de modo a minar qualquer possibilidade de totalização (das descobertas de Freud, Marx e Saussure) nessa obra de 1981, numa radicalização à retificação feita em 1978, já crítica à maquinaria estrutural do início do trabalho do grupo, em fins dos anos 1960.

Para compreender como a psicanálise comparece nessa obra e o que esse comparecimento significa em termos de cientificidade, seria preciso retomar a relação complexa entre psicanálise e ciência. Embora instale um novo tipo de cientificidade, em seus textos, Freud tentava inserir a psicanálise no meio científico. Também Lacan, que em 1953 recusa a divisão (fictícia) entre ciências exatas e humanas, “entende fazer prevalecer a psicanálise como ciência em pé de igualdade com as ciências exatas e, mais precisamente, com o modelo da ciência física” (DOSSE, 1993, p.147). Ao quebrar as caixinhas de ciências “duras” e “moles”, Lacan toma para a psicanálise um modelo formalizado de ciência.

Desse ponto de vista, em textos iniciais de Pêcheux, ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert, de 1966 e 1968, o inconsciente vem como componente de uma grade estrutural engessada, como se o sujeito fosse totalmente identificado a seu discurso. A pretensão de totalização e de uma cientificidade próxima das ciências naturais ecoa nos primeiros trabalhos da análise do discurso. Naquele momento, a

psicanálise vinha para dar cientificidade ao estudo das linguagens. Ao contrário, já em “A língua inatingível”, serve a apontar os recalques e assim desestabilizar uma pretensa cientificidade autônoma da linguística.

Se as apropriações que a psicanálise acreditou poder se autorizar com relação a certos conceitos linguísticos fazem a linguística correr o risco de desaparecer como tal com o avanço da primeira, essa ameaça tem, entretanto, a vantagem de constituir um sintoma para os linguistas: na verdade, eles não podem mais recusar a ideia de que sua ciência organiza sua autonomia em troca de um certo número de ignorâncias e recalques. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.20)

Vê-se que não se trata mais de uma relação de complementaridade entre psicanálise e linguística, com a perspectiva de uma unidade científica, mas de uma relação tensionada em cujo bojo se arma um questionamento recíproco de uma e outra.<sup>11</sup>

As “ideologias da Ciência” são vistas agora por Gadet e Pêcheux como uma “máquina lógica” numa ditadura jurídico-tecnológica que só faz reforçar o “fantasma de uma língua universalmente apropriada a seu objeto, suscetível de garantir a unidade comunicacional do gênero humano” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.42). Afirmam que as questões de desestabilização da linguística trazidas só podem ser “estranhamente familiares” aos linguistas, na medida em que estes estariam mais acostumados a falar de seu universo de continuidades, descontinuidades, “precursores” e a “existência de uma cientificidade comum” que permitisse analisar as várias teorias (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.21).

Por sua vez, a psicanálise, em “A língua inatingível”, se ainda esboçasse sua pretensão científica assim como nos primeiros trabalhos de análise do discurso, correria o risco de “repetir o sintoma, e reproduzi-lo da maneira mais cômica”, conforme os autores (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.51). Gadet e Pêcheux ilustram esse uso burlesco da psicanálise com R. Thom, cujas metáforas sexuais para o processo linguístico – a saber, o enunciado como embrião, o sujeito como ectoderma, o verbo como mesoderma e o objeto como presa possível,

o endoderma – serviria para avaliar uma comunicação bem sucedida, uma relação sexual efetivada, ou seja, para afiançar o mito da língua ideal.

Como que passeando em campo minado em toda a sua extensão, os autores vão arrasando “certezas” de diferentes terrenos, da psicanálise à linguística, como mostramos.

A seguir, veremos que essa inquietude corrosiva corre o risco de também atingir a ideia de cientificidade proposta por Auroux.

### 3. Ideologia em questão

Ao aproximar os saberes sobre a linguagem de uma cientificidade permeável a heterogeneidades, Auroux avizinha-se da concepção desestabilizadora da linguística proposta por Gadet e Pêcheux de “A língua inatingível”. Entretanto, apesar dessa similaridade, há diferenças substanciais quanto à ideia de ciência, principalmente no que se refere à sua relação com a ideologia. Vejamos.

Assim como faz ao definir os componentes constituintes da ciência, Auroux (1975) também aponta relações ambíguas ao tratar da epistemologia. O autor verifica que, como teoria da ciência ou filosofia das ciências, a epistemologia coloca as ciências como autônomas – isto é, as ciências não recebem normas que lhes sejam exteriores – mas, contraditoriamente, por outro lado, faz as ciências virarem objeto (AUROUX, 1975, p.304). Assim, a epistemologia se “penduraria” na ciência, discutindo o domínio em seus termos; todavia, ao fazê-la de objeto, seria distinta dela. Essa ambiguidade de lhe ser exterior e, simultaneamente, interferir em seu interior, suscitaria toda sorte de questões.

Haveria, por exemplo, tentação de deixar às próprias ciências o reconhecimento do que seja uma produção científica. Haveria também, por outro lado, tentação de definir os limites do científico frente ao ideológico ou ao filosófico. “Se é positivista (ou melhor, cientista) para sucumbir à primeira; althusseriano para se deixar abusar pela segunda”, afirma (AUROUX, 1975, p.308), apontando os polos da contenda.

No fundo, a diferença entre Auroux e autores de filiação althusseriana remonta a discussões do estruturalismo dos anos 1960.

Enquanto certa porção de filósofos, como Louis Althusser, pregavam a importância da filosofia nas ciências humanas, outros, como Jean-Toussaint Desanti, aconselhavam seus alunos a se dedicarem às suas áreas científicas, abandonando eventualmente a filosofia. Enquanto Althusser privilegiava a filosofia nas discussões sobre epistemologia, Desanti propunha aos estudantes: “Se se quer fazer filosofia seriamente, é preciso instalar-se no âmago das positivities (...)”, relata Auroux em entrevista a Dosse (DOSSE, 1993, p.322).

Auroux, discípulo de Desanti, segue o conselho do mestre: sai da filosofia e instala-se no âmago de uma positividade específica, a linguística, expressando uma má impressão com relação a Althusser: “Pessoas como eu perceberam sempre Althusser como um fabricante de ideologia [...] Ele cometeu a façanha de dar uma versão platônica do marxismo”, diz Auroux (DOSSE, 1993, p.323). Desanti não via avanço nas teses althusserianas. Membro do PCF até 1958, Desanti teria feito Althusser entrar na organização. Entretanto, arrependera-se, pois considerava que Althusser se embrenhara em um impasse já no final dos anos 1950. Para Desanti, ele teria complexificado o marxismo, algo que apenas retardava avanços na medida em que o marxismo-leninismo não estaria adaptado aos problemas de então (DOSSE, 1993, p.322).

Althusser apresentava a filosofia e o marxismo como capazes de unificar os saberes numa síntese estrutural. Fazia isso através do “corte epistemológico”, conforme o modelo de Bachelard, por meio da divisão entre ideologia, de um lado, e ciência, de outro – esta como encarnação do materialismo histórico. “Todas as ciências devem, portanto, ser questionadas a partir do que fundamenta a racionalidade científica, a filosofia do materialismo dialético, a fim de se libertarem de seus resíduos ideológicos” (DOSSE, 1993, p.329). Na visão de Dosse, tal posição – que influenciou vivamente os primeiros escritos de Pêcheux – representava não mais que um modo de salvar o marxismo de sua decomposição efetuada pelo stalinismo. Nesse mesmo sentido, segundo François Furet, tal postura era própria de uma esquerda marxizante que teve, como compensação pelas revelações do gulag, a “mesma ambição universalista, totalizadora, determinista, mas desembaraçada da história” (DOSSE, 1993, p.394).

Se, para Althusser, a ciência devia se livrar da ideologia por meio da filosofia marxista, para Auroux tal posicionamento era, em si, ideológico. Como vimos, para Auroux, a ciência tinha um componente sociológico, mas também um teórico e um prático, os quais lhe confeririam seu caráter ambíguo.

A epistemologia, por sua vez, era encarnada pelos althusserianos como a face cientista da filosofia: “Era a época em que se fazia a epistemologia de não importa o que, o que permitia dizer que já não se fazia mais filosofia mas ciência” (DOSSE, 1993, p.334).

Já para Auroux, a epistemologia não tem o sentido de ciência exata. Pelo contrário, a cientificidade da epistemologia como campo de conhecimento é mais sujeita a variações filosóficas, maleáveis.

Nesse sentido, ao discorrer sobre estudos de Desanti, Auroux toma o debate em termos familiares às ciências da linguagem. O autor afirma que duas interpretações de Desanti seriam possíveis. Uma, forte, consistiria em considerar a sintaxe da epistemologia como inteiramente dominável e passível de formalização. Essa posição entende que o objeto da epistemologia seja geral e que seu estatuto seja de uma ciência no sentido em que se emprega essa palavra, ciência, às matemáticas e à física. Outra interpretação seria considerar, dentro de suas cadeias de enunciados mais longos, que a epistemologia possua uma sintaxe análoga à das línguas naturais. Ou seja, ela não teria objeto geral e apenas poderia ser ciência caso não fosse no sentido mais corrente do termo (AUROUX, 1975, p.320).

Auroux fica com a segunda opção, a interpretação mais frágil de epistemologia, mesmo não sendo essa a mais fiel ao pensamento de Desanti:

*L'interprétation faible n'est peut-être pas l'interprétation la plus fidèle de la pensée de Desanti; elle ne sera peut-être pas la mieux admise par ses lecteurs. Mais nous pensons qu'elle constitue seule une conception correcte de l'épistemologie* (AUROUX, 1975, p.320)

Assim, a epistemologia não seria um estudo com um objeto delimitado, mas o estudo do conhecimento, de seus ramos, do que se

entende por ciência, flexível – dada a natureza também flexível de seu objeto, ou seja, passível de desvios não matematizados.

Destarte, em homologia às três formas de ciência, de acordo com Colombat *et al.* (2010), Auroux divide a epistemologia também em três: normativa, avaliativa e descritiva. A normativa tentaria examinar o funcionamento do método, por exemplo, o raciocínio gramatical bem conduzido. Dizer que é possível colocar todo verbo transitivo direto na voz passiva e, depois, dizer que, em certos casos, o verbo transitivo não pode ir para a voz passiva faz o linguista refletir sobre o método que utiliza. Já a avaliativa faria uma reflexão sobre as teorias. Por exemplo, se deveríamos construir uma teoria a partir do estudo linguístico sobre um *corpus* ou não: se deveríamos, como na gramática gerativa, dar conta de um número infinito de frases, não partindo de um *corpus* (COLOMBAT *et al.*, 2010, questão 7). Por último, a epistemologia descritiva, por sua vez, trataria de construir uma reflexão coerente sobre os diferentes aspectos (teórico, sociológico e prático) das ciências, como fatos. A história das ciências faria parte desse terceiro tipo de epistemologia, com dimensão temporal. Tal dimensão temporal poderia ser uma “pura descrição de uma teoria passada”, cuja temporalidade é chamada de externa, ou uma descrição, cuja temporalidade é interna, composta de explicação das mudanças (AUROUX *apud* COLOMBAT *et al.*, 2010, questão 7). Dessa maneira, a história das ciências, pelo menos segundo “a escola francesa”, “tem muito mais a ver com a epistemologia do que com a historiografia pura e simples: não se trata somente de descrever mas também de explicar” (COLOMBAT *et al.*, 2010, questão 7), ou seja, encontrar as causas que permitiram certas ideias em determinado período.

“A língua inatingível” seria, a partir das categorias da epistemologia de Auroux, um livro avaliativo e descritivo, isto é, avaliaria e descreveria teorias linguísticas dentro de uma dimensão temporal interna, dimensão em que seriam explicadas razões para as mudanças descritas. Entretanto, a obra de Gadet e Pêcheux escapa a essa classificação.

Ao tomarem Milner como referência, as “causas” das mudanças das teorias linguísticas não seriam meros reflexos da história. Isso porque o objeto dessas teorias (a língua) escapa das causas e está além

de suas representações teóricas. Segundo Milner, “é impossível fazer da língua uma Causa de si” (MILNER, 2006, p.32), ou seja, é “impossível remontar à cadeia das causas e dos efeitos e, da língua, remontar a uma causa discernível: já que, assim fazendo, recuamos para além do próprio discernível” (MILNER, 2006, p.32). Discernível esse que não é outra coisa senão o simbólico: “Resta, então, supor dado o discernimento: que é S” (MILNER, 2006, p.32). Ou seja, em vez das teorias serem apenas a superestrutura do contexto em que se inserem, são pensadas “fora de si mesmas” sem que, por isso, seu real específico seja abdicado. O “estranho destino” das retomadas teóricas em linguística é assim abordado por Pêcheux:

é preciso supor que esta disciplina está, de uma maneira que lhe é própria, exposta de seu próprio interior aos efeitos complexos do processo conjuntural histórico e político que constitui o espaço no qual sua história se produz. Mas, ao tentar pensar a Linguística “fora de si mesma” (cf. Gadet & Pêcheux, 1980), na história, não corremos o risco de perder de vista o *real próprio* ao qual, como acabamos de afirmar, ela está relacionada? As posições defendidas em *La Langue Introuvable* constituem uma tentativa de contornar esta aporia, mostrando que a questão do “próprio” da Linguística (da especificidade de seu real) é indissociável da questão das escolhas de embasamento através das quais se constitui e se transforma a rede de suas alianças. (PÊCHEUX, 1999b, p.14)

Ao tomar o real específico da língua, “A linguística inatingível” suplanta a disjunção entre positivities das ciências e filosofia que a todas abarcaria. Nesse sentido, usar as lentes de Aurox pode significar obscurecer o texto de Gadet e Pêcheux, anulando justamente o brilho da obra, que é pensar a linguística como sendo constituída pelo “fora de si mesma”. Aurox vê a ideologia apenas como um dos componentes da prática científica – dividindo o que seria teórico do social e prático, como se essa compartimentação fosse possível e produtiva – sob a justificativa de apreender a positividade das ciências, inclusive das línguas em sua heterogeneidade. Entretanto, é

justamente essa positividade buscada que é afetada quando os protocolos experimentais ou o conjunto de conhecimentos de uma ciência são descolados de seu exterior, isto é, separados da formação social da sua produção e dos interesses práticos de pesquisa em certa configuração histórica. A cientificidade de Auroux é, desse modo, também corroida pela crítica incisiva da linguística exposta em “A língua inatingível” pois não responde a Gadet e Pêcheux sobre o real da língua, constituído por dentro de seu exterior histórico e político.

Assim, a relação ideologia e ciência é a principal diferença entre Auroux e Gadet e Pêcheux, embora as noções de ciência e epistemologia do filósofo ora se aproximem das dos autores. Enquanto Auroux vê a ideologia apenas como um dos componentes da prática científica, os dois últimos a tomam como fundante do processo histórico do desenvolvimento da ciência. Desde 1975, com o “corte continuado”, a ciência nunca se descolaria totalmente da ideologia. Tal relação permanece em “A língua inatingível”.

Já a continuidade vista no longo período da história é um aspecto de contato entre Auroux e Gadet e Pêcheux. Se tomarmos tal perspectiva como uma invalidação da ideia de “corte epistemológico”, é possível pensar que seja apropriada a afirmação de Normand segundo a qual tenha havido um abandono das teses marxistas e althusserianas nesse “A língua inatingível” (NORMAND, 1983, p.167).

#### **4. Conclusão**

“A língua inatingível” é um livro dividido em trinta e cinco breves capítulos, além de introdução e conclusão. Como nota Normand (1983, p.166-167), definições são bastante reduzidas nesse trabalho e conceitos são apresentados sem grandes demonstrações. Para a autora, a diferença observada com relação aos escritos anteriores – especialmente aos de Pêcheux, com as teorizações detalhadas em “Semântica e discurso” (1975) – seria um esforço para teorizar um novo objeto (NORMAND, 1983, p. 167).

Vimos aqui que tal “esforço para teorizar um novo objeto”, a língua em seu real, inclui a transformação da ideia de cientificidade. A noção de ruptura na ciência é matizada. Saussure, que antes dava lastro à cientificidade da linguística, passa a representar uma irrupção

que deixa à mostra os paradoxos e os limites de uma disciplina cuja cientificidade (sua origem, seu objeto, seus fundamentos científicos) é questionada. Saussure abre a ferida narcísica ao deixar expostos o equívoco e o real, pela noção de valor. Pelo que este tem de negativo, Gadet e Pêcheux se posicionam por uma acepção que traz a língua como divisa a conceber a linguagem não como sistema fechado, transparente, instrumento de comunicação, mas como o impossível, o opaco, o traumático de não ter condições de dizer tudo, de sempre falhar. Nessa esteira, a poesia, a loucura e a ciência se confundem. Além disso, a psicanálise passa a comparecer de forma tensionada frente à lingüística, ao apontar seus recalques históricos.

Sobre a estrutura geral do livro, ao tomar a descrição feita por Normand (1983), a primeira parte coloca a conjunção da ordem lingüística à ordem política. Nessa parte inicial, os autores relacionam as línguas nacionais às revoluções burguesas, por exemplo. Ganham destaque aí as transformações das línguas e das ciências lingüísticas. Já a segunda e a terceira partes tratam de casos “concretos”. Na segunda, a revolução saussuriana é analisada como tendo chegado ao mais perto do “real da língua”, com a teoria do valor, cuja intuição teria sido mais ou menos recoberta pelo funcionalismo do Círculo de Praga<sup>12</sup>. A terceira parte seria dedicada à gramática gerativa transformacional (GGT) no desenvolvimento de suas relações com o neopositivismo. A cientificidade posta em questão é a de Chomsky, identificada como popperiana. Se, para Popper, não interessa a verificabilidade empírica, mas um postulado falsificável, para Chomsky, não importam os dados das línguas, mas uma abstração dedutiva, cujo modelo é a física (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.134-136). Dito de outra maneira, “do mesmo modo que o físico não pode se deter só diante dos observáveis, o linguista também não atinge o essencial apenas pelo exame dos dados imediatos” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.134). Gadet e Pêcheux opõem-se a esse tipo de cientificidade ao reiterarem as falhas das línguas como desreguladoras do sistema lógico chomskyano.

Quanto ao panorama geral da época em que a obra foi editada, Auroux afirma que, nos anos 1970, havia uma idealização da ciência. Esta era vista como “uma e semelhante a si mesma” (AUROUX,

2008, p.147) e, no caso das “ciências da linguagem”, a pergunta feita nos debates era se essa ciência teria existido desde sempre. Segundo Auroux, a resposta dada nesse período era não e, portanto, a questão era datar quando a linguística teria realmente nascido (em Saussure ou Chomsky). Tudo o que vinha antes caía sob o domínio da curiosidade ou a um estado “pré-científico”. Embora dediquem grande parte do livro – pelo menos um terço, se nos detivermos na divisão feita por Normand (1983) – à GGT, isto é, a uma teoria então relativamente recente, Gadet e Pêcheux não se limitam a discutir descobertas próximas a eles no tempo nem idealizam a ciência, como tentamos mostrar. Tal postura diverge do comportamento típico de pesquisadores de linguagem tal qual descrito por Auroux. Conforme o filósofo, a hegemonia da noção de ciência como sendo somente aquela matematizada teria feito que as atividades que se distanciam desses parâmetros (a gramática comparada, por exemplo) serem levadas, assim como as ciências da natureza, a fazer tábua rasa do passado. Dessa maneira, pesquisadores, no conforto de seu comunitarismo burocrático, teriam colocado seus trabalhos como se tudo o que se soubesse de linguagem tivesse sido descoberto nos últimos trinta anos (AUROUX, 2008, p.155).<sup>13</sup>

Um dos efeitos da obra é o de promover a mistura entre o poético e o científico, a loucura acadêmica e o risível. Em um texto cuja natureza epistemológica já o faz ser “estranho” – pois o força a repensar suas próprias fronteiras – o modo difuso de organizar os temas, o discurso fragmentado e os títulos como “Ensinar a Gramática ou não?” contribuem para desestabilizar a linguística “séria”. Dessa maneira, ao trazer à tona o recalcado que marca os estudos da linguagem, “A língua inatingível” atinge seu objeto nos limites da língua, ou seja, no absurdo da história e do inconsciente. Por meio desses efeitos, entre muitos exemplos, onde melhor se critica o biologismo de Chomsky, quando este afirma que “o coração não aprende a ser o coração”, é quando se retruca com um *witz* (nó 9): “se lhe disserem “cão que ladra não morde”, responda sempre: “sim, mas será que o cão que está latindo atrás de mim sabe disso?”” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.201).

Em resumo, neste trabalho, conforme a metodologia de HIL, colocamos “A língua inatingível” dentro de discussões de época,

tentando observar a dedicação dos autores à temática. Apontamos debates sobre cientificidade empreendidos até então, tendo em vista o lugar da lingüística dentro das ciências humanas. Analisamos também a obra inserida no conjunto da produção de Gadet e Pêcheux, maneira pela qual conseguimos definir o percurso dos autores até a produção do nosso objeto. Assim, tentamos explicar como a ideia (equivoca) de cientificidade aparece em “A língua inatingível”.

A elaboração do grafo auxiliou na visualização de que Gadet e Pêcheux não apenas discutem teorias “novas”, em contraposição ao que era hegemônico nos estudos lingüísticos de então. Além disso, serviu como comprovação do papel das ferramentas tecnológicas como instrumentos lingüísticos segundo Auroux, na medida em que, com sua capacidade de memória e seus resultados não previstos, faz-se passível de ser colocada contra o mentalismo cuja teoria pretende que a cognição seja originada no interior do indivíduo. A rede ainda se prestou a expor a discrepância entre o texto escrito e a figura, deixando aberto o equívoco incontornável da interpretação.

Assim, com as lentes de Auroux, realizamos uma leitura do texto de Gadet e Pêcheux. Mas, ao mesmo tempo, pudemos entender Auroux ao fazê-lo tocar, em encontro contingente, outros círculos. Nesse exercício de comparação, verificamos aproximações sinonímicas momentâneas, mas, sobretudo, dispersões, pontos de afastamentos que se repelem. Ideologia, por exemplo, aparece como homonímia que, mesmo roendo esse nome, deve ser nomeada. Pois “do fato de todo pensamento ser, uma vez que nomeia, equívoco não resulta que não seja preciso pensar; do fato de todo nome ser multiplamente ambíguo não resulta que não seja preciso nomear; do fato de a univocidade ser o impossível não resulta que ela não deva comandar um desejo” (MILNER, 2006, p.116).

### **Referências bibliográficas**

- ALVES, M. (2017). “Grafos na leitura de AD”. In: *Entremeios (Revista de Estudos do Discurso)*. Seção Estudos, vol. 15, p. 109-126. Pouso Alegre: Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS).
- AUROUX, S. (2008). *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG.

\_\_\_\_\_. (1998). *A filosofia da linguagem*. Trad.: José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. (1975). “Qu’est-ce que l’épistémologie?” In: *La philosophie silencieuse ou critique des philosophies de la science*. Paris, Éditions du Seuil.

\_\_\_\_\_. (2016). “O que é a ciência?”. In: *Larousse Annuel*, 1995. Trad.: Marli Quadros Leite.

BALDINI, L. (2012). “Lalíngua inatingível”. In: MARIANI, B.; ROMÃO, L. M. S.; MEDEIROS, V. (Orgs.). *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7Letras.

BALDINI, L.; RIBEIRO, T. (2016). “O que é a língua se a psicanálise e o materialismo histórico existem?”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos* – Nº 38 – jul-dez 2016, p. 161-187. Campinas: Pontes.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. (2010) “Primeira parte – Questões da retrospectiva”. In: *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Col. 50 Questions. Paris : Klincksieck. Trad.: Marli Quadros Leite e Jacqueline Léon, para edição brasileira (versão preliminar), questões 1-7.

CONEIN, B. [et.al.] (1981) *Matérialités discursives*. Lille: Presse universitaire de Lille.

DOSSE, F. (1993) *História do estruturalismo. V.1: O campo do signo, 1945/1966*. Campinas: Editora da Unicamp.

FOUCAULT, M. (1971). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Vozes.

GADET, F.; HAK, T. (2010). *Por uma análise automática do discurso*. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. (2004). *A Língua Inatingível. O discurso na história da linguística*. Trad.: B. Mariani e Maria Elizabeth C. de Mello. Campinas, Pontes, 2004.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. (2008). *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso*. Disponível em: [http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao\\_hph.php](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php)  
Acesso em: 25 de junho de 2016.

- KOERNER, E. (2014). “História da linguística”. In: *Revista Confluência*. Número 46, 1.º semestre. Rio de Janeiro: Instituto de Língua Portuguesa, p. 09-22.
- KUHN, T. (1998). “A prioridade dos paradigmas”. In: *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LATOURET, B. [et.al.] (2015). “O todo é sempre menor que as partes: um teste digital acerca das mônadas de Gabriel Tarde”. In: *Parágrafo*. volume. 2, n. 3. Trad.: Flávia Gonsales e Beatriz Redko. São Paulo: FIAM Centro Universitário, p. 07-25.
- MILNER, J.-C. (2012). *O amor da língua*. Trad.: Paulo Sérgio de Souza Jr. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (2006). *Os nomes indistintos*. Trad.: Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- MORAES, J. (2016). “As diferentes abordagens em historiografia linguística: os princípios koernenianos e o horizonte de retrospecto de Auroux”. SEMINÁRIO em contribuição à disciplina de pós-graduação História das Ideias Linguísticas, ministrada pela Prof. Dra. Marli Quadros Leite. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas/FFLCH/USP.
- NEVES, M. (2005). *A vertente grega da gramática tradicional. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2ª edição revista. São Paulo: Editora Unesp.
- NORMAND, C. (1983). “Françoise Gadet, Michel Pêcheux, La langue introuvable”. In: *Mots*, n°7. Cadrage des sujets et dérive des mots dans l'enchaînement de l'énoncé. p. 166-173. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/mots\\_0243-6450\\_1983\\_num\\_7\\_1\\_1131](http://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1983_num_7_1_1131). Acesso em: 8 de agosto de 2016.
- PÊCHEUX, M. (2009) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (Thomas Herbert). (1995). “Observações para uma teoria geral das ideologias”. In: *Revista Rua, 1*. Trad.: Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. Campinas: Unicamp, p. 63-89.
- \_\_\_\_\_. (Thomas Herbert). (2014). “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*.

*Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi.* Campinas: Pontes, 4ª edição.

\_\_\_\_\_. (1999a). “Papel da Memória”. In: ACHARD [et.al.] *Papel da Memória*. Trad.: José Horta Nunes. Campinas: Pontes.

\_\_\_\_\_. (1999b). “Sobre a (Des-)construção das Teorias Linguísticas”. In: *Linguas e Instrumentos Linguísticos*. Trad.: Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. Campinas: Pontes, p. 07-28.

\_\_\_\_\_. (1971). “Ideologia e História das Ciências”. In: FICHANT; PÊCHEUX, M. *Sobre a História das Ciências*. Trad.: Francisco Bairrão. Lisboa: Editorial Estampa, p. 11-53.

PÊCHEUX, M.; Léon, J.; Bonnafous, S.; Marandin, J-M. (1982). “Présentation de l'analyse automatique du discours (AAD69) : théories, procédures, résultats, perspectives.” In: *Mots*, nº4. *Abus de mots dans le discours. Désabusement dans l'analyse du discours*. pp. 95-123. Disponível em: [www.persee.fr/doc/mots\\_0243-6450\\_1982\\_num\\_4\\_1\\_1053](http://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1982_num_4_1_1053) Acesso em: 5 de junho de 2017.

PUECH, C. (2013) “L'esprit de Saussure: réception et héritage (l'héritage linguistique saussurien: Paris contre Genève)”. In: *Les dossiers de HEL - supplément électronique à la revue Histoire Épistémologie Langage*. Paris, SHESL, no 3. Disponível em: <http://htl.linguist.univ-parisdiderot.fr/num3/puech.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2017.

SWIGGERS, P. (2010). “História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações”. In: *LIRIAS*. Katholieke Universiteit (K.U. Leuven), Center for the Historiography of Linguistics. Trad.: Cristina Altman. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/swiggers-historia-e-historiografia-linguistica.html#> Acesso em: 27 de fevereiro de 2017.

TOCQUEVILLE, A. (1982) *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

VEYNE, P. (2008). *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UnB.

ZIZEK, S. (2017) *Elementos para uma crítica do “novo materialismo”*. Ou, mais além de Latour, de volta a Hegel. Disponível em: <https://antropologiacritica.wordpress.com/2017/03/29/elementos-para-uma-critica-do-novo-materialismo-ou-mais-alem-de-latour-de-volta-a-hegel/> Acesso em: 14 de abril de 2017.

**Palavras-chave:** cientificidade, história das ideias linguísticas, grafo  
**Keywords:** scientificity, history of linguistic ideas, graph

## Notas

---

\* Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas.

<sup>1</sup> Uma compreensão da contribuição de Foucault à história pode ser encontrada em VEYNE (2008).

<sup>2</sup> Ao falar sobre resultados não totalmente “conscientes” representados no grafo, tomamos aqui a perspectiva de Auroux sobre ferramentas tecnológicas e externalidades cognitivas e não a perspectiva da psicanálise que considera o inconsciente como estruturante.

<sup>3</sup> Após a inserção manual, não automática, dos dados, aplicamos o algoritmo “Force Atlas”, que deixa os nós mais conectados mais próximos, dando legibilidade ao que antes era um emaranhado. Quanto mais conexão direta, o nó adquire mais cor (numa escala do branco ao roxo). Depois, aplicamos o algoritmo “Centralidade de autovetor”, que consiste em uma contagem relativa à quantidade de caminhos que se faz para se chegar àquele nó. Ao considerar que entre dois nós exista um caminho mínimo, esse algoritmo conta quantos caminhos mínimos passa por determinado nó. Quem tem mais caminhos mínimos é o nó mais importante como passagem de transição para outros nós. Quem tem mais centralidade, tem nó maior.

<sup>4</sup> Do ponto de vista de Auroux, ciência é o que pode ter significação reconstruída: “Sabe-se reconhecer a descrição de um eclipse do Sol, mesmo nos maias, naquilo que para nós aparece como um contexto “religioso”.” (AUROUX, 2008, p. 126).

<sup>5</sup> Trabalhamos com leituras de grafos em artigo publicado na revista *Entremeios*, vol. 15, p. 109-126, jul. - dez. 2017.

<sup>6</sup> Quando tratarmos da obra de Gadet e Pêcheux usamos “linguística” e “ciências da linguagem” indistintamente, apesar da separação entre as duas expressões feita por Auroux (AUROUX, 1998, p.26, nota 6).

<sup>7</sup> Texto que procura explorar a questão de língua na análise do discurso (AD) e no qual nos baseamos neste trabalho é de Baldini (2012, p. 5).

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> A noção de ideologia para Pêcheux vem de Althusser. Não como “visão de mundo”, tampouco como máscara a esconder uma verdade, a ideologia é tratada como evidência. Isto é, pela ideologia, os sentidos são tomados como evidentes pelo sujeito. Segundo Pêcheux, tábuas egípcias necessárias para prever inundações eram produtos técnicos, ou seja, uma resposta à demanda social. Teria sido apenas com Galileu, por exemplo, que um “corte epistemológico” ocorreria, devido a um descolamento com relação à ideologia dominante (PÊCHEUX, 2014, p.25).

<sup>10</sup> Para conferir como Saussure demorou a ser levado em consideração na Europa, principalmente na França, ver COLOMBAT *et al*, 2010.

<sup>11</sup> Baldini e Ribeiro (2016) veem uma transformação completa nas relações entre história, psicanálise e linguística para Pêcheux do fim dos 1970 e, assim, recusam qualquer ideia de evolução na obra. A abertura do colóquio “Matérialités discursives” (1981), redigido em 1979, traria o deslocamento: “De 1978 a 1981, Pêcheux abriu uma série de interrogações e questionamentos para a Análise de Discurso, produzindo uma verdadeira modificação na forma em que mobilizava a relação entre Marx, Freud e Saussure. Em nosso ponto de vista, não é possível pensar a trajetória de Pêcheux de forma estanque, linear e evolutiva. Por esse motivo, não consideramos que sua obra se divida em duas (antes e depois da reflexão sobre o real da língua) ou em três épocas tal como o próprio Pêcheux ([1990] 2014) pareceu indicar em um esboço publicado postumamente. No entanto, reconhecemos que a problematização do real como impossível específico à língua e à história é tomado como um deslocamento em relação a certas concepções e posicionamentos até então vigentes.” (BALDINI e RIBEIRO, 2016, p.164-165).

<sup>12</sup> Em decorrência da ascensão de Stalin, segundo os autores, vem a primeira etapa da linguística “levada a sério”. Isso teria ocorrido no Círculo Linguístico de Praga, de 1925 até a Segunda Guerra, com a garantia científica sendo trazida pela ideia de comunicação. Nesse Círculo, Saussure teria sido lido de um modo contraditório e superficial, segundo Gadet e Pêcheux. No que se refere à fonologia, o conceito de distintividade como propriedade da língua seria um prolongamento de Saussure. Mas sua tomada fora contraditória. Enquanto levava a considerar que não há dimensão da língua que não seja poética (instaurando o “impossível”), ao mesmo tempo, levava a língua a ser um sistema de expressões “apropriadas a uma finalidade” (primeira tese de Praga): “A contribuição do CLP (Círculo Linguístico de Praga) pode ser considerada como essencialmente contraditória. Por um lado, será uma tentativa de aplicação prática do que havia ficado no plano teórico de Saussure: a reflexão privilegiada sobre o domínio dos sons baseia-se na apreensão da maneira pela qual nasce o sentido da poesia, o que significa que a língua, objeto do linguista, nunca é separada da língua, objeto da literatura. Por outro lado, ele será uma primeira etapa para a instalação da ordem do sério na linguística, uma retomada da ideologia da comunicação, à qual ele traz uma garantia científica” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.106).

<sup>13</sup> Para Auroux, seria como se pudéssemos encontrar um cientista da dimensão de Newton em todas as esquinas (AUROUX, 2008, p.156). Koerner também ironiza tal fenômeno, ao categorizar um tipo de escrita sobre a história da linguística que, reivindicando a descontinuidade, é “caraterizado pela intenção, por parte de um indivíduo normalmente nos seus trinta anos (...) de lançar uma campanha para se opor a visões anteriormente apreciadas e a doutrinas ainda em vigor.” (KOERNER, 2014, p.14).



# A FONTE QUE NÃO QUER SER IDENTIFICADA NA ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA

Neuza Zattar\*  
UNEMAT

**Resumo:** *Este artigo analisa o funcionamento da “fonte” que não quer ser identificada na enunciação jornalística, sob a forma de discurso relatado indireto, examinando como se constrói a relação entre o dizer do locutor-jornalista que busca a informação e o querer dizer da fonte que fornece a notícia, em nome do sigilo. Para este trabalho, abordamos o discurso citado em Bakhtin (1995), a dupla enunciação em Ducrot (1987) e as figuras da enunciação em Guimarães (2005, 2011), e fundamentamos as análises na perspectiva da Semântica da Enunciação.*

**Abstract:** *This article analyzes the functioning of the “source” that does not want to be identified in the journalistic enunciation, in the form of indirectly reported discourse, examining how the relationship between the speaker-journalist’ saying that seeks the information and the meaning of the source that provides the news, in the name of the stealth. For this work, we substantiate the discourse mentioned in Bakhtin (1995), the double-enunciation in Ducrot (1987) and the figures of the enunciation in Guimarães (2005, 2011), and we base the analyzes in the perspective of Semantics of Enunciation.*

## 1. Introdução

Nas notícias publicadas em jornais eletrônicos que circulam quase ao mesmo tempo em que são enunciadas, nos deparamos, algumas vezes, com o emprego do enunciado *disse a fonte que não quis ser identificada*, que se particulariza pelo modo de como esse dizer, que aparece no fio da enunciação jornalística, é incorporado à enunciação do locutor-jornalista com a chancela da fonte que não quer ser identificada.

Na linguagem jornalística, espera-se, por princípio, que toda fonte deve ser identificada. No entanto, segundo Cornu (1999, p.77), “se a

fonte não pode ser claramente situada, identificada e confirmada, a deontologia<sup>1</sup> obriga o jornalista a abster-se ou garantir o sigilo”, ou seja, “o jornalista que recebe informações a título de confidencial é autorizado pela deontologia a servir-se delas, desde que não se revele a sua origem”. (idem, p. 86). Geralmente, utiliza-se na linguagem jornalística o termo “off” para designar uma informação dada por uma fonte que não deseja revelar sua identidade e “on” para a fonte que permite que seu nome seja publicado e/ou revelado.

A não identificação da fonte que fornece a informação, e que a princípio nos parece contraditório, está assegurada na Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 ou Lei da Imprensa (atualizada até janeiro de 2010) que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. O Art. 7º da lei diz que

No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radiorrepórteres ou comentaristas.

Além da proteção jornalística garantida pela Lei da Imprensa (Art. 71<sup>2</sup>), a Constituição Federal de 1988, conforme o inciso XIV do Art. 5º, também “assegura a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Asseguradas juridicamente as condições do dizer da *fonte que não quis ser identificada* na enunciação jornalística, pretendemos neste artigo analisar o funcionamento desse sujeito que se coloca no lugar da fonte de informações, mas que não quer ser identificado, e examinar como se constrói a relação enunciativa entre o dizer do locutor-jornalista que busca a informação e o querer dizer do locutor-fonte que fornece a informação em nome da manutenção do sigilo. Também serão analisadas outras formas de discurso relatado indireto, entre elas, a da “fonte” que diz e pede para não ser identificada.

Para fundamentar teoricamente a nossa proposta, abordaremos o discurso citado em Bakhtin (1995), a dupla enunciação em Ducrot (1987) e as figuras da enunciação em Guimarães (2005) e, a seguir, mostraremos como o enunciado *disse a fonte que não quis ser identificada* funciona nos recortes de textos extraídos de jornais

eletrônicos, ao ser incorporado e ressignificado na enunciação jornalística.

## 2. Enunciação e discurso relatado

### 2.1 O discurso citado em Bakhtin [Volochinov]

Se nas gramáticas normativas brasileiras, os tipos de discurso (direto, indireto e indireto livre) e suas modificações são definidos e exemplificados no campo disciplinar da sintaxe da frase, para Bakhtin [Volochinov] (1995), numa perspectiva dialógica/interacional, esses discursos, sob o nome de discurso citado, devem ser analisados na perspectiva da enunciação “por considerar que de todas as formas da língua, as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação, *dos atos de fala*”. (idem, p. 139-140, grifo do autor).

Bakhtin [Volochinov] (idem), ao mostrar que os procedimentos de análise linguística (fonéticos, morfológicos e sintáticos) são inadequados para dar conta da enunciação, seja ela uma palavra, uma frase ou uma sequência de frases, concebe a enunciação como uma réplica do diálogo, uma unidade de base da língua de natureza social.

Para analisar o fenômeno de transmissão da palavra de outrem, Bakhtin [Volochinov] adota uma orientação sociológica nos estudos da linguagem e define o discurso citado como “*o discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*”. (1995, p. 144, grifo do autor). Ou seja, todo discurso, toda enunciação pode tornar-se um discurso citado, uma enunciação citada.

A enunciação de outrem, segundo Bakhtin [Volochinov] (idem), tem uma ‘significação profunda’, e é vista pelo falante como

a enunciação de uma *outra* pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos de sua integridade linguística e de sua autonomia estrutural primitivas. (Grifo do autor).

A enunciação que cita e a enunciação citada são construídas em contextos independentes e, na passagem para o contexto narrativo, a enunciação citada, dada a sua autonomia estrutural e semântica, mantém o seu conteúdo linguístico e estrutural de origem. Essa integração linguística e enunciativa, segundo o autor (p. 145), é crucial para que o discurso citado seja “completamente apreendido”. No entanto, podem ocorrer nessa integração “diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior do contexto” (idem, p. 146), pelas mudanças que ocorrem com o deslocamento do recorte do discurso citado do seu contexto na formação de um novo contexto.

## 2.2 A dupla enunciação em Ducrot

A partir do conceito de polifonia desenvolvido por Bakhtin, para quem várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas se sobreponha às outras, Ducrot (1987) pesquisa esse postulado nos enunciados e acaba sustentando que, numa mesma enunciação, é possível verificar a presença de mais de um sujeito falante.

Para o linguista, a descrição da enunciação é constitutiva do sentido dos enunciados e “esta descrição contém ou pode conter a atribuição de um ou vários sujeitos à enunciação (locutores/enunciadores<sup>3</sup>) que seriam sua origem”. (idem, p. 182).

Ducrot (1987), na sua primeira forma de polifonia, sustenta a existência de dois locutores distintos em casos de “dupla enunciação”, ou seja, em uma enunciação atribuída a um locutor é possível aparecer sempre uma enunciação atribuída a um outro locutor. Essa forma de polifonia ocorre no discurso relatado em estilo direto, como no exemplo: Se Pedro diz “João me disse: *eu virei*”, segundo o autor, há duas marcas de primeira pessoa que remetem a dois seres distintos representados por dois locutores diferentes, o primeiro é atribuído a Pedro e o segundo a João. Esta possibilidade de desdobramento do locutor “permite conhecer o discurso atribuído a alguém, [...] e permite ainda a alguém fazer-se o porta-voz de um outro e empregar, no mesmo discurso, *eus* que remetem tanto ao porta-voz quanto à pessoa da qual é porta-voz”. (DUCROT, 1987, p. 185).

Para Ducrot (1987), o discurso relatado em estilo direto (RED) consiste em uma apresentação da enunciação como dupla: “o próprio sentido do enunciado atribuiria à enunciação dois locutores distintos,

eventualmente subordinados”. (p. 186). Nessa linha, “o RED procura reproduzir na sua materialidade as palavras produzidas pela pessoa de quem se quer dar a conhecer”. (idem). Diz ainda Ducrot (p. 187) que “A verdade do relato não implica, pois, se o RED é um caso particular de dupla enunciação, uma conformidade material das falas originais e das falas que aparecem no discurso daquele que relata”.

A diferença entre estilo direto e o estilo indireto, segundo Ducrot, não é que o primeiro dá a conhecer a forma e o segundo só o conteúdo. No discurso relatado direto, o locutor **faz falar** um outro, atribuindo-lhe a responsabilidade da fala, e no discurso relatado indireto, o locutor **incorpora** na sua fala a fala de um outro locutor. (Grifo nosso).

### 2.3 As figuras da enunciação em Guimarães

Guimarães (2005), na disciplina teórica Semântica do Acontecimento<sup>4</sup>, institui as figuras de enunciação no espaço de enunciação, no qual ocorrem as cenas enunciativas que, segundo o autor (idem, p. 23), “se caracterizam por constituir modos específicos de acesso às palavras, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Na cena são agenciados lugares de enunciação específicos para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”.

Guimarães (idem) divide as figuras da enunciação em Locutor, locutor-x e enunciador. O Locutor (com L maiúsculo) se representa como a fonte do dizer, como contemporâneo ao presente desse dizer. O Locutor (L) toma a palavra afetado por lugares sociais que o autorizam a falar de um determinado modo e em uma determinada língua. O lugar social representa o locutor-x, sendo x a variável que representa vários lugares (jornalista, fonte etc.). O Locutor é, assim, díspar a si, “uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” (ibidem, p. 24). Os enunciadores são lugares de dizer, outra divisão do Locutor na cena enunciativa, e correspondem a quatro tipos: enunciador-individual, enunciador-genérico, o enunciador-universal e o enunciador-coletivo.

Os espaços de enunciação, espaços de constituição de falantes ou de sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer, “se caracterizam politicamente pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do

conflito, indissociado desta deontologia que redivide o sensível, os papéis sociais”. (GUIMARÃES, 2003, p. 55).

Para as análises, nos filiamos à Semântica do Acontecimento, disciplina que reúne definições teóricas que estabelecem a relação entre falantes e línguas no acontecimento do dizer, bem como os fundamentos e os procedimentos de análise de textos relatados ou não, integrados por enunciados.

### 3. Análise

Nos recortes extraídos de textos jornalísticos eletrônicos em que ocorre o enunciado *disse a fonte que não quis ser identificada* e outros enunciados correlatos, observamos a presença do discurso relatado indireto que se caracteriza por incorporar o dizer de outro locutor social (a fonte de notícias, no nosso caso), que aparece como a exterioridade já-dita antes, em outro lugar, do que se diz na enunciação jornalística, numa abordagem teórica que nos afasta do tratamento gramatical dado às estruturas sintáticas da trilogia discurso direto, indireto e indireto livre, e das perspectivas teóricas que não levam em conta a relação do memorável no funcionamento da língua no acontecimento do dizer.

Os recortes teóricos selecionados para as análises se apresentam sob a forma de discurso relatado indireto que retoma, interpreta e incorpora enunciações realizadas. O discurso relatado, que se coloca como uma das formas da língua mais usadas no cotidiano dos falantes, permite relatar sob a forma direta ou indireta o discurso do outro. Guimarães (2006, p. 27), ao considerar a importância do funcionamento desse discurso na relação sujeito/língua, diz que no discurso relado indireto “o locutor do enunciado nos conta algo que outro locutor disse e nos conta isto sem reproduzir diretamente as palavras desse outro locutor”.

Vamos aos recortes<sup>5</sup>.

**(R1) Uber busca comprar carros autônomos, diz fonte**

**(DR1)**

**A empresa estaria sondando fabricantes do setor automotivo para fazer um grande pedido de carros sem motoristas.**

18/03/2016 | 18h46

O serviço de transportes urbanos Uber estaria procurando empresas do setor automotivo para fazer um grande pedido de carros sem motoristas, **disse uma fonte do setor nesta sexta-feira, 18. (DR2)**

“Eles querem carros autônomos”, **disse a fonte, que não quis ser identificada.** “Parece que eles estavam fazendo compras.” **(DR3)**

O Uber, que acumula déficits, conseguiria grandes economias em seu maior custo – os motoristas – se fossem incorporados carros autônomos à sua frota.

Audi, Mercedes-Benz e as fornecedoras de componentes Bosch e Continental estão todas trabalhando em tecnologias para carros autônomos ou semi-autônomos (sic).

Mais cedo nesta sexta-feira, a publicação alemã *Manager Magazin* divulgou que o Uber fez um pedido para pelo menos 100 mil sedãs S-Class, da Mercedes, citando fontes em ambas as empresas.

**Outra fonte familiarizada com o assunto disse que nenhum pedido foi protocolado junto à Mercedes-Benz. (DR4)**

Daimler, controladora da Mercedes-Benz, e Uber não quiseram comentar o assunto.

Executivos da indústria automotiva têm receio em fazer acordos com empresas de tecnologia recém-chegadas que ameaçam seus modelos de negócios baseados em manufatura e venda de carros.

**“Não queremos acabar como a área de celulares da Nokia, que já foi altamente lucrativa e então desapareceu”, disse uma fonte do setor automotivo sobre um eventual acordo com o Uber. (DR5)**

(<http://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,uber-busca-comprar-carros-autonomos--diz-fonte,10000048405> Acesso em: março de 2016).

O R1 textualiza um dos caminhos encontrados pelas empresas de serviço de transportes urbanos Uber, nos grandes centros urbanos do país, como a aquisição de carros autônomos, com o objetivo de

reduzir gastos com a substituição de seus motoristas por carros automotivos. O fato de querer economizar às custas da extinção da figura do motorista, coloca o Uber no centro das atenções dos motoristas que perderiam o emprego, dos taxistas que se sentem ameaçados com a concorrência do Uber e também das indústrias automotivas que lucrariam com a eventual produção de carros desse porte, gerando, por parte das pessoas envolvidas, informações, opiniões e especulações cotidianas, que se constituem em farto material jornalístico. Esses acontecimentos do dizer, que circulam nos espaços das grandes cidades que dispõem desse serviço, constituem o memorável do Uber, que permite “aliar a atualidade da formulação e o memorável de outras enunciações que comparecem no acontecimento enunciativo” (DIAS, 1917, p. 392-393) do recorte 1.

O título do texto “Uber busca comprar carros autônomos, diz fonte” (DR1), sob a forma de discurso relatado, evoca o memorável do lançamento, nos Estados Unidos pelo Uber, de uma modalidade de carros que dispensa condutores e direciona os sentidos da notícia para o presente da enunciação; e o enunciado-subtítulo “A empresa estaria sondando fabricantes do setor automotivo para fazer um grande pedido de carros sem motoristas” expande os sentidos do título e reescreve por condensação toda a notícia jornalística.

No R1 temos a ocorrência de cinco discursos relatados, a partir do título, que se particularizam pelo modo de como a enunciação do locutor-jornalista incorpora a enunciação de outro locutor (fonte de notícias), realizada em outros tempos e lugares, tendo em vista que o acontecimento do dizer, segundo Guimarães (2005), ao se constituir no espaço de temporalização, recorta como memorável enunciações realizadas. E é nessa conjugação de tempos simbólicos que a enunciação do locutor-jornalista, ao incorporar o dizer do outro (da fonte), produz uma nova temporalização, um novo acontecimento.

No funcionamento do discurso relatado, a incorporação da enunciação da “fonte” pela enunciação do locutor-jornalista, podem ocorrer mudanças de sentido pelo deslocamento do recorte na constituição de uma nova enunciação, pois não há completude na transposição da materialidade da notícia para a enunciação do locutor-jornalista, mas fragmentos dessa notícia, ou seja, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”. (ORLANDI, 1984 em GUIMARÃES, 2011, p. 44).

Os discursos relatados negritados no R1 serão identificados nas análises por DR2, DR3, DR4 e DR5 e, embora o enunciado *disse a fonte, que não quis ser identificada* (DR3) se constitua no objeto de análise deste artigo, seguiremos a ordem descrita no texto.

**DR2. “O serviço de transportes urbanos Uber estaria procurando empresas do setor automotivo para fazer um grande pedido de carros sem motoristas, disse uma fonte do setor nesta sexta-feira, 18”.**

No DR2, o locutor-jornalista relata a informação dada pela “fonte”, colocando-se no lugar de quem enuncia. Esse novo lugar social do locutor-jornalista, determinado pelo sigilo da “fonte”, é constituído por uma deontologia que regula/orienta a distribuição dos lugares sociais no acontecimento, ou seja, a relação daquele que fala com a “fonte” que se constitui em outro acontecimento e com aquele para quem se fala no acontecimento da notícia jornalística.

Nesse discurso relatado, “uma fonte do setor” não é agenciada em Locutor e o seu dizer, ao integrar-se à enunciação do locutor-jornalista, funciona como um já dito que pode ser alterado, interpretado ou mesmo ser repetido. Queremos destacar que no discurso relatado indireto a “fonte” não diz, ela é dita, e esse já dito, ao ser incorporado à enunciação do locutor-jornalista, passa a ressignificar, visto que o acontecimento do R1 é distinto do acontecimento em que se deu a interlocução com a “fonte”.

O discurso relatado no DR2 pode ser representado por:

(1) Locutor-jornalista: EU DIGO QUE uma fonte do setor **disse**: X.

A construção do discurso relatado em análise não segue o modelo do esquema sintático preconizado pela gramática – verbo dicendi *disse* + conjunção subordinativa *que* –, o que não inviabiliza a natureza do discurso, pois, na linguagem jornalística não há uma regra fixa para a construção do discurso relatado indireto e, dependendo do lugar social do locutor-jornalista e da “fonte” no espaço de enunciação em que se constituíram, podem ocorrer outras formas de relatar a notícia, considerando que “qualquer expressão linguística funciona, de

um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento no qual ele fala aquilo que fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos”. (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Outras transformações de DD para DI, conforme Jean Dubois et al. (1998, p. 195), também podem acarretar

o desaparecimento indireto das marcas de enunciação *eu X tu* e impor referências de lugar e de tempo, não mais em relação à pessoa que pronunciou a frase mas à pessoa que fez a narração, repetindo as palavras.

O emprego do verbo no futuro do pretérito composto “estaria procurando” corrobora o que diz Cornu (1999) sobre a utilização desse recurso de linguagem pelos jornalistas como condicional, no intuito de indicar incerteza e não expor as pessoas envolvidas. Esse emprego, no entanto, pode se alterar conforme a linguagem empregada pelos interlocutores nos espaços de enunciação. Outro recurso da língua é o emprego do artigo indefinido “uma” em “uma fonte”, que funciona de modo indeterminado para mantê-la de modo indefinido, sustentando o seu anonimato.

### **DR3. “Eles querem carros autônomos”, disse a fonte, que não quis ser identificada. “Parece que eles estavam fazendo compras”.**

Nesse recorte é possível observar a divisão do Locutor em vários locutores, pois para se constituir como Locutor (L), é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a dizer. Vejamos:

- 1 1 - locutor-fonte da primeira informação (representado por *Eles*);
- L 1 2 - locutor-fonte (*a fonte que não quis ser identificada*);
- 1 3 - locutor-jornalista (retoma e interpreta esses dizeres que são incorporados a sua enunciação).

Nessa representação, podemos afirmar que, pelo efeito dos lugares sociais, na instância da informação o locutor-1 e o locutor-2 são

agenciados por acontecimentos distintos, já ocorridos, e na instância do relato no recorte eles são ditos, como ocorre com a terceira pessoa na descrição do sistema pronominal proposta por Benveniste (1995) que, ao mostrar a oposição entre os pares *eu-tu* (os sujeitos da interlocução) e *ele* (o pronome da não pessoa), diz que *ele* se refere a um objeto colocado fora da alocação.

Essa ocorrência nos permite dizer que pelas mudanças estruturais da língua que decorrem da passagem do discurso direto para o discurso relatado indireto, o já dito da “fonte” aparece marcado no acontecimento de linguagem na terceira pessoa (*ele/ela disse*) e essa relação de pessoas nos remete ao plano de enunciação histórico que, conforme Benveniste (1995), exclui a presença do sujeito que enuncia e nela só se verificam formas da terceira pessoa, ou seja, a forma verbal que exprime a “não pessoa”.

O discurso relatado no DR3 pode ser representado por:

(1) Locutor-jornalista: EU DIGO X (QUE disse a fonte que não quis ser identificada) QUE disse X (Que **Eles** disseram).

As informações das fontes incorporadas ao acontecimento do locutor-jornalista mobilizam a intertextualidade, ou seja, “um texto fala sempre de outros textos, ou a partir de outros textos, ou de elementos de outros textos, incorporando-os e assim modificando-os”. (GUIMARÃES, 2011, p. 27).

Os pronomes “Eles” e “eles” no DR3 funcionam de forma indeterminada pela ausência, na cena de enunciação, das figuras enunciativas a quem os pronomes se referem e que, segundo Ducrot, funcionam nos enunciados como locutores impessoais.

No DR3, evidencia-se uma marca do discurso direto pelo emprego do verbo no presente do indicativo em “Eles querem carros autônomos”. No entanto, a manutenção dessa flexão no discurso relatado indireto, pode ocorrer, segundo Othon M. Garcia (2006, p. 153), “se a ação declarada na oração integrante perdura ainda no momento em que se fala”. Podemos observar essa ocorrência no enunciado destacado que, colocado de modo assertivo, infere uma certeza em relação à informação que se desloca com a modalização do verbo “parecer” no enunciado “Parece que eles estavam fazendo compras”, que modifica os sentidos anteriormente postos.

Sobre a oposição entre discurso direto (DD) e discurso indireto (DI), Bakhtin (1995) diz que na língua russa não há diferenças notáveis entre os dois esquemas sintáticos de transmissão do discurso de outrem (discurso direto e discurso indireto) como existem em outras línguas. A passagem do estilo direto ao indireto não se faz de maneira mecânica, mas por meio de análise e reformulação completa.

Outra diferença entre esses discursos também é colocada por Ducrot (1987), para quem, no discurso relatado direto, o locutor faz falar um outro que se torna responsável pelo que diz e, no indireto, o locutor incorpora na sua fala o dizer de um outro locutor. Na teoria a que nos filiamos, Guimarães (2006) diz que no discurso direto o locutor relata o que o outro locutor disse, relatando o que seriam as próprias palavras deste outro locutor; e no discurso indireto, o locutor relata o que disse o outro locutor, sem reproduzir diretamente as palavras deste outro locutor. Podemos acrescentar, ainda, que no discurso relatado direto, o locutor reescreva por repetição o que disse o outro locutor em outro acontecimento; e no discurso relatado indireto, o locutor interpreta o que disse o outro locutor em acontecimentos outros.

#### **DR4. Outra fonte familiarizada com o assunto disse que nenhum pedido foi protocolado junto à Mercedes-Benz.**

No DR4, a “fonte” predicada pela expressão “familiarizada com o assunto” torna a informação mais abalizada que as anteriores e significa que a “fonte” tem conhecimento do assunto e do funcionamento protocolar da Mercedes-Benz.

Pelo lugar social da “fonte” na Mercedes-Benz, observamos que o DR4 contraria as informações das fontes anteriores bem como o pedido do Uber à Mercedes publicado na *Manager Magazin*, ao afirmar que “nenhum pedido foi protocolado junto à Mercedes-Benz”. Essa contradição faz deslizar os sentidos dos já ditos e instala o conflito no centro do dizer, conflito que, conforme Guimarães (2005, p. 17), se constitui “pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos”.

Ao nos interrogar sobre o que leva a “fonte” a fornecer a notícia ao jornalista e omitir a sua identidade, observamos que as notícias da

“fonte” advêm da interlocução entre o jornalista e a “fonte” e se enquadram em uma das inúmeras fontes empregadas por jornalistas, a *Anônima (off)*, que descreve essa relação.

Entre o jornalista e a fonte se estabelece uma relação de confiança que pode incluir o compromisso do silêncio quanto à origem da informação. Essa relação envolve questões legais, éticas e deontológicas.

Trata-se do sigilo de fonte, em que o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte, o que é assegurado na legislação das democracias contemporâneas. Mas, cabe à fonte decidir o que pode ou não ser divulgado e, ao jornalista, considerar o *off* ou não. (SCHMITZ, 2011, p. 30).

Na construção do discurso relatado indireto (DR4) observamos a presença do verbo na voz passiva sem a presença do agente da passiva, o que caracteriza outro recurso da língua empregado para assegurar a não identificação da “fonte”.

O discurso relatado 4 pode ser representado como:

(1) Locutor-jornalista: EU DIGO QUE uma fonte familiarizada com o assunto **disse**: X.

**DR5. “Não queremos acabar como a área de celulares da Nokia, que já foi altamente lucrativa e então desapareceu”, disse uma fonte do setor automotivo sobre um eventual acordo com o Uber.**

No DR5 o locutor-jornalista rediz o que disse a “fonte” que não se identifica, que fica invisível, dadas as suas condições reais de existência. Nesse enunciado, a “fonte” aparece determinada (predicada) pela expressão “do setor automotivo” e, dado o seu lugar social no espaço de enunciação da empresa, assimila o lugar de dizer do enunciador coletivo, colocando-se como porta-voz da notícia.

Pelas predicções das “fontes” nos discursos relatados anteriores – “uma fonte do setor”; “outra fonte familiarizada com o assunto” e a do DR5 “uma fonte do setor automotivo”, podemos dizer que as interlocuções do locutor-jornalista com as “fontes” se deram em

espaços de enunciação, termo definido por Guimarães (2005, p. 18) como “espaços de funcionamento de línguas, habitados por falantes<sup>6</sup>, ou seja, “por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. E é nesses espaços em que falantes e línguas se dividem, que o locutor-jornalista estabelece relações de linguagem com as diversas “fontes” para obter informações sobre a possível compra de carros autodirigíveis pelo Uber.

O enunciado “Não queremos acabar como a área de celulares da Nokia, que já foi altamente lucrativa e então desapareceu [...]” evoca o memorável do insucesso da Nokia, na área de celulares e do receio de um eventual acordo com empresas de tecnologia recém-chegadas ao Brasil.

O discurso relatado nesse acontecimento pode ser representado por:

(1) Locutor-jornalista: EU DIGO QUE uma fonte do setor automotivo **disse**: X.

Retomando a cena enunciativa do R1, observamos que a construção desse texto é tecida de informações oriundas de várias “fontes” que dão a espessura linguístico-semântica ao texto-notícia, uma vez que o texto, enquanto unidade de sentidos, é integrado de enunciados. O texto (R1) tem como eixo a possível compra de carros autodirigíveis pelo Uber perpassado pelo memorável das informações advindas das “fontes”.

O R1 é atravessado por várias temporalidades, visto que é o acontecimento que temporaliza, pois o que se diz não se dá no tempo do sujeito, que diz afetado pelo memorável. Nessa linha, os acontecimentos do dizer em que se deu a interlocução do locutor-jornalista com as diferentes “fontes” estabelecem uma relação entre um antes e um depois, projetando um novo acontecimento, uma nova temporalização: a eventual compra de carros pelo Uber.

Nesse recorte observamos a constituição de falantes, ou seja, as diferentes fontes de notícias entrevistadas pelo locutor da matéria jornalística (R1), divididas pelo que podem ou não dizer, ou pelo que podem ou não informar, dadas as condições sociais do seu lugar no espaço de enunciação, pois como vimos, essas divisões de papéis são

regidas pela deontologia que organiza e distribuí os papeis dos falantes, o que pode também contribuir para o anonimato da fonte.

Do ponto de vista do discurso relatado, as informações participam da construção da notícia jornalística e da memória do Uber, imprimindo nos recortes os modos como as “fontes” fornecem as informações sob sigilo e como o locutor-jornalista, a partir do lugar social que assume nas diferentes cenas enunciativas, retoma, interpreta e incorpora esses dizeres, fazendo-os ressignificar.

Passemos ao recorte 2.

**(R2) Rio quer novo concessionário para Maracanã após Paraolimpíada, diz fonte (DR1)**

Por Rodrigo Viga Gaier

RIO DE JANEIRO (Reuters) - Uma nova licitação para definir o futuro administrador do Maracanã será feita antes do fim da Paraolimpíada, **segundo uma fonte próxima à discussão sobre a concessão do estádio (DR2), que prevê uma nova gestão em outubro.**

A partir de março, o Estado do Rio de Janeiro assume a gestão do Maracanã para preparar o estádio para Jogos Olímpicos, em agosto, e Paraolímpicos, em setembro.

A intenção é usar esse período para selar definitivamente o fim do “casamento” com a construtora Odebrecht, que forma o consórcio que adquiriu a gestão do estádio em 2013. A relação com o Estado se desgastou após alterações contratuais promovidas pelo governo fluminense e pelas dificuldades financeiras encontradas pela construtora, [...].

**“A ideia é zerar de vez a relação com a Odebrecht e começar do zero de novo”, disse a fonte próxima ao assunto, que pediu para não ser identificada” (DR3).**

(<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2016/02/19/rio-quer-novo-concessionario-para-maracana-apos-paralimpiada-diz-fonte.htm> Acesso em: março de 2016).

No recorte acima, as informações das “fontes” ditas em outros acontecimentos do dizer como “Uma nova licitação para definir o

futuro administrador do Maracanã” (DR2) e “zerar de vez a relação com a Odebrecht” (DR3) se cruzam para projetar uma nova temporalidade: definir o futuro gestor do Maracanã. Tratam-se de “fontes” distintas quanto aos acontecimentos que as agenciam, mas ligadas pelos lugares sociais que ocupam nesses acontecimentos: os de fontes sigilosas.

No R2 funcionam três discursos relatados distintos, mas vamos nos ater ao terceiro pela singularidade que o constitui: o pedido para não ser identificada.

### **DR3 A ideia é zerar de vez a relação com a Odebrecht e começar do zero de novo, “disse a fonte próxima ao assunto, que pediu para não ser identificada” (DR3).**

No DR3, chamam atenção as particularidades do querer dizer da “fonte” que fornece a informação, mas pede para não ser identificada, o que significa dizer que estamos diante de uma “fonte” que, mesmo assegurada juridicamente, pede para ser mantida em sigilo. É possível dizer que no acontecimento anterior, a fonte foi agenciada duplamente, como mostra o relato do locutor-jornalista:

- (1) “**disse** a fonte próxima ao assunto;”
- (2) “(a fonte) que **pediu** para não ser identificada.”

Em (1) registra-se a regularidade do discurso relatado no funcionamento da língua do R2, e em (2) verificamos que os direitos do sigilo da fonte, assegurados na Lei da Imprensa e na Constituição em vigor, ainda não se realizaram na língua na ordem do dizível, que organiza a sua recorrência, mas na ordem do silêncio, que remete “ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 1995, p.12), que intervém na construção do memorável do direito ao sigilo no acontecimento do discurso relatado 2.

Na expressão “a fonte próxima ao assunto”, a “fonte” aparece determinada (predicada) por “próxima ao assunto”, o que a qualifica como “fonte” que tem conhecimento do assunto e/ou participa das discussões do novo concessionário para o Maracanã.

O locutor-jornalista produz o texto sobre a concessão do estádio do Rio de Janeiro, a partir das interlocuções que estabelece com as “fontes” nos espaços de enunciação, interlocuções essas que, na enunciação do locutor-jornalista, fazem retornar o memorável da concessão do estádio carioca.

A incorporação da enunciação da “fonte” pela enunciação do locutor-jornalista faz ressignificar os sentidos do texto jornalístico, por considerar que se tratam de acontecimentos do dizer distintos quanto à temporalidade e aos locutores que por eles são agenciados a dizer.

### **Algumas Considerações**

Pelas análises dos discursos relatados indiretos nos dois textos jornalísticos eletrônicos, verificamos que as fontes de notícias não dizem, elas são ditas pelo Locutor, agenciado em locutor-jornalista. Essa relação enunciativa se constitui primeiro de uma interlocução entre o locutor-jornalista e a fonte de notícias em um acontecimento anterior ao que está sendo relatado; e segundo, da enunciação da fonte que é incorporada à enunciação do locutor-jornalista que passa a relatá-la.

Queremos destacar que a construção dos textos jornalísticos é entremeada por dois tipos de relato: no primeiro, o locutor-jornalista relata os acontecimentos sem remeter às fontes; e no segundo, o locutor-jornalista rediz as informações das fontes de notícia, nas quais as fontes aparecem marcadas pelo verbo *dicendi* “disse”.

A construção dos discursos relatados nos textos analisados nem sempre segue a estrutura do discurso indireto proposta pela gramática, pois para a perspectiva enunciativa, que toma a língua como um fenômeno social e histórico, importa o funcionamento desse discurso nos textos relatados e como os sujeitos se movimentam neles.

### **Referências bibliográficas**

BATALHA, Florbela. O que acontece quando o código deontológico dos jornalistas é violado. Disponível em:

[http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica\\_pratica/Jornalismoumcasodeviola%C3%A7%C3%A3odoc%C3%B3digo.pdf](http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pratica/Jornalismoumcasodeviola%C3%A7%C3%A3odoc%C3%B3digo.pdf) Acesso em: maio de 2016.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.



\_\_\_\_\_. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Unicamp. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, n°. 51 (Jan./Jun.) 2009.

\_\_\_\_\_. Dois modos de não dizer EU. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas*. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Análise de texto*. Procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

\_\_\_\_\_. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. Programa de Pós-Graduação em Letras PPGL/UFSM. *Língua e Literatura: Limites e Fronteiras*, n°. 26, 2003.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. No movimento do silêncio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNCAMP, 1995.

SCHMITZ, Aldo Antonio. *Fontes de notícias*. Ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: [//www.google.com.br/?gws\\_rd=ssl#q=Schmitz%2C+Aldo+Antonio+Fontes+de+not%C3%ADcias+:+a%C3%A7%C3%B5es+e+estrat%C3%A9gicas+das+fontes+no+jornalismo](http://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Schmitz%2C+Aldo+Antonio+Fontes+de+not%C3%ADcias+:+a%C3%A7%C3%B5es+e+estrat%C3%A9gicas+das+fontes+no+jornalismo)

Acesso em: julho de 2016.

**Palavras-chave:** Semântica do Acontecimento, discurso relatado, fonte de notícia.

**Keywords:** *Semantics of Enunciation*, discourse reported, news source.

---

\* Profa. Dra. em Linguística do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso/Cáceres.

<sup>1</sup> Na linguagem jornalística, o Código Deontológico é um documento que reúne um conjunto de regras e obrigações que orientam o exercício de uma determinada profissão. (BATALHA).

Disponível

em:

[http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica\\_pratica/Jornalismoumcasodeviola%C3%A7%C3%A3odoc%C3%B3digo.pdf](http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pratica/Jornalismoumcasodeviola%C3%A7%C3%A3odoc%C3%B3digo.pdf) Acesso em: maio de 2016.

<sup>2</sup> Art. 71 Nenhum jornalista ou radialista, ou, em geral, as pessoas referidas no art. 25, poderão ser compelidos ou coagidos a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações, não podendo seu silêncio, a respeito, sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, nem qualquer espécie de penalidade.

- 
- <sup>3</sup> Ducrot (1987) define o locutor como a figura da enunciação que se representa como a responsável pela enunciação, como a fonte do dizer. O locutor é aquele que se representa como *eu* e outras marcas da primeira pessoa na enunciação. Ao locutor remetem as marcas de primeira pessoa contidas no enunciado. Ainda no interior da figura do locutor, o linguista distingue duas representações: o *locutor-enquanto-tal* (L), responsável pela enunciação, e o *locutor-enquanto-ser-no-mundo* ( $\lambda$ ), origem do enunciado. O enunciador, segundo Ducrot (1987, p. 195), é a principal figura da polifonia, é “a figura de sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação”.
- <sup>4</sup> Definida por Guimarães (2005, p 07) como a “semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação”.
- <sup>5</sup> Guimarães (2011, p. 44) opera a noção de *recorte* feita no interior da Análise de Discurso e a utiliza desde *Texto e Argumentação* (1987): “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva”. (ORLANDI, 1984, p. 14).
- <sup>6</sup> Nos espaços de enunciação, os falantes, conforme Guimarães (2011, p. 52), “são sujeitos da língua enquanto constituídos por esses espaços de línguas e falantes”.

# A MULHER NO IDIOMA: EFEITOS DE SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA

Dantielli Assumpção Garcia  
UNIOESTE/E-L@DIS-USP

**Resumo:** *Analisaremos neste texto, da perspectiva teórica da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, como dicionários do século XVIII ao XX elaboraram definições aos sujeitos “homem” e “mulher” e estabilizaram sentidos, inscrevendo a mulher no espaço privado (do lar) e o homem no espaço público (da rua); e como o movimento Marcha das Vadias intenta reatualizar esses sentidos estabilizados nos instrumentos linguísticos, explicitando que a mulher pode ocupar outros lugares que não somente o lar.*

**Abstract:** *In this paper, from the theoretical perspective of Discourse Analysis in conjunction with the History of Linguistic Ideas, we examine how dictionaries from the 18th to the 20th centuries elaborated definitions for both “man” and “woman” and fixed meanings, situating the woman in the private space (of the house) and the man in the public space (of the street). We also analyze how The SlutWalk movement attempts to re-update those meanings fixed in linguistic instruments, demonstrating that women can occupy places other than that of the house.*

Neste trabalho, dividido em três momentos, analisaremos como diferentes dicionários (do século XVIII ao século XX) produzem um dizer sobre a mulher e como os sentidos estabilizados nesses instrumentos linguísticos são reatualizados e ressignificados no movimento *Marcha das Vadias*. Nessa ressignificação, a tentativa de inscrever a mulher em outras posições para além do lar e do meretrício.

Inicialmente, retomaremos o modo como a Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas analisa o discurso lexicográfico, buscando questionar as evidências dos sentidos

estabilizados nos instrumentos linguísticos. Em seguida, analisaremos quatro dicionários do século XVIII ao XX e o modo como estes formulam um dizer sobre a mulher. Para que tal objetivo seja alcançado, pretendemos analisar como os verbetes “fêmea”, “macho”, “homem” e “mulher” são definidos nesses instrumentos linguísticos. Após isso, analisaremos uma campanha da Marcha das Vadias de Brasília, a qual busca ressignificar o termo “vadia”.

Iniciemos:

### **1. O dicionário lido discursivamente**

Consideramos o dicionário como um objeto discursivo (COLLINOT e MAZIÈRE, 1997; ORLANDI, 2002a, 2002b; NUNES, 1996, 2002, 2006) que estabelece uma relação entre a língua, o sujeito e a história na constituição do discurso lexicográfico. Conforme Orlandi (2002b, p. 103), “A lexicografia discursiva vê, nos dicionários, discursos. Desse modo, na escuta própria à análise de discurso, podemos ler os dicionários como processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua”. A leitura do dicionário questiona a evidência das definições e a imagem do dicionário como um objeto de consulta. Dessa maneira, ao ler-se a definição lexicográfica, podemos perceber o modo, o qual o lexicógrafo faz funcionar em sua obra, sócio-histórico-ideológico de conceber a língua e a sociedade.

Visto como um instrumento linguístico (AUROUX, 1992), o dicionário, assim como a gramática, é uma tecnologia que descreve e instrumentaliza uma língua, um dos pilares de nosso saber metalinguístico. Segundo Nunes (2006, p. 11), se por um lado, o dicionário tem uma “aura de ‘discurso do sério’”, de um espaço sem falhas e de uma definição modelar e estável, por outro, ele tem sua historicidade: ele se reproduz, se transforma, se renova e se atualiza. Dessa maneira, implica, ao considerarmos o dicionário como um discurso, em desestabilizar aquilo que aparece como certeza e explicitar os gestos de interpretação que subjazem às formulações dos verbetes. No gesto de compreensão do discurso lexicográfico: “O analista torna opacas as definições, expondo-se à materialidade dos textos dicionarísticos e trabalhando o princípio de que os sentidos e os enunciados definidores sempre podem ser outros” (NUNES, 2006, p. 11).

Ao analisarmos, portanto, discursivamente o enunciado definidor, concebido por Collinot (*apud* MAZIÈRE, 2008, p. 48) como um lugar em que se constrói e se pode mostrar o “como se diz” de uma sociedade, podemos perceber a historicidade dos sentidos e o modo como as significações não são aquelas que se singularizam em um texto tomado isoladamente, mas sim as que sedimentam e apresentam traços significativos de uma época.

A partir dessas considerações, passemos a análise dos instrumentos linguísticos, tentando compreender como os enunciados definidores significam os sujeitos “homem” e “mulher”, suas relações de subjetivação e dizem de uma época.

## 2. Do século XVIII ao XX: entre o mesmo e o diferente?

Para este trabalho, escolhemos quatro dicionários de língua portuguesa que ocupam lugar significativo na história da lexicografia portuguesa e brasileira. São eles:

- *Vocabulário Português e Latino*, de Raphael Bluteau (VPL, 1712-1728);
- *Dicionário da Língua Portuguesa*, de António de Moraes e Silva (DLP, 1789);
- *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto (DLB, 1832);
- *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975).

O dicionário de Bluteau é um bilíngue português-latim em oito volumes e mais dois suplementos, que traz definições e comentários enciclopédicos em português e, ao final do verbete, equivalentes em latim. “É considerado por alguns o primeiro dicionário de língua portuguesa porque já traz as definições em português” (NUNES, 2006, p. 183). Já o Dicionário de Moraes é um monolíngue feito com base no dicionário de Bluteau, todavia, com definições concisas, sem os extensos comentários enciclopédicos que o último apresenta. O *Dicionário da Língua Brasileira* foi elaborado na cidade de Ouro Preto no ano de 1832, por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goiás, na Tipografia de Silva, cujo dono era o próprio

lexicógrafo. Esse dicionário constitui-se uma raridade bibliográfica havendo ainda poucos estudos em torno desse instrumento linguístico. Por fim, *O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, lançado em 1975, foi resultado de um trabalho de mais de três décadas do lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e sua equipe. Esse dicionário é o monolíngue mais usado atualmente no Brasil.

É importante pontuar que há outros dicionários produzidos nesse período. No entanto, os que aqui serão trabalhados são importantes para a compreensão do processo de gramatização (AUROUX, 1992) da língua portuguesa/brasileira. O de Bluteau, como já apontamos, é considerado o primeiro dicionário de língua portuguesa; o de Moraes marca uma relação entre Brasil e Portugal, uma vez que seu autor é natural do Rio de Janeiro, ademais, a obra é afetada pelos ideais iluministas de concisão e clareza da linguagem; o de Silva Pinto é o primeiro a nomear a língua falada no Brasil de brasileira e tentar estabelecer as diferenças da língua brasileira da língua do colonizador; por fim, o Aurélio é o dicionário mais conhecido e usado no território brasileiro, apresentando versões impressa e online.

Ao trabalharmos com esses dicionários e com essa periodização que vai do século XVIII ao século XX, nossa finalidade é compreender como os sujeitos são definidos por esses instrumentos linguísticos. Como “homem” e “mulher” são significados em diferentes momentos históricos? Será que houve mudanças no modo de definir “homem” e “mulher” no passar dos séculos? Como os dicionários dizem do “homem” e da “mulher” quando esses sujeitos ocupam o espaço público e privado? São esses questionamentos que passamos agora a intentar compreender nas obras lexicográficas ao analisarmos os enunciados definidores.

A definição, na produção lexicográfica, ocupa um papel fundamental. Mazière (2008, p. 49) a esquematiza da seguinte maneira:

**N-entrada: N(Cabeça) (adj) (Particípio) (S. Prep.) (Rel.)  
(Circunstancial).**

A definição pode ser vista como uma paráfrase das unidades lexicais. Nela:

léxico e sintaxe estão articulados de um modo intrínseco. A definição como objeto lexicológico leva ao estudo do sintagma. Uma definição clássica consiste em um sintagma nominal mais ou menos estendido. Nele observamos o funcionamento da hiperonímia e o da determinação do hiperônimo, que conjuntamente constroem as chamadas significações gerais e específicas. Acrescente-se que, no discurso, léxico, sintaxe e enunciação estão intrinsecamente ligados de maneira que a descrição linguística considera a relação constitutiva entre língua, sujeito e história. Além disso, levando-se em conta a dimensão discursiva, o estudo do léxico está aliado à análise do complexo das formações discursivas em uma conjuntura, bem como à compreensão dos espaços de memória e dos campos lexicais a eles associados (NUNES, 2006, p. 157).

No trabalho com a definição, é possível perceber como os dicionários filiam-se a determinadas memórias sobre ser homem e mulher e selecionam sentidos e dizeres que comporão a obra lexicográfica. Pelo trabalho com o léxico, pelas escolhas dos nomes-cabeças, pelos hiperônimos, pelo uso de orações relativas e adjetivos, os verbetes vão estabilizando sentidos e constituindo uma memória sobre os sujeitos que ainda ecoa, como veremos, no século XX/XXI.

Iniciemos com a definição do verbete “fêmea” para percebermos como os dicionários formulam e sustentam sentidos que dizem sobre a mulher e colam a essa uma imagem de fragilidade, fraqueza e animalidade:

**TABELA 1**

<i>Vocabulário Português e Latino – VPL (1712-1728)</i>	<i>Dicionário da Língua Portuguesa – DLP (1789)</i>	<i>Dicionário da Língua Brasileira – DLB (1832)</i>	<i>Dicionário Aurélio (1975)<sup>1</sup></i>
<p>FEMEA. Fémea. A criatura correlativa do macho, assi nos animaes como nos homens.</p> <p>FEMINIDADE. Fraqueza de molher. Fazer isto he feminidade. <i>Muliebris amimi est hoc facere.</i> Nao proseguir as difficuldadcs he <i>feminidade</i>. <i>Brachieleg.</i>, de Princepes, 251.</p>	<p>FÊMEA, s.f. mulher. <i>Flos Sant. p. XIV., esta prudentissima fêmea.</i>; <i>Ulisipo f. 9. y. perdoe Deus a minha mãe, que foi huma santã fêmea.</i> <i>Sousa v. de Suso.</i> § O animal do sexo feminino, de todas as classes de animaes v. g-. a <i>femea do pardal, do tigre, &amp;-c.</i> aquélla que pare, ou põe os ovos.</p> <p>FEMININIDADE, fraqueza, ou molieza feminil. <i>Brachiol.</i> 251., <i>não seguir as difficuldades he feminidade.</i></p>	<p>Femea s. f. Animal do sexo feminino que concebe e pare as crias, poe ovos, etc. Mulher femea da especie humana. Feminidade, s.f. Fraqueza feminil. Qualidade de femea.</p>	<p><b>fêmea</b></p> <p>Substantivo feminino.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qualquer animal do sexo feminino.</li> <li>2. Mulher (1).</li> <li>3. Restr. Mulher sensual.</li> <li>4. V. <i>concupina</i> (1).</li> <li>5. Deprec. Meretriz.</li> </ol>

No VPL, a definição coloca em funcionamento uma relação binária entre macho x fêmea, homem x animal. No 1º dicionário da Língua Portuguesa, não temos no enunciado definidor, como veremos nos outros dicionários, o uso do nome-cabeça “mulher”. Contudo, a relação homem-macho, mulher-fêmea será nesse dicionário

explicitada no verbete “machoa”, no qual esse instrumento linguístico explicita haver mulheres com “semblante” e “costumes” que parecem “macho antes que fêmea”.

**TABELA 2**

<i>Vocabulário Português e Latino – VPL (1712-1728)</i>
MACHÔA. Mulher machoa. Aquella que no semblante, & nos costumes antes parece macho, que femea. <i>Virago, inis. Fem.</i> Plauto diz: <i>Ancillavirago</i> . MACHAÔ. Mulher varonil. Mulher q tem acções de homem. <i>Virago, inis. Fem. Plaut.</i>

Indo para o verbete “homem macho”, temos a seguinte definição:

**TABELA 3**

<i>Vocabulário Português e Latino – VPL (1712-1728)</i>
Homem macho. Robusto. Vigoroso. Valeroso. <i>Homo fortis, strenuus.</i>

O que nos leva a pressupor ser a “mulher machoa” robusta, vigorosa, valerosa, qualidades que, como o dicionário coloca, não são atributos para as mulheres e o fato dessas a possuírem tornam-nas menos “femininas”, menos “fêmeas”, menos mulheres. Temos nesse 1º dicionário um dizer do que se espera da mulher “a fraqueza, não prosseguir nas dificuldades” (como vemos na definição de “feminidade”). Dizeres que são retomados nos outros dicionários. O DLP e o DLB também comparam a mulher ao “macho” em “machoa” e “machão”,

**TABELA 4**

<i>Dicionário da Língua Portuguesa – DLP (1789)</i>	<i>Dicionário da Língua Brasileira – DLB (1832)</i>
MACHOA, s.f. mulher forte, robusta, com animo, e corpo varonil, <i>t. chulo.</i>	Machoa, s.f. (T. baixo) V. Machão. Machão, s.m. ões. No plur. [T. baixo] Diz-se da mulher que em robustez, e nos modos he parecida com hum homem, e tem o desembaraço proprio dele.

mostrando que esta se comporta como homem, parecendo-se com um em virtude da robustez, força e ânimo, corpo varonil. Contudo, como indicam, esse é um termo baixo, chulo. Ser comparada a um homem é visto como um xingamento, uma característica depreciativa, pois essas características não são as que se esperam da mulher do século XVIII e XIX.

Mas voltemos ao verbete “fêmea”...

No DLP e no DLB, aparece também a questão do “parir”. O enunciado definidor aparece por meio de um N-Cabeça (adj) – Animal do sexo feminino – e uma oração relativa – que concebe e pare –, a qual retoma a palavra “animal” e diz sobre o parir “as crias” e “pôr ovos”. Na circularidade do verbete, temos que a mulher é fêmea e um animal que pare. No DLP, ao usar “aquela que pare”, o item retomado não é animal, mas sim, pelo funcionamento da concordância nominal, o Nome-Cabeça “mulher” e os diversos exemplos (fêmea do pardal, do tigre). As definições animalizam a mulher, colocando o “parir” como algo que provém da sua natureza como “animal”.

Nesses dicionários, a imagem que se tem da mulher é aquela que é frágil, que pare crias, que tem características de fêmea e é passiva. Diferentemente do “macho” que aparece como ativo, agente que fecunda a fêmea

**TABELA 5**

<i>Dicionário da Língua Portuguesa – DLP (1789)</i>	<i>Dicionário da Língua Brasileira – DLB (1832)</i>
MACHO, adj. Oposto a <i>fêmea</i> , o animal que a fecunda (...)	MACHO, (...) O animal que fecunda a fêmea.

Ao homem, a ação; à mulher, a passividade, a animalização. Por sua vez, indo para o século XX, o dicionário Aurélio atribui outra adjetivação à fêmea, à mulher: meretriz, concubina, mulher sensual (como podemos observar nas acepções 3, 4 e 5 do verbete “fêmea”).

Pela palavra-entrada “fêmea”, a mulher é definida como “animal” e como “meretriz”. Vejamos como é definida no verbete “mulher”.

No VPL, a definição de “mulher” ocupa quatro páginas do dicionário, explicitando a tendência enciclopédica da obra em apresentar definições longas, com exemplos, citações de textos históricos, literários, religiosos.

TABELA 6

**Vocabulário Português e Latino – VPL (1712-1728)**

MOLHER, ou mulher. Creatura racional do sexo feminino. Concebe dentro de si, & pare. Escreve Salamão, que entre mil homens achara hum bom, entre todas as mulheres nenhuma boa. Diphilo, famoso Architecto da Antiguidade, costumava dizer, que huma boa mulher, huma boa mula, huma boa cabra, erão as tres más beftas. Dizia Socrates, que huma mulher hermosa & bem comporta, era um altar, armado sobre hum monturo. *Ex Diog. Laertio*. Democrito, Philosopho de alta estatura, perguntado porque que razão casara com mulher pequenita respondeo: Do mal, o menor. (...) Molher casada. A molher he a coroa do seu marido, não he razão que lhe ponha na testa outro diadema. (...)

Nesse verbete, o lexicógrafo marca a variação morfológica pela qual a palavra passava no século XVIII, tendo as variantes “molher” e “mulher” (a qual, conforme o instrumento linguístico, é usada por Padre Antonio Vieira). Nessa definição, ressalta como caracterização a “racionalidade” da mulher. Todavia, se compararmos esse enunciado definidor como o do verbete “homem”:

TABELA 7

**Vocabulário Português e Latino – VPL (1712-1728)**

HOMEM. Criatura, que tem natureza humana, Animal racional, capaz da Graça Divina, & da Gloria eterna. Aos moços não menos, que aos velhos compete o nome de *Homem*, porque significa toda a especie em geral. No cap. 10. De Pymandro faz Trismegisto em breves palavras o mayor panegyrico do Homem, diz que he hum Deos terrestre, mortal, assim como Deos he hum homem celeste, imortal. Por isso disse Favorino, que no mundo não há cousa mayor, que o homem. Os Theologos lhe chamão *Omnis criatura*, porque he o epilogo de todas; & nesta conformidade lhe chama Aristoteles, Homem (quando o queremos distinguir da molher.) *Vir, I. Masc. De Os homens. O genero humano. Homines, ou mor tales.*

temos apagada a “natureza humana” da mulher, sua capacidade de “Graça Divina & Gloria Eterna”. Pelos exemplos usados (de filósofos,

historiadores, religiosos), a mulher é comparada à mula, à cabra, à besta, diferenciando-a da natureza humana do homem. Aqui, mais uma vez, o dicionário animaliza a mulher e a coloca como pecadora, como má, mesmo estando “sojeita ao domínio do homem” (VPL). O homem na definição é comparado a Deus sendo que “no mundo não há cousa mayor que o homem” (VPL).

O VPL marca que o item “homem” é usado para distinguir de mulher, não sendo, portanto, genérico (como se coloca em muitas gramáticas, por exemplo). Essa definição também pode ser observada no DLB em que se salienta o uso do item homem para fazer referência ao “indivíduo do sexo masculino”.

**TABELA 8**

<i>Dicionário da Língua Brasileira – DLB (1832)</i>
Homem, s.m. Animal dotado de corpo, e alma racional. Comumente se chama homem o individuo do genero humano do sexo masculino.

São os homens o gênero humano; as mulheres, o animalesco.

**TABELA 9**

<i>Dicionário da Língua Portuguesa – DLP (1789)</i>
HOMEM, s. m. indivíduo da especie humana, dotado de corpo orgânico, e alma racional immortal, capaz de aperfeiçoar as suas, faculdades por estudo, e observação, ou ensino.

Pelas locuções que esses instrumentos trazem (vejamos, por exemplo, o Dicionário Aurélio), o homem (homem de bem, homem de palavra, homem nobre, homem de pulso, homem da lei etc.) possui como qualidades: a bondade, a nobreza, a mocidade, a varonidade, a firmeza, a inteligência, a honra, a honestidade. O homem nesses dicionários é dotado de corpo, alma, racionalidade, imortalidade, capacidade de aperfeiçoamento.

**TABELA 10**

<i>Dicionário Aurélio (1975)</i>
Homem da lei. Magistrado, advogado, oficial de justiça.
Homem da rua. Homem do povo [Cf. <i>homem da rua</i> , s.m.].
Homem de ação. Indivíduo enérgico, ativo, expedito, diligente.

Homem de bem. Indivíduo honesto, honrado, probo.  
 Homem de espírito. Indivíduo de inteligência viva, engenhosa, sutil, espirituosa.  
 Homem de Estado. Estadista.  
 Homem de letras. Literato, intelectual.  
 Homem de negócios. Pessoa que trata de grandes negócios e/ou que tem importantes relações no comércio.  
 Homem de palavra. Indivíduo que cumpre o que diz ou promete.  
 Homem de pro. 1. Homem nobre. 2. Intelectual ou artista.  
 Homem de pulso. Homem enérgico, firme.  
 Homem de sete instrumentos. Indivíduo capaz de executar diferentes atividades profissionais, artísticas, culturais, etc.  
 Homem do mundo. Homem da sociedade.  
 Homem do povo. Indivíduo considerado como representativo dos interesses e opiniões do homem comum; homem da rua. (...)

Diferentemente de “mulher” que somente é caracteriza como “mulher casada” pertencente ao marido. No DLP e no DLB, não aparece a questão do matrimônio, mas a locução “mulher do mundo” que é sinônimo de “meretriz”.

**TABELA 11**

<i>Dicionário da Língua Portuguesa – DLP (1789)</i>	<i>Dicionário da Língua Brasileira – DLB (1832)</i>
MULHER, s.f. femea da especie humana. § <i>Matrona</i> , oposto a <i>marido</i> . § ___ <i>do mundo</i> , meretriz.	Mulher, s.f. Femea da espécie humana. <i>Mulher do mundo</i> , meretriz.

Os dicionários não atribuem à mulher as características de inteligência, honra, honestidade. Esta é somente a fêmea e a meretriz. Sentidos esses que são mantidos e circulam nos grandes dicionários do século XX e XXI. Observemos as inúmeras locuções que o Dicionário Aurélio traz e que funcionam como sinônimo de meretriz.

**TABELA 12**

*Dicionário Aurélio (1975)*

mulher-dama  
 Substantivo feminino.  
 1. Bras. N.E. MG Pop. Meretriz  
 mulher da rótula

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres da rótula.*]  
mulher da rua

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres da rua.*]  
mulher da vida

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres da vida.*]  
mulher de amor

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres de amor.*]  
mulher de má nota

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres de má nota.*]  
mulher de ponta de rua

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres de ponta de rua.*]  
mulher do fandango

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres do fandango.*]  
mulher do mundo

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres do mundo.*]  
mulher do pala aberto

Substantivo feminino.

1. Bras. Pop. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres do pala aberto.*]  
mulher-errada

Substantivo feminino.

1. Bras. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres-erradas.*]  
mulher-perdida

Substantivo feminino.

1. Bras. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres-perdidas.*]  
mulher-perdida

Substantivo feminino.

1. Bras. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres-perdidas.*]  
mulher-vadia

Substantivo feminino.

1. Bras. Deprec. Meretriz. [Pl.: *mulheres-vadias.*]

Nesse instrumento, a mulher só pode ocupar um lugar: o lar e, nesse, é dotada de qualidades e sentidos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição).

**TABELA 13**

*Dicionário Aurélio (1975)*

(...)

5. Mulher (1) dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição).

(...)

7. Cônjuge do sexo feminino; a mulher (1) em relação ao marido; esposa. Ser como a mulher de César. Ser mulher de reputação inatacável.

Se a mulher ocupar a rua, é para o meretrício. Diferentemente do homem que pode ser magistrado, advogado, estadista, intelectual, do povo, enérgico, ativo, honesto, honrado, inteligente, nobre.

Com base nos verbetes analisados, podemos notar o lugar da mulher na sociedade: ou esposa (do lar)/mãe (casada) ou meretriz. Os dicionários silenciam outros dizeres sobre a mulher que a colocam para além do lar e da prostituição. Os instrumentos linguísticos estabilizam sentidos que acabam por marcar uma violência, pela língua, contra a mulher. Nos dicionários, há uma tendência em opor o espaço privado e o espaço público na constituição das posições de dona de casa, da mulher casada e de prostituta. No espaço privado, estaria a posição de dona de casa e, conseqüentemente, a construção da imagem de uma mulher que cuida de sua família, que assume obrigações domésticas, ou seja, que, de uma forma ou de outra, garantiria o bem-estar e a ordem no ambiente familiar. Uma ordem, portanto, que se caracteriza pela posição histórica da “mãe de família”, da “mulher casada”, de “reputação inatacável”. Já no espaço público, do mundo, estaria a posição de prostituta e a imagem de uma mulher perniciososa, que é desprestigiada socialmente pela sua atividade social e que, ao contrário, contribuiria para a desarticulação de uma possível ordem familiar. Os dicionários produzem, assim, um efeito de transparência e objetividade como se os sentidos só fossem aqueles que estão ali contemplados. Porém, os sentidos podem ser outros e são

esses outros sentidos que os movimentos atuais de mulheres tentam fazer circular na sociedade. Um desses movimentos é a Marcha das Vadias.

### 3. A Marcha das Vadias: algumas definições

A Marcha das Vadias surgiu a partir de um episódio ocorrido em janeiro de 2011, quando o policial canadense Michael Sanguinetti, em uma palestra na Universidade de Toronto, recomendou que “as mulheres evitassem se vestirem como putas para não serem vítimas de estupro”. Como reação a sua fala, em abril do mesmo ano, cerca de três mil canadenses saíram às ruas para protestar na primeira *SlutWalk*, a Marcha das Putas, ou na tradução adotada no Brasil, a Marcha das Vadias. As manifestações da Marcha das Vadias espalharam-se pelo mundo e ocorreram também em diversas cidades brasileiras.

Nesta parte de nosso trabalho, retomaremos uma análise que fizemos de uma campanha produzida pela Marcha das Vadias de Brasília no ano de 2013 (GARCIA, SOUSA, 2014). Nessa, a Marcha das Vadias buscou definir os sentidos de vadia, não os filiando aos já estabilizados nos dicionários de “meretriz”.

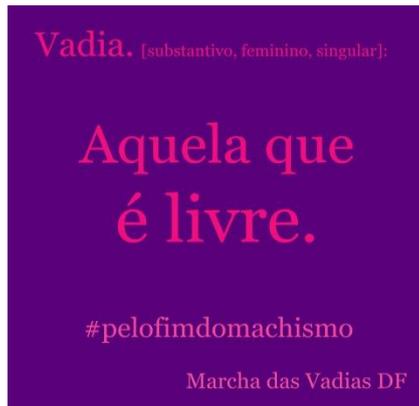


Imagem 1: Definição de Vadia

**Vadia.** [substantivo, feminino, singular]:

**Aquela que não  
aceita ser julgada  
pela violência  
que sofre.**

#pelofimdaviolência

Marcha das Vadias DF

Imagem 2: Definição de Vadia

**Vadia.** [substantivo, feminino, singular]:

**Aquela que  
manda bem em  
matemática.**

#pelofimdomachismo

Marcha das Vadias DF

Imagem 3: Definição de Vadia

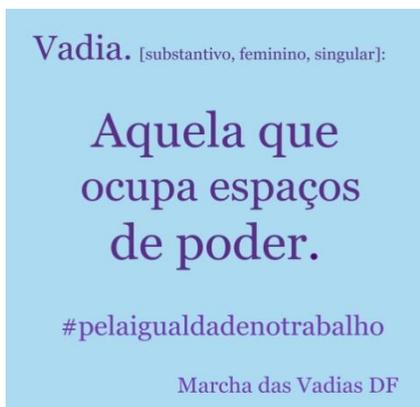


Imagem 4: Definição de Vadia



Imagem 5: Definição de Vadia

A campanha estrutura-se como uma definição lexicográfica, trazendo marcações gramaticais (substantivo, feminino, singular), além de apresentar a definição por meio de uma oração relativa restritiva, o que caracteriza não serem todas as mulheres vadias, mas somente aquelas que não aceitam julgamentos, que ocupam espaços de poder. Ao definir o que é ser vadia, busca fazer com que haja uma identificação por parte das mulheres ao discurso que circula. Nessas definições, aparecem inúmeras formulações em relação a atitudes das mulheres que a sociedade enxerga como algo não pertinente a ela, tais como: ocupar espaços de poder, ser dona de seu corpo, ser mãe

solteira, entender de matemática, transar com quem e quando quiser, abortar. Ao definir, podemos ver a presença de um discurso outro que aponta para o comportamento esperado da mulher: não ocupar espaço de poder, não ser mãe solteira, não entender de matemática, não transar com quem e quando quiser, não abortar. A Marcha busca fundar uma outra discursividade que inscreverá as formulações sobre a mulher e, principalmente, sobre a mulher vadia.

Na campanha, há uma tentativa de definir, precisar o que é ser vadia, o que é ser mulher (diferenciando da definição dos dicionários que coloca a mulher vadia como meretriz, que ocupa somente o espaço da rua para se prostituir). Há na campanha uma exposição das lutas das mulheres por uma sociedade em que ela, mas também a transexual, a lésbica, a bissexual, a homossexual sejam respeitadas, sejam vistas como cidadãs vadias que lutam para que se reconheça a mulher para além do lar, do meretrício, para além do recato e da docilidade, para que reconheça a mulher na política, na universidade, por fim, na sociedade.

As definições elaboradas pela Marcha das Vadias contradizem os sentidos estabilizados desde o século XVIII às mulheres que, para terem uma “reputação inatacável”, têm que ser casadas, mães, dedicadas ao lar e à família. A Marcha das Vadias resiste a esses dizeres tão estabilizados na sociedade, produzindo um furo e mexendo com as formulações que estão em circulação no idioma e em seus instrumentos linguísticos.

### **Para concluir...**

Buscamos neste trabalho analisar como diferentes dicionários do século XVIII ao século XX definem “mulher” e “homem”, sustentando que o espaço da mulher é o lar, dedicada à família e ao esposo. Diferentemente do homem, o qual pode ocupar o espaço público como profissional, não do sexo, como a mulher (meretriz). As definições, como pudemos observar, tendem à paráfrase, filiando-se às mesmas regiões de sentido, nas quais o homem pode ocupar diferentes profissões, diferentes espaços; enquanto a mulher deve permanecer no lar, dedicando-se à família e ao marido. Apesar da passagem dos séculos (do XVIII ao XX), os dicionários não atualizaram suas definições, apagando diversas lutas e conquistas das mulheres. Assim, silenciando sentidos sobre a mulher, os dicionários a encarceraram no

espaço privado do lar, do matrimônio. Todavia, os movimentos de mulheres atuais, como o da Marcha das Vadias, fazem resistências e intentam reatualizar esses sentidos e ressignificar as posições que a mulher pode ocupar na sociedade do século XXI para além das paredes do lar.

### Referências Bibliográficas

- AUROUX S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_; MAZIÈRE F.; ORLANDI E. P. (1998). “L’hyperlangue brésilienne”. In: *Languages*, 130. Paris: Larousse.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. (1997). *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. E. (2014). “A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso da militância?”. In: *Estudos Linguísticos*, v. 43, p. 1041-1055. São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos.
- MAZIÈRE, F. (2008). “O enunciado definidor: discurso e sintaxe”. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes.
- NUNES J. H. (1996). *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Campinas. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_; PETTER, M. (Orgs.). (2002). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanistas; Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (2006). *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp.
- ORLANDI, E.P. (Org.). (2001). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.
- \_\_\_\_\_. (2002a). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (2002b). *Língua e Conhecimento Lingüístico*. Campinas: Pontes.

**Palavras-chave:** mulher, homem, dicionários, Marcha das Vadias.

**Keywords:** woman, man, dictionaries, The SlutWalk.

**Notas**

<sup>1</sup>Fizemos um recorte das definições, focando somente as acepções que se referem aos sujeitos “homem” e “mulher”.



# A SIGNIFICAÇÃO PARADOXAL: OPOSIÇÃO OU PROLONGAMENTO DA SIGNIFICAÇÃO DOXAL? A HIPÓTESE DO CUBO ARGUMENTATIVO

**Julio Cesar Machado**

Universidade do Estado de Minas Gerais

**Resumo:** *Este artigo foca os problemas levantados por Marion Carel para o tratamento do paradoxo no interior da Semântica Argumentativa. Segundo a linguista, não se pode mais pensar significações paradoxais enquanto oposições das doxais. Atualmente, Carel realiza análises que evidenciam que doxal e paradoxal são prolongamentos, e não oposições. E esta averiguação, segundo a autora, deve remodelar tanto arcabouço teórico de sua teoria quanto fazer (re)pensar outros modus operandis para o paradoxo, trabalhos ainda por se realizar. É no interior desta problemática, que parece exigir da teoria ducrotiana novas abordagens e configurações, que proporemos a hipótese do “cubo argumentativo” para o tratamento da nova relação doxo-paradoxo em prolongamento. E para testar nossa hipótese do cubo argumentativo, teremos como corpus a expressão “morto-vivo”, tomada fora de qualquer uso.*

**Abstract:** *This article focuses on the problems raised by Marion Carel in the treatment of the paradox in the Argumentative Semantics. According to the linguist, we can no longer think of paradoxical significations as oppositions of doxals one. Nowadays, Carel performs analyzes that show doxal and paradoxical are prolongations, not oppositions. And this inquiry, according to the author, must reshape both theoretical repertoire of his theory as to make (re) think other modus operandis for the paradox, work still to be done. It is within this problematic, which seems to require of the ducrotian theory new approaches and configurations, that we propose the hypothesis of the "argumentative cube" for the treatment of the new doxo-paradoxo relation in prolongation. And to test our hypothesis of the*

*argumentative cube, we will have as corpus the expression “undead”, taken out of any use.*

## 1. Introdução

As dimensões doxal e paradoxal para o tratamento da significação são caminhos clássicos nos trabalhos em Semântica linguística. O paradoxo, inicialmente considerado um fenômeno para conferir a inadequação de uma teoria, e sempre deixado de lado, agora tem lugar de privilégio em alguns trabalhos de Semântica, neste século passado. E notadamente na Semântica Argumentativa.

Este artigo pretende investigar estas duas dimensões a partir de indagações próprias da Semântica Argumentativa, trabalhadas sobretudo por Oswald Ducrot e Marion Carel, conforme os modos de raciocínio do grupo de estudo destes linguistas em Paris, na França, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), com ênfase na última década (o que pode parecer um pouco diferente dos modos com que Ducrot é trabalhado ou lido em alguns espaços acadêmicos brasileiros). Para tal, faremos uma rápida exposição do que se entende por doxal e paradoxal conforme os modos de raciocínio da Semântica Argumentativa, diferença bem marcada em publicações da década de 90 destes autores, e focaremos de imediato as críticas carelianas à sua própria teoria. O objetivo geral deste artigo é debater a exposição de um outro artigo em que Carel critica sua própria teoria no tocante ao exposto acima, da inadequação do tratamento doxo e paradoxo em sempre-oposição.

Grosso modo, para contextualizar a discussão teórica deste artigo, resumimos a grande hipótese da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), momento atual e radical da Semântica Argumentativa ducrotiana:

Todo enunciado é parafraseável por encadeamentos normativos (encadeamentos de duas proposições ligadas por uma conjunção do tipo *portanto*) ou transgressivo (encadeamentos de duas proposições ligadas por uma conjunção do tipo *no entanto*) (CAREL, 2014a, p. 1, tradução nossa).

Na prática, ao investigar a significação<sup>1</sup> de uma palavra, por exemplo “prudente”, Carel explica que tal palavra *exprime* o aspecto

[PERIGO PORTANTO PRECAUÇÃO], e que esse aspecto *evoca* um encadeamento que o *concretiza*, que poderia ser: “Pedro foi prudente”. Como bem explica a linguista<sup>2</sup>:

O sentido de *Pedro foi prudente* é duplo. De uma parte, o enunciado *exprime o aspecto* argumentativo PERIGO PORTANTO PRECAUÇÃO, e de outra parte ele *evoca o encadeamento* ‘era perigoso portanto Pedro tomou precauções’ [...] O encadeamento evocado faz do enunciado uma formulação concreta do aspecto exprimido. [...] O aspecto exprimido constituirá agora o ‘propósito’ do enunciado naquilo somente que ele dividiu, e o encadeamento evocado fará o papel do uso de objetos que ele representará naquilo que o enunciado estudado tem de próprio (CAREL, 2011a, p. 220-221, tradução nossa).

Em consonância com Ducrot, quando afirma que o enunciado tem por função ilustrar um retrato da enunciação (DUCROT, 1987, p. 42), Carel está dizendo que uma frase/enunciado tem por função semântica ilustrar aspectos, concretizando-os (CAREL, 2011a, p. 161). Assim, a TBS marca o movimento semântico do enunciado à frase, ou tecnicamente, a noção de aspecto marca um movimento do sentido (particular, do enunciado) à significação (universal, da frase). Para Carel, o aspecto possui uma característica universal que o determina, uma propriedade universal, assim explicada:

São esses dois valores que refletirão o caráter por sua vez comum e singular de *Pedro foi prudente*, que refletirão o fato que este enunciado por sua vez divide com *João será prudente* um Universal e assim se distingue dele por algumas singularidades. O aspecto (PERIGO PORTANTO PRECAUÇÃO) constituirá aquilo que eles dividem (CAREL, 2011a, p. 160, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Para fins de notação teórica, os dois conectores (CONN) bases da Teoria dos Blocos Semânticos são abreviáveis por:

DC (*donc* do francês) – que quer dizer *PORTANTO*; e

PT (*pourtant* do francês) – que quer dizer *NO ENTANTO*.

Deste modo, para operar as análises manteremos as abreviações DC para movimentos normativos em *portanto*, e PT para movimentos transgressivos em *no entanto*. Outras notações necessárias são a negação (NEG) e o bloco semântico (BS), que veremos pormenorizadamente.

Ainda é relevante frisar que ambos DC e PT são conectores metalingüísticos, noções teóricas, isto é, não se equivalem a procedimentos gramaticais, são conectores técnicos cuja função é operar semanticamente a norma e a transgressão na língua e na enunciação, no sentido que se lhes dá a TBS. E como noção técnica, tanto DC como PT podem facilmente serem substituídos por qualquer conector que carregue o mesmo semantismo equivalente, como “então, porque, logo, assim, apesar de, porém, contudo etc”, que no momento de análise, tornar-se-ão paráfrases de DC ou PT.

## 2. Doxal/Paradoxal em oposição: primeira elaboração

Começemos por apresentar o que é o paradoxo de oposição, para Carel e Ducrot. Trata-se, aqui, de uma noção técnica. Em uma primeira elaboração, os linguistas notam que existe, para cada grupo de significação doxal (que nomeia bloco doxal, ou B1) um grupo de significação paradoxal (que nomeia bloco paradoxal, ou B2)<sup>4</sup>. Podemos dispor os dois blocos ladeados:

B1: Pedro está diante do perigo, *portanto* desistirá  
(PERIGO DC DESISTIR)  
Pedro está diante do perigo, *no entanto*, não desistirá  
(PERIGO PT NEG-DESISTIR).

B2: Pedro está diante do perigo, *portanto* não desistirá  
(PERIGO DC NEG-DESISTIR).  
Pedro está diante do perigo, *no entanto* desistirá  
(PERIGO PT DESISTIR).

Reflitamos na estranheza desses dois blocos: numa apreciação mais filosófica ou social – que prefacia a apreciação linguística – observa-se que é mais “óbvio”, mais aceito socialmente, que diante do

perigo alguém o evite (B1): evitam-se assaltos, ruas perigosas, viagens com altos índices de ocorrências policiais, compras em sites suspeitos, etc. Mas não podemos obrigar uma lucidez unilateral universal, e devemos reconhecer que, da mesma maneira, mesmo que menos óbvio ou menos aceito socialmente, há quem goste, aprecie, busque, enfrente, propague e habite com o perigo de toda ordem (B2), como os masoquistas, andarilhos, loucos, revoltados, depressivos etc. Além de uma gama de pensadores que irão afirmar a contra-doxa ao dizer que viver já é estar em perigo, por si só, porque a segurança é imaginária, e o acaso não é previsível.

Focando essas ideias num prisma mais linguístico, mas nem por isso dispensando a reflexão filosófica e social que integra os sentidos, Carel e Ducrot (2008, p. 11) propuseram tratar desta relação de sentidos “mais óbvios/menos óbvios” respectivamente como *bloco doxal* e *bloco paradoxal*. Assim, nomearam o primeiro bloco (B1: PERIGO DC DESISTIR) de doxal, e o segundo bloco (B2: PERIGO DC NEG-DESISTIR) de paradoxal. A particularidade desta primeira elaboração está no fato de que cada aspecto de B2 é o contrário de cada aspecto de B1.

Podemos localizar bem a definição de paradoxo em Carel: *neste primeiro formato, linguisticamente falando, trata-se de contradizer um bloco anterior*. Assim, na primeira elaboração, se há um bloco paradoxal, é porque existe um bloco doxal antes, em oposição. Vejamos o esquema desta primeira relação de oposição entre doxal/paradoxal (CAREL e DUCROT, 2008, p. 11):

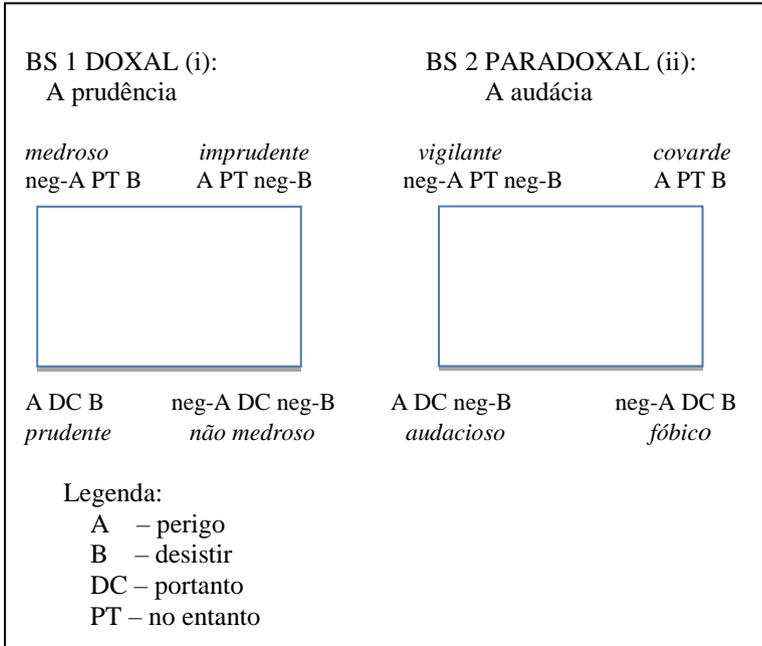


Imagem 1: Esquema da primeira elaboração doxal/paradoxal em oposição: o bloco semântico de [perigo CONN desistir] conforme Carel e Ducrot (2008, p. 11)

Nesta primeira elaboração de oposição entre doxal/paradoxal, percebe-se que, na relação bloco/bloco (doxal/paradoxal), Carel e Ducrot mostraram que, para cada bloco doxal (B1), existe um bloco paradoxal (B2). A particularidade desta primeira elaboração está no fato de que cada aspecto de B2 é o contrário de cada aspecto de B1. *O paradoxo seria um contra-bloco segundo só visível pelo bloco doxal primeiro.*

Formato 1	Formato 2
A DC B	A DC NEG-B
NEG-A DC NEG-B	NEG-A DC B
A PT NEG-B	A PT B
NEG-A PT B	NEG-A PT NEG-B

Quadro 1: combinações de suporte/aporte nos modos doxal e paradoxal

Este quadro apresenta os dois formatos básicos para se elaborar um quadrado argumentativo. E no que tange à discussão da relação doxal/paradoxal, geralmente, os aspectos doxais valem-se dos formatos da coluna 1, e geralmente os aspectos paradoxais valem-se dos formatos da coluna 2.

Contudo, é comum que certos blocos doxais apresentem as fórmulas dos aspectos da segunda coluna, como o bloco de nosso corpus, que será a expressão “morto-vivo”. Proporemos investigar este corpus pelo bloco (inicial) de: “morto CONN vivo”<sup>5</sup>.

Se isto ocorrer, é o caso de uma simples “troca de coluna”: tecnicamente, se certos blocos assumem doxalmente um dos formatos acima, assumirá paradoxalmente o outro formato. E vice-versa. As fórmulas de aspectos são imutáveis, mas as colunas acima são mutáveis. Por exemplo, abaixo, vamos propor o formato doxal e paradoxal de nosso bloco estudado, “morto CONN vivo”, no formato desta primeira elaboração. Nota-se que os aspectos deste bloco abaixo (doxal no formato 2; e paradoxal no formato 1) são os inversos do bloco de “prudente” (doxal no formato 1; e paradoxal no formato 2):

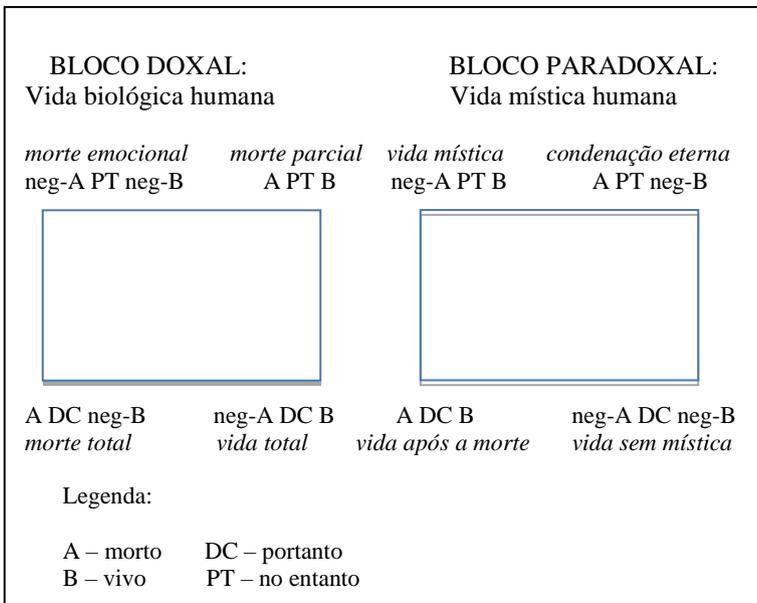


Imagem 2: Bloco semântico de [morto CONN vivo]

Pensar a relação entre morte e vida, tal como fizemos, doxalmente (se está morto, portanto não se está vivo), é ilustrar significações de um bloco biológico, medicinal, conforme os vários exemplos e análises que veremos. Porém, ao se pensar a relação entre morte e vida, agora de modo paradoxal (se está morto, por isso mesmo se está vivo), descobrem-se tipos de significações não-biológicas, de outra natureza, que aqui nomearemos místicas, como a bíblica tradicional: “Aquele que crê em mim, ainda que morra viverá”, que tecnicamente ilustra: [MORTO DC VIVO]. Assim, qualquer credo que se atenta para o transcendental (de qualquer linha: monoteísta, politeísta, panteísta, ateísta etc) valer-se-á destes aspectos paradoxais, nomeando-os conforme seus tesouros místicos e escatológicos de toda ordem, quais sejam: Valhala, Paraíso, Hades, Inferno, Nirvana etc. A este contra-bloco paradoxal chamaremos bloco da “vida mística”, que nesta primeira elaboração é pensado em oposição ao bloco da “vida biológica”.

Basicamente, esta era a principal leitura da primeira elaboração, desde a década de 90. De qualquer modo, o paradoxo careleano integra os estudos polifônicos, já que para ter existência própria precisa co-existir com a sombra de sua voz doxal. Ora, se – na primeira elaboração – o paradoxo para Carel é *oposição*, um semanticista atento vai notar que a oposição só existe se ela manifesta seus contrários. Se se opõe, opõe-se a “alguma coisa”, o que reclama a sempre-presença dessa “alguma coisa”, marcada ou não marcada. Aqui, todo paradoxal pressupõe seu doxal.

Em suma, na primeira elaboração, o paradoxo é uma noção relacional entre blocos (“B1 *versus* B2”), não uma relação dentro do mesmo bloco (B1: “portanto *versus* no entanto”, dentre outras). Trata-se, então, apenas de um sentido relacional, isto é, o paradoxal só existe em co-relação de oposição com o doxal. Localiza-se um bloco paradoxal, para Carel e Ducrot, se se localiza um bloco doxal.

Evidentemente que os trabalhos em Semântica Argumentativa que se valem da disposição doxal/paradoxal se inscrevem na instância básica da TBS da dupla dimensão estrutural/contextual, como qualquer outro trabalho que se vale de qualquer das noções da TBS. Nesta linha, podem ocorrer, naturalmente, blocos doxais tanto estruturais (ou lexicalizados) como contextuais, e da mesma forma

blocos paradoxais tanto estruturais (ou lexicalizados) como contextuais. Como explica a autora:

Um aspecto pode ser **lexicalizado sem ser doxal** (por exemplo, [SOFRER DC CONTENTE], significado por *masoquista*). Um aspecto pode ser **doxal sem ser lexicalizado**, como [PRUDENTE DC SEGURANÇA]. Um aspecto pode ser, ao mesmo tempo, **doxal e lexicalizado**, como [UTIL PT NEG-GASTAR], significado por *econômico*. E um aspecto pode ser **nem doxal, nem lexicalizado**, como [COMER FEIJÕES DC ESTAR CONTENTE] (CAREL, 2014a, p. 14, tradução nossa).

### 3. Doxal/Paradoxal em prolongamento: segunda elaboração

Em um segundo momento, Carel irá escrever um texto que atingirá com força impactante a sua própria concepção (e, inclusive, a elaboração) do quadrado argumentivo. Nesta re-elaboração, Carel (2013, p. 1 – 15) proporá duas teses inéditas, que são:

A) Há relações graduais entre aspectos que não pertencem aos ângulos transpostos (pois a relação de gradualidade era própria dos transpostos);

B) Essa nova relação de gradualidade (antes apenas dos transpostos) se dá curiosamente entre um aspecto doxal e um paradoxal.

Ora, como pode haver gradualidade entre dois termos contrários (um doxal, outro paradoxal)? Este pensamento levou Carel a dizer que doxal e paradoxal não são mais dois blocos em oposição. É um só bloco. *Nesta segunda elaboração, o paradoxal é um prolongamento do doxal.*

A re-elaboração da relação doxal/paradoxal em prolongamento é resumidamente a seguinte: o que antes se entendia por [4 aspectos] *versus* [4 aspectos] agora é pensada como [8 aspectos]. Não se trata mais, portanto, de dois blocos distintos em espelho, mas de um mesmo e único bloco. A tese de Carel consistirá na acepção de que *é possível averiguar que os dois conjuntos de quatro aspectos compartilham certo parentesco que os filiariam a um mesmo bloco semântico*. Ora, a

simples manutenção dos mesmos suporte e aporte, nos dois blocos (na leitura anterior a esta, de oposição), já compartilharia uma linha de parentesco entre os dois grupos de quatro aspectos, já que doxal e paradoxal “[...] compartilham igualmente alguma coisa: seus próprios conteúdos são aparentados” (CAREL, 2013, p. 1, tradução nossa). Carel pôde perceber que há “alguma coisa” compartilhada pelos oito aspectos (não mais 4 doxais versus 4 paradoxais), sem explorar bem os liames desse “alguma coisa”, como ela bem assume. Passemos às explicações dessas observações pelas reflexões de Carel.

Inicialmente, tomemos por base o recorte reproduzido abaixo, que trata da adaptação de André Maurois do poema “If”, de Kipling, utilizado por Carel para concluir positivamente suas duas teses supracitadas:

*Se você pode ser **duro** sem jamais ficar com **raiva**,  
Se você pode ser **bravo** e jamais **imprudente**,  
Se você sabe ser **bom**, se você sabe ser **sábio**,  
Sem ser **moral** nem **pedante***  
(CAREL, 2013, p. 3, tradução nossa, grifo nosso)

Esta disposição foi negritada por nós desta maneira justamente para ilustrar o procedimento utilizado por Carel para analisar tal trecho de modo pareado: “duro/com raiva”; “bravo/imprudente”; “bom, sábio/moral, pedante”. No excerto acima, Carel vai pontuar que as palavras em negrito são respectivamente doxais (as primeiras) e paradoxais (as segundas). Mas não em oposição, e sim em prolongamento. Ali, a linguista quer chamar atenção para o fato de que não há uma relação de oposição entre cada par, nem transposição (antiga elaboração); mas há ali uma relação de parentesco e gradualidade entre os pares (uma nova elaboração).

Dos quatro versos, veremos o primeiro, suficiente para esboçar nossos propósitos aqui, de doxal/paradoxal em prolongamento. Começemos por elaborar o bloco semântico para realizar a análise desta estrofe. Um bloco que possa ilustrar esta estrofe. Conforme as análises de Carel neste ponto, este bloco ilustraria aspectos do *comportamento humano no que tange a situações desagradáveis e sofríveis*: qual seria a postura de alguém diante de incômodos? Esta pergunta expressa um *bloco doxal de atitudes mais pacíficas e serenas*

diante de sofrimentos, e um bloco paradoxal de atitudes mais tempestuosas e bravias diante de sofrimentos:

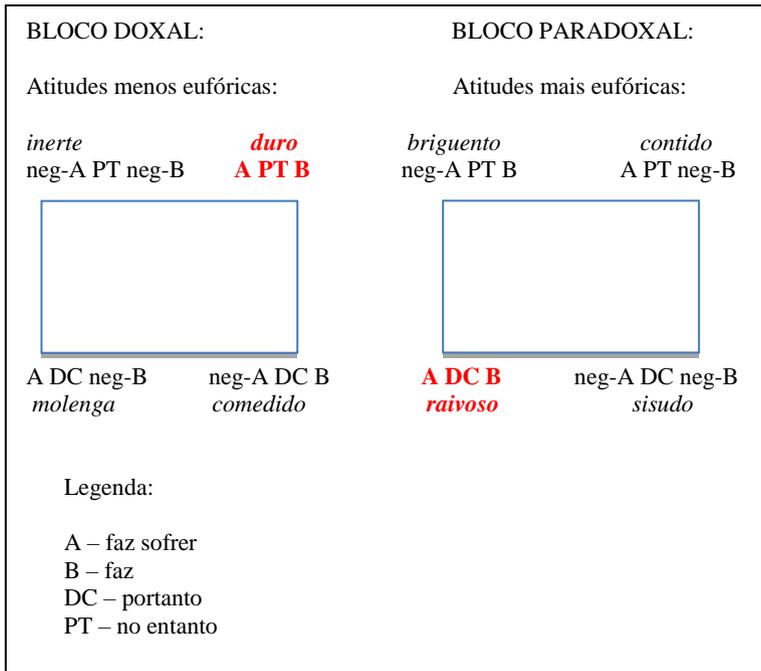


Imagem 3: o problema detectado no esquema de doxal/paradoxal em oposição: o prolongamento possível entre doxo e paradoxo do bloco [faz sofrer CONN faz] conforme Carel (2013, p. 3).

Atentemo-nos para o primeiro par do verso acima, “duro/com raiva”. Na enunciação específica deste par, Carel explica que *duro* é algo necessário e deve ser praticado se colocado na relação de comparação com *raivoso*, que é um excesso de *duro* e deve ser evitado (caso este par seja considerado por um viés doxal, universalmente posto, aceitável). E é a relação mesma entre os dois termos que torna exprimível seus aspectos: “O emprego de *duro* tem como sentido o aspecto transgressivo [A FAZ SOFRER PT X FAZ A], inscrito na própria significação do adjetivo *duro*, e esse aspecto

substitui o aspecto [A FAZ SOFRER DC X FAZ A] significado por *raivoso*” (CAREL, 2013, p. 8, tradução nossa).

Carel vai atentar-se para dois fatos da particularidade da relação entre estes dois aspectos, *duro* = [A FAZ SOFRER PT X FAZ A] e *raivoso* = [A FAZ SOFRER DC X FAZ A]: trata-se da já conhecida disposição de blocos em oposição doxal/paradoxal, como se vê acima, e também se trata de uma relação nova, de gradualidade, que era só própria dos transpostos.

Para confirmar isso, propõe a aplicação de *até mesmo*, próprio para averiguação de gradualidade dos transpostos, assim: “ele era duro, e *até mesmo* raivoso”.

A grande novidade é que a relação de gradualidade até então só se via em aspectos doxais (aspectos transpostos do quadrado doxal), jamais entre um doxal e um paradoxal, tidos como opostos. Temos aqui um nó teórico: a gradualidade era classicamente do âmbito do bloco doxal. Falar em gradualidade entre doxo e paradoxo não era teoricamente permitido. Mas o que se vê aqui é que, mesmo assim, o sentido afronta a disposição teórica, e há algo ali de gradual sem ser uma relação transposta (já que a relação transposta é vista entre os aspectos só doxais, ou só paradoxais, e aqui teríamos uma relação entre um doxal e um paradoxal). Eis a conclusão de Carel:

há entre *duro* e *raivoso* uma relação gradual (*ele era duro, e até mesmo raivoso*), sem que esses termos expressem aspectos transpostos [...] Ora, aí está o coração de nosso problema, os dois aspectos [A FAZ SOFRER PT X FAZ A] e [A FAZ SOFRER DC X FAZ A] significados por *duro* e *raivoso* não são transpostos. Como, então, dar conta do que Maurois adverte como sendo um excesso? (CAREL, 2013, p. 6 e 9, tradução nossa).

Assim, deste primeiro verso do trecho, Carel reterá a fórmula: “*se você pode ser X sem jamais ser Y*” (CAREL, 2013, p. 10, tradução nossa) como própria de uma relação gradual entre aspectos doxais-paradoxais. Eis o cerne da segunda elaboração do paradoxo: doxo e paradoxo não podem ser apenas significações em oposição (1ª elaboração), podem ser também significações em prolongamento (2ª elaboração).

O mesmo se dará com os outros versos da estrofe, que não tomaremos todos aqui. Por exemplo, avançando para o segundo verso do poema, cuja unidade de análise é o segundo par, “bravo/imprudente”, vemos que é preciso por em relação o aspecto contextual de *imprudente* [PERIGO DC FAZ], com o aspecto de *bravo* [PERIGO PT FAZ] para explicitar/explicar o sentido do verso “*Se você pode ser bravo e jamais imprudente*”. Nesse sentido, Carel vai explicar que a fórmula “*se você pode ser X sem jamais ser Y*” do primeiro verso, é assimilada à fórmula “*se você pode ser X e jamais Y*” do segundo verso. E a relação discursiva proveniente da aplicação dessas fórmulas a *bravo* e *imprudente* é lida da seguinte forma por Carel: “Como o locutor de *se você pode ser duro sem jamais ficar com raiva*, o locutor de *se você pode ser bravo e jamais imprudente* preveniria contra um excesso, o de agir, não mais apesar do perigo, mas por gosto do perigo” (CAREL, 2013, p. 10-11, tradução nossa).

Diante do nó teórico do primeiro e segundo versos que explicitam um elo semântico entre doxal e paradoxal, Carel retém a dinâmica fugidia das relações entre aspectos, e atualiza suas noções teóricas de doxo/paradoxo assumindo essa estranha, mas possível, gradualidade significante: não temos dois blocos em oposição, mas um único bloco em prolongamento. Podemos observar a nova decisão formal – da relação de gradualidade entre doxo/paradoxo – pela seguinte conclusão:

O estudo da gradualidade subjacente aos dois primeiros versos do poema que escolhemos vai nos levar à questão do paradoxo e de seu elo semântico com a doxa. [...] Seu exame mostrará que um (*duro*) é doxal, enquanto o outro (*raivoso*), a saber, o mais forte, é paradoxal. Será o mesmo para os termos *bravo* e *imprudente*. **O paradoxo aparecerá, assim, não como um reflexo inverso da doxa, mas como um prolongamento dessa última, seu complemento no interior de um mesmo bloco semântico** (CAREL, 2013, p. 7-8, tradução nossa, grifos nossos).

É bom reter que, como consequência deste modo de entender doxa e paradoxo, uma outra descoberta é pontuada por Carel: além dos três

modos básicos e formais da construção textual (conversos, transpostos e recíprocos), acrescenta-se um novo: a gradualidade entre doxo e paradoxo, significação ou sentido oriundo da relação doxal/paradoxal pensada não enquanto oposição, mas enquanto prolongamento (CAREL, 2013, p. 1). Contudo, um problema fica por se resolver: com pensar agora, depois desta atualização, os oito aspectos existentes? Antigamente apresentados por 2 quadrados, doxal e paradoxal, com 4 aspectos cada, e agora carecendo de uma figura geométrica que mescle estes dois quadrados e configure 8 aspectos, em relação?

#### **4. O cubo argumentativo: atualização do quadrado argumentativo**

Assumida a nova relação significante/significável, é necessário pensar agora no que fazer com o modelo teórico do quadrado argumentativo, já que ele, no formato atual, não tem lugar para mais outros quatro aspectos. Onde colocar no quadrado argumentativo o paradoxo que agora é um prolongamento da doxa? Nosso intuito nesta seção é explorar a tese que temos defendido (MACHADO, 2015) sobre o *cubo argumentativo*, uma reconfiguração teórica do quadrado argumentativo para dar conta da atualização dos dois quadrados doxal/paradoxal em uma única figura geométrica semântica, conforme as novas percepções de Carel.

Como vimos, a própria autora põe em xeque-mate seu quadrado argumentativo, como era/é operado até então. Neste xeque-mate, Carel nos convida a participar da reflexão sobre a representação conjunta de oito aspectos (não mais 4 doxais e 4 paradoxais). Assumir uma nova relação atípica de sentido (como o elo entre doxa e paradoxo) acarreta teorizar essa estranheza. E teorizar não-linearidades semânticas requer um refinamento teórico a esta altura. Vamos pensar como então “desenhar” ou “localizar” tecnicamente em uma única figura a ideia de que

[...] um mesmo bloco semântico, contrariamente ao que eu dizia em meus primeiros artigos, realiza-se de modo paradoxal como de modo doxal, suas formas paradoxais tendo com suas formas doxais relações variadas, de oposição, às vezes, mas igualmente relações graduais. O paradoxo não é um sistema de crença alternativo, em espelho com aquele ao qual nos

habitamos; ele é, antes, um complemento, o desenvolvimento, o último prolongamento (CAREL, 2013, p. 3, tradução nossa).

Carel assume estes dois problemas: a insuficiência do modelo de bloco com apenas quatro aspectos (os doxais), e a falta de lugar para mais quatro aspectos (os doxais + os paradoxais): “[...] a simples paradoxalidade [...] me levava a dizer que o aspecto que ele mobiliza não apreendia o mesmo bloco [...]. Isso era, penso agora, um erro” (CAREL, 2013, p. 13, tradução nossa).

Diante disso, Carel vê-se diante de uma tarefa nada fácil, aquela de ter que resolver o problema teórico do único bloco com oito aspectos, que significa, ela assume, “remanejar o próprio conceito de bloco semântico” (CAREL, 2013, p. 15, tradução nossa). O trecho a seguir é basilar na atualidade da TBS. Nele, Carel coloca devidamente a necessidade de uma reconfiguração teórica capaz de tratar o paradoxo:

É preciso, portanto, **repensar uma decisão teórica** que me parecia evidente, aquela que impunha a cada bloco ser ou doxal, ou paradoxal, isto é, não conter nunca, ao mesmo tempo, um aspecto de um tipo e um aspecto do outro. Esse questionamento leva a **modificar o número que eu atribuía, até aqui, aos blocos semânticos, que podem, doravante, ser apreendidos, não por quatro, mas por oito aspectos**. Na sequência dessa remodelação, pelo menos dois problemas teóricos se colocam, que eu me contento em indicar aqui. De um lado, deve-se dizer que todos os blocos contêm ao mesmo tempo um aspecto A DC B e um aspecto A DC NEG B, e **deve-se, portanto, abandonar completamente a visão quadripartida dos blocos semânticos**, ou é preciso mantê-la parcialmente? De outro lado, **quais são as relações que estruturam os blocos em oito aspectos?** Será necessário ir além das três relações fundamentais (reciprocidade, conversão e transposição) (CAREL, 2013, p. 15, tradução nossa).

Estes enunciados de Carel exigem uma resposta teórica necessária para o semanticista que precisa explorar minúcias das significâncias no interior da TBS. De nossa parte, temos tentado elaborar uma configuração teórica enquanto resposta, mesmo que introdutória, a esta questão atual de Carel, que possa melhor relacionar (e não separar) doxa/paradoxo.

Volta-se ao problema antigo (DUCROT, 1999): precisa-se de uma elaboração que dê conta de por um grupo semântico em representação semântica única. Tecnicamente, agora não quatro, mas oito aspectos. No que nos tange, para a representação teórica que se seguirá aqui, responderemos afirmativamente à indagação de Carel sobre abandonar a visão quadripartida dos blocos semânticos, o que enriqueceria a TBS. Se pretendemos assumir esta não-separação doxa/paradoxo averiguada por Carel, nos vemos agenciados fortemente a responder de alguma forma a esta concepção octavário-semântica. Nossa resposta é introdutória, por isso, carece ainda de aprofundamentos, testes, e estudos. Na falta de uma disposição melhor, sugeriremos, nesta nova linha de concepção doxa/paradoxo, o *cubo argumentativo*.

O cubo argumentativo pode não ser uma resposta permanente à necessidade da TBS diante da confissão de ineficiência dos dois quadrados argumentativos doxal e paradoxal de Carel. Mas parece ser, inicialmente, uma resposta razoável para dar conta de uma representação de oito aspectos construída com o único objetivo de nos permitir considerar minúcias relacionais entre doxa-paradoxo. Ei-lo:

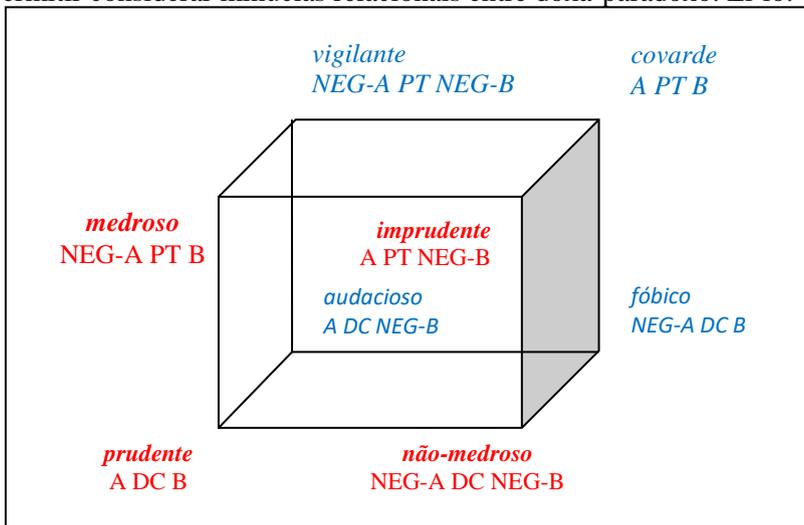


Imagem 4: Proposta de um único bloco de oito aspectos: esquema da segunda elaboração doxal-paradoxal para relações de prolongamento entre doxo e paradoxo<sup>6</sup>

Grosso modo, o cubo argumentativo abarcará tudo que o quadrado argumentativo já prevê (as muitas relações estruturais e discursivas embasadas nos movimentos converso, transposto e recíproco), próprias dos aspectos doxais, que colocaremos na face frontal do cubo, somando a elas mais quatro outros aspectos paradoxais, que colocaremos na face secundária do cubo. Da relação entre face frontal e final, localizar-se-á a neorrelação de gradualidade doxa-paradoxo.

Fazer semântica pelo trabalho teórico-ortogonal parece ser uma resposta razoável às indagações careleanas, sem ter que abandonar o quadrado argumentativo, e enriquecendo-o e adequando-o às novas necessidades, quando elas se fizerem presentes. O mérito da contribuição de uma geometria semântica<sup>7</sup> é potencializar o alcance das relações que flagram significações na língua e produzem sentidos pela enunciação. Observado pelo cubo, o enunciado pode ser posto em decomposição estratégico-semântica, e seus elementos podem conclamar seus relacionais (na esteira de Saussure, significação e sentido, para nós, é relação, e por isso, um A sempre conclamará um B, e esse, um C, e esse, um D... a tal ponto que a teoria deve ser um arranjo geométrico que desenha retas ou figuras ao mobilizar vértices semânticos que explicita o fenômeno significante/significável da/na língua).

Numa primeira observação em potencial, vamos dizer que, ao repensar as significâncias através do cubo argumentativo, visualiza-se amplamente a disposição relacional semântica: em arestas (retas: conversos, transpostos, recíprocos e entre quinas); vértices (duas retas de encontro: um aspectos ligados a dois ou mais enunciados, por exemplo, para se estudar textos); em planos (faces: doxal, paradoxal, laterais esquerda e direita, e face inferior e superior); a isometria (outras figuras delineadas no cubo: por exemplo, o tratamento de questões textuais e pressuposicionais, que exigirão a análise do concatenamento de muitos enunciados ou parágrafos, como os novos estudos do *mas* (CAREL, 2011a, p. 383 - 453); e tudo mais que as projeções ortogonais nos permitir.

O cubo parece ser um lugar privilegiado para se observar arranjos combinatórios de aspectos infindos, expondo e sugerindo relações das mais variadas, e por isso explorando melhor os formatos que certa significância possa ilustrar. O que tão somente faremos é apenas mostrar uma parca movimentação relacional deste cubo com intuito de vislumbrar sua riqueza semântica, longe de se esgotar e de se mostrar totalmente, neste trabalho.

Carel propôs a gradação entre doxal/paradoxal (antigamente, exclusividade dos movimentos apenas transpostos) a partir da fórmula *se você pode ser X e jamais Y*, que expressaria esta gradação. Nós proporemos (MACHADO, 2015) a hipótese de uma nova fórmula: *se você pode ser X mesmo sendo Y*, que expressaria quase-blocos<sup>8</sup> e paradoxos semânticos entre aspectos da face frontal-doxal e final-paradoxal do cubo argumentativo. Por exemplo, retomemos a primeira elaboração doxal/paradoxal, na ocasião disposta de modo separado por dois quadrados, e acima atualizado por nós, num único cubo. Consideremos o cubo argumentativo de “perigo, desistir”. Deixando de lado as relações que isolam aspectos doxais dos paradoxais, a saber, aquelas apenas frontais-doxais: conversos, transpostos e recíprocos, bem como estas mesmas relações que poderiam se repetir na face final-paradoxal do cubo, vamos explorar agora as relações que façam interagir as faces doxais e paradoxais. Conforme Carel, ainda por se estudar.

### 5. A relação conversa entre faces frontal-doxal/final-paradoxal

Começemos por explorar os significados diagonais de gradualidade entre estas duas faces do cubo, a partir da fórmula sugerida por Carel: *se você pode ser X sem jamais ser Y* (onde, no cubo de “perigo CONN desistir”, o Y seria frasticamente mais forte que o X, desvelando a gradualidade). Teríamos então:

Se você pode ser **audacioso**, *sem jamais ser imprudente*.

Se você pode ser **prudente**, *sem jamais ser covarde*.

Se você pode ser **medroso**, *sem jamais ser fóbico*.

Se você pode ser **vigilante**, *sem jamais estar sem medo*.

Tecnicamente, conclui-se que o uso da fórmula *se você pode ser X sem jamais ser Y* funciona em três passos simples, como se viu acima:

- (i) levantam-se os quatro pares de conversos possíveis entre as faces doxal-paradoxal, em um certo cubo;
- (ii) se for necessário (como no caso do cubo de prudente), escolhem-se as palavras favoráveis, preferíveis (no senso comum) destes pares levantados, que ocuparão a função X;
- (iii) relaciona-se cada X com seu par converso neste cubo, que ocuparão a função de Y. Onde X será mais preferível que Y (caso haja palavras favoráveis e desfavoráveis).

Esta é a significação da nova gradação entre planos frontal e final (que Carel nomeia de “prolongamento”, como vimos). Duas ressalvas são importantes: (a) esta fórmula não funcionará em conversos de uma mesma face, só doxal ou só paradoxal, porque não produzirá a mesma significação de gradação, prolongamento (o prolongamento é entre faces doxal-paradoxal, em conversos. Na mesma face, só doxal ou só paradoxal, o converso apresenta significação de oposição, como já vimos); (b) também é bom que se diga que não há lugares perpetuados no cubo para aspectos favoráveis e não favoráveis. Isto dependerá dos semantismos de cada bloco, na sua relação com a universalidade significante.

Antes do cubo, no quadrado, o converso era uma linha diagonal no mesmo plano, na mesma face (ou doxal, ou paradoxal). Agora, como vimos acima, trata-se de uma linha diagonal entre os planos (que vai de um doxal para um paradoxal, e vice-versa). Em suma, a novidade é que as relações acima são sempre conversas entre faces doxal-paradoxal.

Queremos aqui acentuar um ponto. O duplo critério de categorizações semânticas – palavras favoráveis, ou preferíveis, e palavras desfavoráveis, ou não preferíveis –, é um procedimento analítico-semântico proposto por Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005, p. 58; 108), que na ocasião apenas apresentou alguns exemplos transpostos, como prudente (palavra favorável) e prudente demais (palavra desfavorável), dentre outros; e exemplos recíprocos, como a boa relação entre palavras favoráveis e desfavoráveis (por exemplo, “Ele não é inteligente, mas não exageremos, não é estúpido”) e má

relação entre palavras favoráveis (por exemplo, “(?) Ele não é medroso, mas não exageremos, é prudente”). O que fazemos ao assumir este duplo critério para exploração semântica do cubo argumentativo é apenas aprofundar/ampliar este duplo critério. Pois é este critério que estabelecerá relações razoáveis no interior do cubo.

Assim, nesta relação conversa entre planos, entendemos que a palavra favorável, de significado mais “positivo” no senso comum, seria a palavra que teria um valor “preferível” na sua gradualidade (as primeiras da fórmula: *audacioso, prudente, medroso e vigilante*). Ora, seria um pouco estranho entender como “preferível”, entre estes pares conversos acima, as palavras de significado desfavoráveis no senso comum (*imprudente, covarde, fóbico e não-medroso*), assim:

- (?) Se você pode ser **imprudente**, sem jamais ser **audacioso**.
- (?) Se você pode ser **covarde**, sem jamais ser **prudente**.
- (?) Se você pode ser **fóbico**, sem jamais ser **medroso**.
- (?) Se você pode estar **sem medo**, sem jamais ser **vigilante**.

Assim, o critério de interpretação do grupo de frases acima, que relaciona a face frontal-doxal e final-paradoxal do cubo, parece ser um critério doxal (a palavra de significado mais “positivo”, mais bem quisto no senso comum). Ao menos no nível frástico, parece ser assim, mesmo que contextualmente outros contornos sejam possíveis, óbvio. No mínimo, esta observação nos diz que, mesmo que se relacione as faces doxais-paradoxais, se a relação for de gradualidade (um ponto que vai até outro), deve-se estabelecer um critério de leitura para estes aspectos, e leitura comparativa, do tipo que, para descrever a semântica de uma frase ou enunciado, sopesse comparativamente suas expressões constitutivas pelo critério: qual é o termo mais favorável e qual é o termo menos favorável neste par de aspectos (ou mais aspectos) que dão unidade ao conteúdo semântico da frase ou enunciado? Ao menos se o propósito for flagrar a gradação entre termos, entre aspectos.

## 6. O paradoxo semântico: o quase-bloco de relação conversa entre doxal-paradoxal

Um outro ponto pode ser explorado no tesouro significante/significável do cubo argumentativo. Passemos a efetivar

uma segunda proposta de significação ainda pelo movimento converso entre os planos da face frontal-doxal/final-paradoxal do cubo argumentativo. Não mais uma gradualidade, mas um *paradoxo semântico*, tal como vimos na expressão morto-vivo, ilustrada na face doxal do cubo, mas agora enquanto resultado desta relação conversa entre-planos. Para isso, baseado na fórmula acima, de Carel, proporemos uma outra fórmula: *se você pode ser X mesmo sendo Y*. Esta fórmula, em português brasileiro, é comumente usada quando se quer destacar significações de qualidade (favoráveis) onde há significações de desqualidades (desfavoráveis), como em: “ele fala certas verdades, mesmo mentindo”, “ele ajuda os outros, mesmo sendo corrupto”; “ele tem um bom coração, mesmo sendo ladrão” etc. Em nosso cubo acima, teríamos:

Se você pode ser **audacioso**, *mesmo sendo imprudente*.

Se você pode ser **prudente**, *mesmo sendo covarde*.

(?) Se você pode ser **medroso**, *mesmo sendo fóbico*.

(?) Se você pode ser **vigilante**, *mesmo sendo alguém sem medo*.

Mesmo que os dois últimos pares signifiquem estranhamente nesta nova fórmula, os dois primeiros pares parecem comportar-se aceitavelmente na fórmula. Aliás, para melhor observar o problema dos dois últimos enunciados, bastaria, parece, proceder a uma troca dos termos por sinônimos que tornaria a frase mais razoável nesta relação termo favorável/desfavorável, sem alterar seus aspectos. Por exemplo, “Se você pode ser prudente demais mesmo sendo covarde demais”, valendo-se da averiguação ducrotiana (CAREL; DUCROT, 2005, p. 108)<sup>9</sup> de que uma relação transposta é explicável também pela consideração dos dois termos da paralela vertical do cubo, onde um deles é acrescido do modificador *demais*. Mas deixaremos estes enunciados problemáticos de lado, neste trabalho. O critério fulcral do semanticista é que o aspecto é mais importante que a palavra. E em análises estranhas, é o aspecto que deve ser levado em conta para a razoabilidade da análise, e não “impressões” de uma palavra (que seria um contexto, ou outro fenômeno. E que, obviamente, pode ser levado em conta secundariamente).

Ainda que no nível frástico seja comum prevalecer uma “preferência doxal” na relação entre os pares de palavras (por exemplo, preferência de *audacioso* entre *audacioso/ imprudente*), nossa nova fórmula *se você pode ser X mesmo sendo Y* produz um paradoxo semântico, e não uma gradação. Isto é, a nova fórmula ilustra a significação em soma em uma relação ortogonal conversa entre pares das faces doxais-paradoxais do cubo argumentativo. A aplicação da nova fórmula produz sentidos de inseparabilidade entre aspectos frontais-doxais e finais-paradoxais do mesmo cubo argumentativo. Esta nova fórmula inaugura uma nova relação na riqueza do cubo argumentativo: algo como um *quase-bloco converso entre as faces doxal e paradoxal* do mesmo cubo argumentativo, do tipo [A (DC) B], que pode ser representada assim:

O paradoxo semântico a partir da interdependência conversa entre aspectos doxais-paradoxais do tipo [A (DC) B], de “perigo, desistir”	
<b>Aspectos da face frontal-doxal</b>	<b>Aspectos da face final-paradoxal</b>
<i>imprudente</i> [PERIGO PT NEG-DESISTIR] termo desfavorável, não preferível	+ <i>audacioso</i> [PERIGO DC NEG-DESISTIR] termo favorável, preferível
<i>prudente</i> [PERIGO DC DESISTIR] termo favorável, preferível	+ <i>covarde</i> [PERIGO PT DESISTIR] termo desfavorável, não preferível

Quadro 2: A nova relação de paradoxo semântico do tipo [A (DC) B]: o *quase-bloco converso entre as faces doxal-paradoxal* do mesmo cubo argumentativo.

Uma questão interessante que surge é que não podemos mais tratar estas unificações por meio do quase-bloco doxal, já que o quase-bloco doxal é uma possibilidade apenas da face frontal-doxal (nos tipos quase-blocos transpostos e quase-blocos conversos, apresentados por Carel, e no tipo de quase-bloco recíproco, apresentado por nós). Não há ainda um quase-bloco que estabeleça relação entre as faces doxais/paradoxais (antes de nosso trabalho). Assim, o que proporemos, momentaneamente, é tratar desta nova relação de quase-bloco entre a face frontal-doxal/final-paradoxal, pela notação de parêntese “no” conectivo. Assim: [PERIGO (DC) NEG-DESISTIR],

onde, conforme o quadro acima, o (DC) significaria a dupla alternativa: [PERIGO (DC+PT) NEG-DESISTIR]. Teríamos então a representação das seguintes relações de paradoxo semântico deste cubo argumentativo de “perigo, desistir”:

imprudente + audacioso: [PERIGO (DC) NEG-DESISTIR];  
prudente + covarde: [PERIGO (DC) DESISTIR];

Tecnicamente, colocamos relevo no fato de que, a título de notação, o *quase-bloco doxal* é dado diferentemente destes acima: o quase-bloco doxal apresenta os parênteses “no aporte” ou “no suporte”, indicando a dupla possibilidade transposta, conversa e recíproca de dois aspectos. Por exemplo, caso do paradoxo semântico do “prudente-imprudente”, temos o quase-bloco doxal: [PERIGO (DESISTIR)], que significa [PERIGO DC DESISTIR + PERIGO PT NEG-DESISTIR], como vimos. Por outro lado, o *quase-bloco converso entre as faces* do cubo argumentativo é dado, acima, com os parênteses “no conectivo”, como em: [PERIGO (DC) DESISTIR], que significaria [PERIGO DC DESISTIR + PERIGO PT DESISTIR].

## 7. O cubo argumentativo no bloco “morto CONN vivo”

Como dito anteriormente, a exploração das relações semânticas no cubo argumentativo (e também só no quadrado argumentativo) não são meramente matemáticas, isto é, do âmbito do executável, mas são primeiramente do âmbito do significável. O que significa que certas relações não devem apenas “ser testadas por testar, porque o cubo é matematizável”, mas antes, devem “ser testadas porque estão significadas na língua ou no enunciado, porque o cubo é semântico e semanticizável”.

Por este critério, podemos afirmar que os oito aspectos de qualquer cubo argumentativo são afetados por positivities já inscritas na língua ou no enunciado, e que vão balizar as suas relações no cubo (que não são feitas aleatoriamente, mas são balizadas por significações na língua, ilustradas neste mesmo cubo). Por exemplo, no cubo de “prudente”, podemos flagrar palavras favoráveis e palavras desfavoráveis, nos seus respectivos lugares do cubo. São estas

significações preferíveis e não preferíveis que intermediam as relações do seu cubo.

Já em outro cubo argumentativo, por exemplo, o de “vida biológica”, tais relações ganharão outro contorno, porque explicitam outras preferências e não-preferências entre seus oito aspectos disponíveis. O que funciona no cubo de prudente, pode não funcionar em outro cubo (pelo critério de que a matemática subsume ao semântico, e não o contrário). Vejamos, então, o cubo argumentativo de vida biológica, e algumas relações possíveis reveladas por este cubo – para os quatro procedimentos seguintes, valer-nos-emos deste cubo:

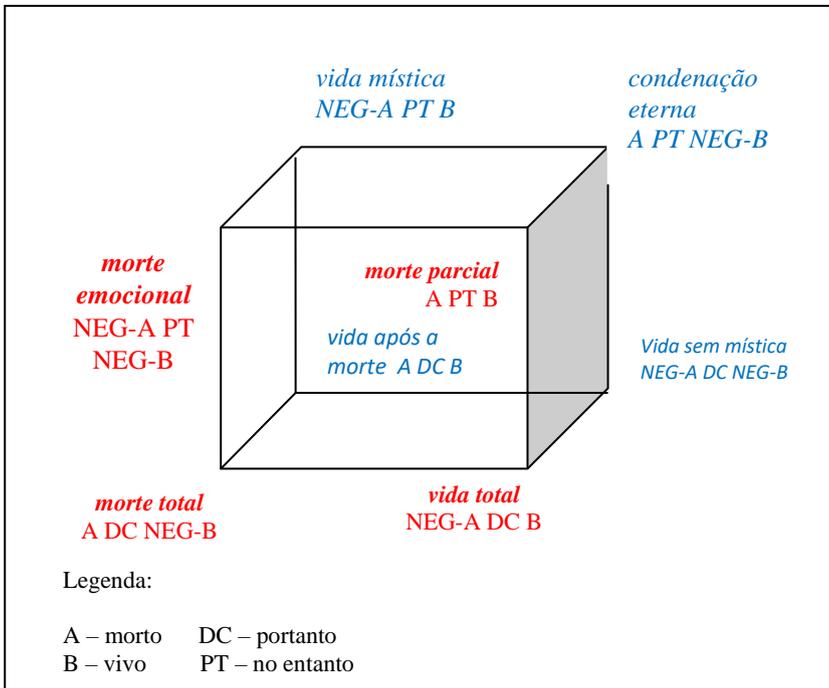
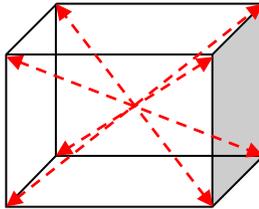


Imagem 5: O cubo argumentativo de [morto CONN vivo]

Deixando de lado as relações de face só doxal e só paradoxal (conversas, transpostas e recíprocas, apenas na face só frontal ou só na face final do cubo), debrucemo-nos agora sobre as novas relações

entre as faces doxal-paradoxal, que queremos explorar. Para isso, faremos um percurso de quatro procedimentos para vislumbrar, de modo laboratorial e inédito, um pouco da riqueza semântica deste cubo argumentativo.

## 7.1 Procedimento 1: relações conversas entre as faces doxal-paradoxal



### 7.1.1 Relações de prolongamento “por exclusão” entre conversos das faces doxal-paradoxal, ilustradas pela fórmula *se você pode ser X sem jamais ser Y*:

O que faremos abaixo – e nos outros três procedimentos que lhe seguem – é laboriar relações entre os vértices específicos escolhidos no desenho, de modo a apenas a vislumbrar espessuras significantes/significáveis dessas relações propostas, sem o cunho de aprofundamento e expansão analítica que gostaríamos, para não nos alongar. Vamos a elas.

Se você pode estar **totalmente morto** *sem jamais estar eternamente condenado*.

Significação de: santo, alma fiel, espírito iluminado, guerreiro honrado etc.

Se você pode estar **eternamente condenado** *sem jamais estar totalmente morto*.

Significação de: vida desonrada, mau exemplo, pecador etc.

Se você pode estar **totalmente vivo** *sem jamais ter uma vida mística*.

Significação de: agnóstico, ateu, vida mundana etc.

Se você pode ter **uma vida mística** *sem jamais estar totalmente vivo*.

Significação de: místico de má saúde, fiel fragilizado, religioso doente etc.

Se você pode ter **uma vida sem mística** *sem jamais estar emocionalmente morto*.

Significação de: ateu sociável, ONGs agnósticas, filantropo sem crenças etc.

Se você pode ser **indiferente/deprimido** *sem jamais ter uma vida sem mística*.

Significação de: religioso egoísta, crente introspecto, fiél fechado, religioso socialmente isolado etc.

Se você pode estar na **vida após a morte** *sem jamais estar em morte parcial*.

Significação de: espírito livre, o que descansou etc.

Se você pode estar em **morte parcial** *sem jamais estar na vida após a morte*.

Significação de: ainda vivo, acamado inconsciente etc.

Acima, na dinâmica semântica das relações instauradas por esta fórmula, é interessante destacar que este cubo argumentativo apresenta comportamento que podemos chamar de *relação de prolongamento em vice-versa*, isto é, ao contrário do outro cubo de prudente, em que a palavra favorável vem primeiro que a desfavorável (e o contrário não parece funcionar), neste cubo acima, é possível ilustrar significações iniciando a fórmula por qualquer uma das palavras do par converso (ou X, ou Y), independente de ser favorável ou não. Passemos à mesma movimentação conversa, entre os mesmos vértices, mas agora de modo inclusivo, mudando a fórmula.

### 7.1.2 Relações de prolongamento “por inclusão” entre conversos das faces doxal-paradoxal, ilustradas pela fórmula *se você pode ser X mesmo sendo Y* – o quase-bloco do tipo [A (CONN) B]:

(a\*) Se você pode estar **totalmente morto** *mesmo estando eternamente condenado*.

Significação de: o que se aceita no inferno, condenado conformado, capeta etc.

(a\*) Se você pode estar **eternamente condenado** *mesmo estando totalmente morto*.

Significação de: o que se aceita no inferno, condenado conformado, capeta etc.

(b\*) Se você pode estar **totalmente vivo** *mesmo estando em uma vida mística*.

Significação de: fiel com saúde, religioso não-enclausurado etc.

(b\*) Se você pode ter **uma vida mística** *mesmo estando totalmente vivo*.

Significação de: fiel com saúde, religioso não-enclausurado etc.

(c\*) Se você pode ter uma **vida sem mística** *mesmo estando emocionalmente morto*.

Significação de: depressivo sem credo, ateu indiferente etc.

(c\*) Se você pode estar **emocionalmente morto** *mesmo estando em uma vida sem mística*.

Significação de: depressivo sem credo, ateu indiferente etc.

Se você pode estar na **vida após a morte** *mesmo estando em morte parcial*.

Significação de: EQM<sup>10</sup>, contato com o além etc.

Se você pode estar em **morte parcial** *mesmo estando na vida após a morte*.

Significação de: estado vegetativo visto por algumas religiões

As observações em (\*) marcam que tais frases parecem ilustrar, interessantemente, as mesmas significações. Suas diferenças serão de outras naturezas, que devem ser melhor aprofundadas, o que não faremos aqui, já que nosso objetivo é apenas iniciar este laboratório. Por exemplo, ler a fórmula aplicada (ser X mesmo sendo Y) de modo a valorizar mais o primeiro termo que o segundo, ou vice-versa, produzirá outras significações/sentidos. A leitura acima foi realizada na linha de considerar os dois elementos em igualdade de importância, em quase-blocos que os somem, sem preferências de X ou Y, ou dito ducrotianamente, sem considerar termos mais favoráveis que outros.

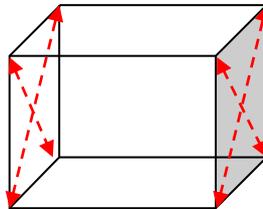
Vejam os quadros técnicos dos quase-blocos utilizados neste procedimento 1.2:

<b>Relações que compõem o quase-bloco do tipo [A (CONN) B]: o quase-bloco converso entre as faces doxal-paradoxal</b>		
<b>Face frontal-doxal</b>	<b>Face final-paradoxal</b>	<b>Quase-bloco converso</b>
A DC NEG-B	+ A PT NEG-B	= A (DC) NEG-B
NEG-A DC B	+ NEG-A PT B	= NEG-A (DC) B
NEG-A PT NEG-B	+ NEG-A DC NEG-B	= NEG-A (DC) NEG-B
A PT B	+ A DC B	= A (DC) B

Quadro 3: o *quase-bloco converso entre as faces doxal-paradoxal* [A (CONN) B]

Os próximos três procedimentos de estudo de relações doxal-paradoxal deste cubo não apresentam estudos publicados ainda<sup>11</sup>. Sua aplicação é inédita, e por isso, laboratorial, o que significa serem estes pontos introdutórios que exigem trabalhos futuros de aprofundamento, tal como se espera que a noção de cubo argumentativo promova. Vamos a elas.

## 7.2 Procedimento 2: relações transpostas entre as faces doxal-paradoxal



Para este procedimento, refletiremos significações das quatro relações transpostas existentes entre as faces doxais e paradoxais do cubo argumentativo. São elas: *morte total/vida mística*; *morte emocional/vida após a morte*; *vida total/condenação eterna*; *morte parcial/vida sem mística*, e vice-versa, em todos os casos. Fazendo eco às análises anteriores, dividiremos estes transpostos em observações exclusivas e inclusivas.

### 7.2.2 Relações de prolongamento “por exclusão” entre transpostos das faces doxal-paradoxal, ilustradas pela fórmula *se você pode ser X sem jamais ser Y*:

Se você pode estar **totalmente morto**, *sem jamais* ter uma **vida mística**.

Significação de: fim, tudo acabado, alma sem fé etc.

Se você pode ter uma **vida mística** *sem jamais* estar **totalmente morto**.

Significação de: o que tem fé na sua enfermidade, fiel no leito de morte etc.

Se você pode estar **emocionalmente morto**, *sem jamais* ter uma **vida após a morte**.

Significação de: aparentemente morto, expressão cadavérica, taciturno sadio etc

Se você pode ter uma **vida após a morte**, *sem jamais* estar **emocionalmente morto**.

Significação de: espectro sempre ativo, fantasma que faz visitas etc.

Se você pode estar **totalmente vivo**, *sem jamais* estar **eternamente condenado**.

Significação de: ativista religioso, membro ativo de ongs, indivíduo de boas ações etc.

Se você pode estar **eternamente condenado** *sem jamais* estar **totalmente vivo**.

Significação de: alma condenada, habitante do hades, agonizante no inferno etc.

Se você pode estar **parcialmente morto** *sem jamais* ter uma **vida sem mística**.

Significação de: o que tem fé na sua enfermidade, fiel aguardando a morte etc.

Se você pode ter uma **vida sem mística** *sem jamais* estar **parcialmente morto**.

Significação de: ateu em plena saúde, pecador sadio etc.

### 7.2.3 Relações de prolongamento “por inclusão” entre transpostos das faces doxal-paradoxal, ilustradas pela fórmula *se você pode ser X mesmo sendo Y*: o quase bloco do tipo [(A) (CONN) (B)]:

(d\*) Se você pode estar **totalmente morto**, *mesmo tendo* uma **vida mística**.

Significação de: algo como um zombie que crê em divindades etc.

(d\*) Se você pode possuir uma **vida mística mesmo estando totalmente morto**.

Significação de: algo como um zombie que crê em divindades etc.

(e\*) Se você pode estar **emocionalmente morto, mesmo tendo uma vida após a morte**.

Significação de: psicopata sensitivo, médium depressivo etc.

(e\*) Se você pode ter uma **vida após a morte, mesmo estando morto emocionalmente**.

Significação de: psicopata sensitivo, médium depressivo etc.

(f\*) Se você pode estar **totalmente vivo, mesmo estando eternamente condenado**.

Significação de: herege saudável etc.

(f\*) Se você pode estar **eternamente condenado mesmo estando totalmente vivo**.

Significação de: herege saudável etc

(g\*) Se você pode estar **parcialmente morto mesmo tendo uma vida sem mística**.

Significação de: ateu no leito de morte etc, cético gravemente doente.

(g\*) Se você pode ter uma **vida sem mística mesmo estando parcialmente morto**.

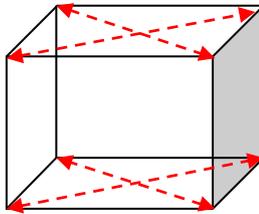
Significação de: ateu no leito de morte etc, cético gravemente doente.

Tecnicamente, esta fórmula inaugura um novo quase-bloco que funciona pela disposição [(A) (CONN) (B)], onde os parênteses “no suporte”, “no aporte” e “no conector” significam a indissociabilidade afirmativa e negativa destes elementos para ilustrar as significações desta combinação. Podemos pensar no seguinte quadro que mostra as relações que compõem este quase-bloco transposto entre faces:

Relações que compõem o quase-bloco do tipo [(A) (CONN) (B)]: o quase-bloco transposto entre as faces doxal-paradoxal		
Face frontal-doxal	Face final-paradoxal	Quase-bloco transposto
A DC NEG-B	+ NEG-A PT B	= (NEG)-A (DC) (NEG)-B
NEG-A DC B	+ A PT NEG-B	= (NEG)-A (DC) (NEG)-B
NEG-A PT NEG-B	+ A DC B	= (NEG)-A (DC) (NEG)-B
A PT B	+ NEG-A DC NEG-B	= (NEG)-A (DC) (NEG)-B

Quadro 4: o quase-bloco transposto entre as faces doxal-paradoxal [(A) (CONN) (B)]

### 7.3 Procedimento 3: relações recíprocas entre as faces doxal-paradoxal



Para este procedimento, refletiremos significações das quatro relações recíprocas existentes entre as faces doxais e paradoxais do cubo argumentativo. São elas: *morte emocional/ condenação eterna; morte parcial/ vida mística; morte total/ vida sem mística; vida total/ vida após a morte*, e vice-versa, em todos os casos. Fazendo eco às análises anteriores, dividiremos estes recíprocos entre faces em análises inclusivas e excludentes.

#### 7.3.1 Relações de prolongamento “por exclusão” entre recíprocos das faces doxal-paradoxal, ilustradas pela fórmula *se você pode ser X sem jamais ser Y*:

Se você pode estar **emocionalmente morto** *sem jamais estar eternamente condenado*.

Significação de: infeliz paciente, melancólico justo etc.

Se você pode estar **eternamente condenado** *sem jamais estar emocionalmente morto*.

Significação de: tirano falecido, fascínora morto, o que morreu consciente de suas maldades etc.

Se você pode estar **parcialmente morto** *sem jamais ter uma vida mística*.

Significação de: ateu com morte cerebral etc.

Se você pode estar em **vida mística** *sem jamais estar parcialmente morto*.

Significação de: fiel consciente, religioso saudável etc.

Se você pode estar **totalmente morto** *sem jamais ter uma vida sem mística*.

Significação de: alma fiél que retornou dos mortos, aparições de santos etc.

Se você pode ter uma **vida sem mística** *sem jamais estar totalmente morto*.

(ss4<sup>12</sup>): Significação de: vida pagã, ateu vivo etc

Se você pode estar **totalmente vivo** *sem jamais estar em uma vida após a morte*.

Significação de: perspectivas da Biologia etc.

Se você pode estar em uma **vida após a morte** *sem jamais estar totalmente vivo*.

Significação de: santo, modelo místico etc.

### 7.3.2 *Relações de prolongamento “por inclusão” entre recíprocos das faces doxal-paradoxal, ilustradas pela fórmula se você pode ser X mesmo sendo Y: o quase-bloco do tipo [(A) CONN B]:*

(\*h) Se você pode estar **emocionalmente morto** *mesmo estando eternamente condenado*.

Significação de: psicopata etc.

(\*h) Se você pode estar **eternamente condenado** *mesmo estando emocionalmente morto*.

Significação de: psicopata etc.

(\*i) Se você pode estar **parcialmente morto** *mesmo tendo uma vida mística*.

(ss1): Significação de: místico inconsciente, fiél ferido etc.

(\*i) Se você pode ter uma **vida mística** *mesmo estando parcialmente morto*.

Significação de: místico inconsciente, fiél ferido etc.

(Perceber a semelhança semântica entre estas significações e as mencionadas na próxima ceção, pela sigla ss1).

(\*j) Se você pode estar **totalmente morto** *mesmo tendo uma vida sem mística*.

Significação de: pagão que retornou dos mortos, aparições de almas agnósticas etc.

(\*j) Se você pode ter uma **vida sem mística** *mesmo estando totalmente morto*.

Significação de: pagão que retornou dos mortos, aparições de almas agnósticas etc.

(\*k) Se você pode estar **totalmente vivo** *mesmo tendo uma vida após a morte*.

Significação de: os arrebatados, personagens assuntos aos céus etc.

(\*k) Se você pode estar em uma **vida após a morte** *mesmo estando totalmente vivo*.

(ss2): Significação de: os arrebatados, personagens assuntos aos céus etc.

No que tange ao quase-bloco inédito desta relação, do tipo [(A) CONN B], podemos melhor precisá-lo no quadro abaixo:

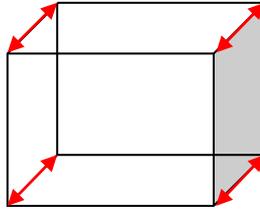
Relações que compõem o quase-bloco do tipo [(A) CONN B]: o quase-bloco recíproco entre as faces doxal-paradoxal		
Face frontal-doxal	Face final-paradoxal	Quase-bloco recíproco
A DC NEG-B	+ NEG-A DC NEG-B	= (NEG)-A DC NEG-B
NEG-A DC B	+ A DC B	= (NEG)-A DC B
NEG-A PT NEG-B	+ A PT NEG-B	= (NEG)-A PT NEG-B
A PT B	+ NEG-A PT B	= (NEG)-A PT B

Quadro 5: o quase-bloco recíproco entre as faces doxal-paradoxal [(A) CONN B]

Dando continuidade, além destas relações tradicionais: conversas, transpostas e recíprocas, aqui trabalhadas no ineditismo de suas realizações entre faces doxal-paradoxal, vamos propor ainda uma nova relação, agora possível devido à extensão do cubo: a relação “entre quinas” de todos os pontos do cubo, isto é, a relação entre os pares de vértices constituídos dos dois pontos de cada quina do cubo. O que faremos também pelas vias de inclusão e exclusão, sempre pela

aplicação das duas fórmulas em foco escolhidas estudar inicialmente este cubo.

#### 7.4 Procedimento 4: relações entre as quinas das faces doxal-paradoxal



##### 7.4.1 Relações de prolongamento “por exclusão” entre as quinas das faces doxal-paradoxal, ilustradas pela fórmula *se você pode ser X sem jamais ser Y*:

Nesta relação, trabalharemos os pares das quinas do cubo de “morto CONN vivo”: *morte total/vida após a morte*; *vida total/vida sem mística*; *morte emocional/vida mística*; *morte parcial/condenação eterna*. Passemos à aplicação da fórmula.

Se você pode estar **totalmente morto** *sem jamais estar na vida após a morte*.

Significação de: cético falecido, agnóstico em óbito, morte biológica etc.

Se você pode estar na **vida após a morte** *sem jamais estar totalmente morto*.

(ss2): Significação de: os arrebatados, personagens assuntos aos céus etc.

Se você pode estar **totalmente vivo** *sem jamais ter uma vida sem mística*.

(ss3) Significação de: fiel saudável, religioso cheio de saúde etc.

Se você pode ter uma **vida sem mística** *sem jamais estar totalmente vivo*.

Significação de: cético de má saúde, incrédulo debilitado, herege doente etc

Se você pode estar **emocionalmente morto** *sem jamais estar* em uma **vida mística**.

Significação de: depressivo ateu, psicopata sem credo etc

Se você pode ter uma **vida mística** *sem jamais estar* **emocionalmente morto**.

(ss3) Significação de: fiel saudável, religioso cheio de saúde etc.

Se você pode estar **parcialmente morto** *sem jamais estar* **eternamente condenado**.

(ss1): Significação de: místico inconsciente, fiél ferido etc

Se você pode estar **eternamente condenado** *sem jamais estar* **parcialmente morto**.

Significação de: cético de boa saúde, herege saudável etc.

#### 7.4.2 Relações de prolongamento “por inclusão” entre as quinas das faces doxal-paradoxal, ilustradas pela fórmula *se você pode ser X mesmo sendo Y*: o quase bloco do tipo: [A CONN (NEG) B]:

Nesta relação, trabalharemos os mesmos pares de quina do cubo acima, agora em relação de soma. Valer-nos-emos da fórmula *X mesmo sendo Y*.

(\*1) Se você pode estar **totalmente morto** *mesmo estando* na **vida após a morte**.

Significação de: alma, fantasma, santo canonizado etc

(\*1) Se você pode estar na **vida após a morte** *mesmo estando* **totalmente morto**.

Significação de: alma, fantasma, santo canonizado etc.

(\*m) Se você pode estar **totalmente vivo** *mesmo tendo* uma **vida sem mística**.

(ss4) Significação de: vida pagã, ateu vivo etc.

(\*m) Se você pode ter uma **vida sem mística** *mesmo estando* **totalmente vivo**.

(ss4): Significação de: vida pagã, ateu vivo etc.

(\*n) Se você pode estar **emocionalmente morto** *mesmo tendo* uma **vida mística**.

Significação de: fiel enfermo, fiel deprimido etc.

(\*n) Se você pode ter uma **vida mística** *mesmo estando* **emocionalmente morto**.

Significação de: fiel enfermo, fiel deprimido etc.

(\*o) Se você pode estar **parcialmente morto** *mesmo estando* **eternamente condenado**.

Significação de: pecador no leito de morte, infiel nos momentos finais etc

(\*o) Se você pode estar **eternamente condenado** *mesmo estando* **parcialmente morto**.

Significação de: pecador no leito de morte, infiel nos momentos finais etc.

Já no que tange às aplicações estranhas (?), mesmo que tenham suas minúcias, quais sejam, as aplicações em interrogação (?) parecem não ser produtivas, porque mesmo que aplicáveis matematicamente, apresentam resultados estranhos semanticamente (ao menos estruturalmente, foco da investigação deste cubo). Dito especificamente, nestas aplicações estranhas (?), a maioria das significações ilustradas pela fórmula são redundantes, ou doxalmente impossíveis. E a aplicação desta fórmula nestes aspectos foi apenas estratégia para explicitar o fato de que algumas relações não são produtivas semanticamente na dinâmica ortogonal, mesmo que operáveis matematicamente.

Percebe-se que aqui o procedimento de vice-versa não apresenta alterações semânticas (ao menos não frasticamente, nível em que a análise do cubo argumentativo está se desenvolvendo).

É produtivo aqui, falar deste novo tipo de quase-bloco, acima observado. Propomos este tipo de quase bloco, de modo inédito, recentemente (MACHADO, 2015, p. 254). Tecnicamente, este quase-bloco funciona pela disposição [A *CONN* (NEG) B], onde os parênteses “na negação do aporte” significam a indissociabilidade entre a possibilidade afirmativa e negativa do aporte (B + neg-B). Como propomos (MACHADO, 2015, p. 256), podemos pensar nas seguintes relações que compõem o quase-bloco entre quinas:

Relações que compõem o quase-bloco do tipo [A CONN (NEG) B]: o quase-bloco entre quinas das faces doxal-paradoxal			
Face frontal-doxal		Face final-paradoxal	Quase-bloco entre as quinas
A DC NEG-B	+	A DC B	= A DC (NEG) B
NEG-A DC B	+	NEG-A DC NEG-B	= NEG-A DC (NEG) B
NEG-A PT NEG-B	+	NEG-A PT B	= NEG-A PT (NEG) B
A PT B	+	A PT NEG-B	= A PT (NEG) B

Quadro 6: o quase-bloco entre quinas das faces doxal-paradoxal [A CONN (NEG) B]

## 8. A fórmula *se você pode ser X mesmo sendo Y*: aplicação e interpretação

Não é fácil, em Semântica, pensar uma fórmula como esta. Pelo simples fato da dificuldade em flagrar a relação entre dois elementos, que podem ser até contrários, como vimos acima. Mas uma teoria, se robusta e se madura, deve dar conta de apresentar um mínimo de organização técnico-analítica para a aplicação desta fórmula. É neste intuito, e no intuito de ao menos diminuir os “etc” colocados em cada aplicação, que arrojaremos uma apreciação desta fórmula, na posição de um semanticista.

Dentre vários modos de se ler a fórmula *se você pode ser X mesmo sendo Y* (como X afeta Y e Y afeta X), queremos reter duas observações: (I) na relação entre as duas palavras, há uma predominância, ou uma tendência de se interpretar uma apredominância, sobre o elemento que vem primeiro, na organização frástica. Por exemplo, nos paradoxos:

João é um bonito-feio – João é bonito mesmo sendo feio.

(onde a significação *bonita* parece sobrepor *feio*, mesmo que afetada por ela), e

João é um feio-bonito – João é feio mesmo sendo bonito.

(onde a significação *feio* parece sobrepor *bonito*, mesmo que afetada por ela);

e (II) tal fórmula parece revelar, ou tende a intuir a interpretação, de que uma entre as duas expressões é a mais favorável, do ponto de vista ducrotiano, e por isso ela parece ganhar mais força na significação da totalização do enunciado (não que anule a outra significação menos favorável). Isto é, dito pelo antigo, mas sempre atual modificador *um pouco*, temos algo como “um bonito um pouco feio”, no primeiro caso, e “um feio um pouco bonito”, no segundo caso. Já que na relação semântica entre bonito/feio, *bonito* é favorável e preferível a *feio*. A argumentação – não a única, mas a mais básica – seria que “Y está em X, e X só significa se afetado por Y”. Nesta linha, recomendamos a leitura dos novos estudos sobre o *mas*<sup>13</sup>, onde Carel averigua, contrariamente aos primeiros estudos de Ducrot, que em relações deste tipo, realizadas pelo articulador *mas* – João é (X) bonito, mas é (Y) feio, por exemplo, não há exclusão de X, mas uma estranha significação interdependente entre X e Y.

Tanto as observações (I) sobre a força do primeiro termo empregado, e (II) sobre a força do termo favorável, na fórmula *ser X mesmo sendo Y*, parecem averiguar que, em semântica, “a ordem altera o produto”, e “a soma dos fatores pode não corresponder ao produto”, isto é, a relação semântica entre as ordens A e B, ou B e A parecem significar diferentemente, como vimos acima, e dito tecnicamente, as somas de quase-blocos de tipo, por exemplo, [A (DC) B] podem flagrar distintas significações se consideradas como [B (DC) A].

## 9. A isometria semântica: a relação entre pressuposição e cubo argumentativo

Enquanto projeção futura, por exemplo, podemos vislumbrar a possibilidade de se trabalhar o fenômeno da pressuposição no cubo argumentativo, o que faremos inicialmente pelo movimento transposto. Rememoremos Ducrot<sup>14</sup>: já que o transposto é uma intensificação, o ponto alto pressupõe o ponto baixo, como uma escala (ora, a relação transposta é, de alguma forma, uma escala entre intensidades semânticas, como *medroso* (prudente demais) pressupõe *prudente*, e como *imprudente* (não-medroso demais) pressupõe ser *não-medroso*). Nesta esteira, *fóbico* (covarde demais) pressupõe *covarde*, e *audacioso* (vigilante demais) pressupõe *vigilante*. Se

qualquer relação no cubo é entre dois pontos, a pressuposição acrescentaria um terceiro ponto. Daí, ao estudar a pressuposição no cubo, não estaríamos falando de “retas” neste cubo, mas de “triângulos semânticos”, no mínimo. No que tange à ilustração da pressuposição no cubo, retomemos o modelo já visto: “Se você pode ser **medroso**, sem jamais ser **fóbico**”. Ao se considerar a pressuposição de medroso nestes dois vértices, desenha-se o triângulo:

Se você pode ser **medroso**, [(P) *porque primeiro é prudente*], e sem jamais ser **fóbico**<sup>15</sup>.

Que no cubo de “perigo *CONN* desistir”, apresentará o seguinte desenho triangular:

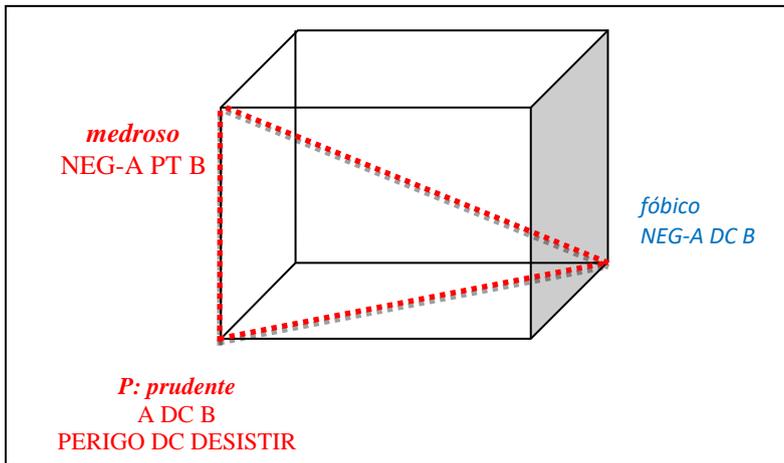


Imagem 6: a isometria semântica no cubo de [perigo *CONN* desistir]

Podemos dar agora uma definição técnica para o triângulo semântico, em Semântica Argumentativa: *um triângulo semântico é a observação de dois aspectos em relação, como classicamente prevê a TBS, em recíprocos, conversos, transpostos e entre quinas, somados a um vértice de pressuposição, dentro do mesmo cubo.*

Tecnicamente, estamos dizendo que trabalhar qualquer relação conversa e/ou recíproca no cubo, pode prever uma relação transposta que lhe atravesse, isto é, nossa tese é que *toda relação em retas no*

*cubo pressupõe um vértice anterior de pressuposição*<sup>16</sup> (isto ainda é uma tese que carece de uma dezena de testes laboratoriais). Se comprovada, assim, não haverá apenas retas dentro do cubo, como analisamos acima, mas isso significa traçar outras figuras dentro do cubo argumentativo, que será, no mínimo, um triângulo (uma reta + um ponto pressuposicional, que desenha um triângulo semântico). Em termos mais apropriados à geometria semântica, estudar a pressuposição no cubo argumentativo significa inaugurar / desenvolver / aprofundar estudos de *isometria semântica*<sup>17</sup>.

Ainda um passo de aprofundamento em triângulos no interior do cubo. Parece que o vértice pressuposicional que desenha o triângulo no cubo, quando interfere em uma reta, não se comporta apenas em transpostos. Podemos observar um vértice de pressuposição diferente, na linha dos recíprocos, por exemplo, no cubo alvo de “morto CONN vivo”, onde a morte pressupõe a vida, anteriormente. Retomemos o primeiro exemplo do procedimento um: “Se você pode estar **totalmente morto** *sem jamais estar eternamente condenado*”. A significação em reta (dois vértices) que ilustra no mínimo algo como uma “alma fiel”, unidade semântica desta frase/enunciado, pressupõe a vida (mais um outro vértice), já que estar *totalmente morto* pressupõe *ter estado vivo*. Assim, soma-se à relação conversa entre faces doxal-paradoxal desta frase/enunciado, o vértice de *vivo*, desenhando no cubo um triângulo semântico:

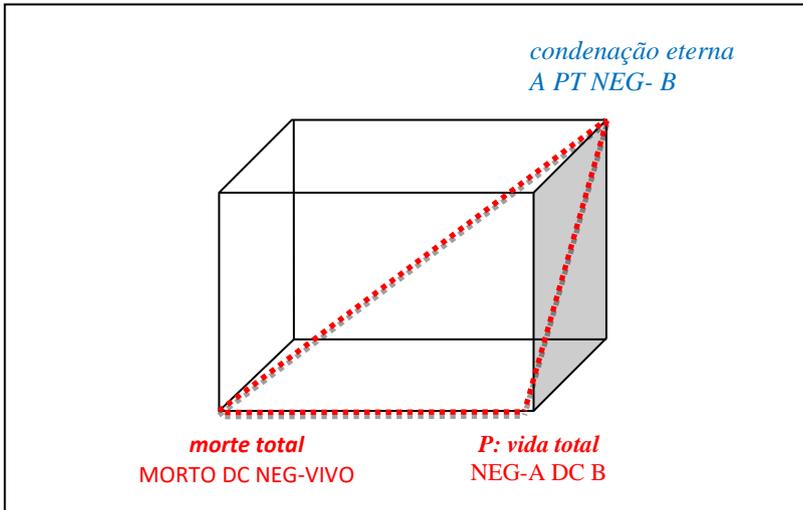


Imagem 7: Exemplo de isometria semântica de uma pressuposição no cubo de [morto CONN vivo]

Cuja engendração frasal/enunciativa pode ser:

Se você pode estar **totalmente morto**, [(P) *porque antes estava vivo*], *sem jamais estar condenado eternamente*.

Aprofundemos timidamente ainda um terceiro passo na isometria semântica, parcamente trabalhada aqui. Além da inserção pressuposicional por vias transpostas e recíprocas, como vimos, podemos ainda pensar na inserção de uma dupla pressuposição em uma reta do cubo. Isto é, respeitando os estudos ducrotianos de que a pressuposição é um fenômeno insistente e inegável na linguagem, se um dos vértices da reta apresenta pressuposição, por que o outro ponto da reta também não poderia apresentar também a sua pressuposição? Teríamos dois vértices com duas pressuposições, totalizando quatro pontos. Geometricamente, uma relação de uma reta com duas pressuposições desenhará um quadrado semântico dentro do cubo argumentativo. Retomemos o exemplo: *estar morto*, que pressupõe *ter estado vivo*, liga-se a *não estar condenado eternamente*, que pressupõe *ter tido vida ou momentos de vida mística*. Já que, ao negar a *condenação eterna*, afirma-se sua conversa, a *vida após a morte*, de alguma forma, cujo pressuposto transposto é a *vida mística* do cubo, que lhe proporcionou certa vida após a morte.

Pormenorizando esta averiguação acima, é bom marcar que dizer “não estar condenado à morte” é afirmar seu converso “estou na vida após a morte”. Conforme a regra básica dos conversos, de negar sua diagonal, da mesma forma que afirmar “não sou imprudente” é afirmar seu converso “sou prudente” (obviamente, fora de contextos, fora de uso). Pois uma das formas de se descrever algo/alguém, é negar seu oposto, como “Maria não é feia” para descrever “Maria é bonita” ou “A comida não é ruim” para descrever “a comida é boa”, estratégias próprias da língua francesa. Como vimos, esta relação conversa é a atualização da noção de negação polêmica de Ducrot (1987, p. 204). Assim, Para refinar a análise acima, é bom marcar que “não estar em condenação eterna” é um conteúdo que *põe*, e não

pressupõe “estar na vida após a morte”. Ou seja, dizer “não estou condenado” é um modo de por, de dizer “estou em algum lugar após a morte” (que não é o lugar da condenação). Trata-se de um conteúdo posto, e não pressuposto. E posto por negação. Podemos explicar esta estratégia enunciativa – de *por* através da *exclusão* – de modo polifônico: por exemplo, se um locutor do além aparece e enuncia: “Não estou condenado!” (em um lugar de punição, inferno, Hades etc), está *excluindo* “condenação eterna”, está *pondo*: “estou em algum lugar na vida após a morte” (melhor que a condenação, como céu, Valhala purgatório etc), e está *concordando*: “isso porque tive uma vida mística total/parcial, que me deu este direito de não estar condenado” (para aprofundamentos da polifonia, retomar noções de: por, concordar e excluir). O *concordar* é um modo de trabalhar o fenômeno da pressuposição na Teoria Argumentativa da Polifonia, um dos braços enunciativos da TBS.

Pensando a pressuposição a partir da frase/enunciado dada(o), e no feitio deste cubo, com seus oito aspectos, se não se está condenado – se não é digno do inferno, Hades, danação etc, é porque experienciou pressupostamente uma vida ou momentos de vida virtuosa. Conforme os semantismos que fundam este cubo, se não se está condenado, é porque, pressupostamente, viveu-se de modo digno, ou em momentos de dignidade, ou nesta linha colaborativa (vida mística). Estas quatro espessuras semânticas [morte + (P<sup>1</sup>) vida + neg-condenação eterna + (P<sup>2</sup>) vida mística] ilustram, no conjunto, certo indivíduo (= alma fiel ou etc) que teve oportunidades em vida, deve ter aproveitado com sabedoria tais oportunidades em vida (na linha de vida mística), não ter alcançado glória gratuitamente etc. E se não aproveitou dignamente sua vida (na linha de vida sem mística), o fez de algum modo salutar ou perspicaz no final da vida para barganhar a vida após a morte, sem condenação. Tal como, por exemplo, o exemplo bíblico-paradoxal do “bom ladrão”: crível de vida não-mística e intuindo significações de condenação nos momentos finais, enunciou-se místico e ressignificou-se em conversão. Dentre outras leituras.

Ilustrativamente, ao considerar as duas pressuposições nos dois vértices de “morte total” e “não condenação eterna”, desenha-se o quadrado:

Se você pode estar **totalmente morto**, [(P<sup>1</sup>) *porque antes estava vivo*], *sem jamais estar condenado eternamente*, [(P<sup>2</sup>) *porque antes viveu /teve momentos místicos*].

Que no cubo de “perigo CONN desistir”, apresentará o seguinte desenho quadrilátero:

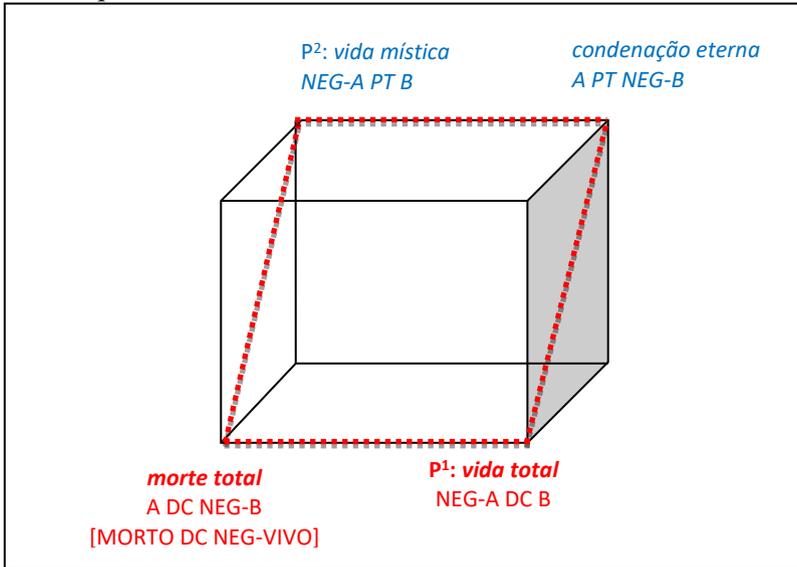


Imagem: 8: exemplo de isometria semântica de duas pressuposições no cubo de [morto CONN vivo]

Podemos dar agora uma definição técnica para o quadrado semântico (que não se confunde com o clássico quadrado argumentativo), em Semântica Argumentativa: *um quadrado semântico é a observação, dentro do mesmo cubo, de dois aspectos em relação, como classicamente prevê a TBS, em recíprocos, conversos, transpostos e entre quinas, somados a dois vértices de pressuposição, um para cada.*

Enfim, dados os exemplos, afirmamos que nossa tese inicial – que não aprofundaremos nem desenvolveremos aqui – rege que sempre haverá um vértice pressuposto, pelo menos, em cada relação entre dois vértices do cubo, não importa a relação. Uma isometria semântica, aqui vista introdutoriamente pelo triângulo semântico e pelo quadrado

semântico, é a (insistente) consideração da pressuposição em uma relação de reta do cubo, seja qual for. Tecnicamente, toda relação recíproca, conversa, entre quinas e transposta, entre as faces do cubo, será atravessada/particularizada por um dos oito vértices do mesmo cubo em questão, que fará o papel da pressuposição. No exemplo acima, vimos relações entre faces doxal-paradoxal com suas pressuposições, que fazem ver não mais movimentos apenas de retas no cubo, mas em figuras dentro do cubo. E estamos afirmando categoricamente que toda relação entre dois aspectos prevê uma pressuposição no mínimo, dentro do próprio cubo. Assim, a significação/sentido é uma movimentação classicamente entre arestas (dois vértices), que será “incomodada”, afetada, particularizada, completada, melhor descrita por uma anterioridade argumentativa (mais um outro vértice): a pressuposição. Eis a isometria semântica, ainda por se desenvolver.

## 10. Conclusão

De modo mais geral, queremos dizer que, longe de esgotar a riqueza infinda das relações do cubo argumentativo, e especificamente deste cubo acima, os procedimentos acima visaram apenas explorar relações por inclusão e por exclusão, em arestas que ilustram recíprocos, transpostos, conversos e de quinas, entre faces doxal-frontal e paradoxal-final deste cubo, ainda inéditas até então. O leitor atento perceberá que não se pode esgotar as relações entre faces por algumas nomeações. O que se passou foi apenas um rápido vislumbamento. Muito há por se fazer, e esta manobra é apenas timidamente inicial. Inclusive, as relações aqui desbravadas com ressabiamento, precisam ser melhor pensadas. O que é próprio de um trabalho introdutório, que mais desconhece do que conhece. O cubo é um objeto para muitas pesquisas de agora em diante.

De modo mais particular, observou-se que, neste cubo de “morto CONN vivo”, não foi produtivo assumir o critério supra-mencionado (quando da análise do cubo de prudente) de que as primeiras palavras da fórmula são sempre favoráveis, preferíveis às segundas. Este procedimento foi produtivo para explorar argumentativamente o cubo de prudente. Do contrário, o cubo acima da vida e da morte, se

comporta por relações significantes / significáveis em vice-versa. Como se viu.

No que tange à contribuição de nosso trabalho para a evolução teórica da TBS, marcamos o aprofundamento da noção de quase-bloco, mediante nossas análises. Ao todo, trabalhamos sete tipos de quase-blocos, noção novata que exige refinamento. Resumamos: como vimos, o quase-bloco é uma exitação entre dois blocos, uma alternativa entre dois aspectos (CAREL; DUCROT, 2014). São marcados pelos parênteses, que significam a soma entre características de dois aspectos (DC + PT e afirmação + negação), seu entremeio. Carel e Ducrot (2014b) o tem sugerido atualmente no seu grupo, apenas no modo *quase-bloco doxal*, em dois tipos:

- i. o quase-bloco doxal converso [A *CONN* (B)], com os parênteses “no suporte”; e
- ii. o quase-bloco doxal transposto: [(A) *CONN* B], com o parênteses “no aporte”.

Já nós, aqui, propomos também a hipótese de um terceiro tipo de quase-bloco doxal:

- iii. o quase-bloco doxal recíproco [(A) *CONN* (B)], com negação-afirmação “no suporte e no aporte”, para dar conta da expressão morto-vivo.

Além dele, contribuimos ainda com a proposta da hipótese de outros três quase-blocos, agora no modo *quase-bloco entre faces doxal-paradoxal*. Foram eles:

- iv. do tipo [(A) (*CONN*) (B)]: o quase-bloco transposto entre as faces doxal-paradoxal;
- v. do tipo [(A) *CONN* B]: o quase-bloco recíproco entre as faces doxal-paradoxal;
- vi. do tipo [A *CONN* (NEG) B]: o quase-bloco entre quinas das faces doxal-paradoxal;

Na esteira do primeiro deles, proposto por Carel e Ducrot, como vimos:

- vii. do tipo [A (CONN) B]: o quase-bloco converso entre as faces doxal-paradoxal.

Outras tantas relações poderiam ser aqui exploradas. Obviamente, não é nosso propósito nesta pesquisa esmiuçar essa sugestão teórica do cubo argumentativo, aqui concebida como simples caráter experimental: ficará por se explorar as muitas riquezas de relações, dentre elas as relações de plano: face frontal/final; frontal/lateral esquerda; frontal/lateral direita; lateral esquerda/final; lateral direita/final; superior/inferior; superior/lateral esquerda; superior/lateral direita; inferior/lateral esquerda; inferior/lateral direita; inferior/frontal; pelo menos. Já que o espaço e nosso objetivo não nos permitem. Por ora, ficamos satisfeitos por ter podido marcar aqui a pertinência de poucos procedimentos na nova noção de cubo argumentativo, nosso alvo, entre aspectos das faces frontais-doxais e finais-paradoxais do cubo.

### Referências bibliográficas

- CAREL, M. (2011a). *L'entrelacement argumentatif*: lexique, discours et blocs sémantiques. Paris : Honoré Champion.
- \_\_\_\_\_ (2011b). A polifonia linguística. Tradução de Leci Borges Barbisan. In: *Letras de Hoje*. V.46, No. 1. Porto Alegre: PUC, p. 27-36.
- \_\_\_\_\_ (2012) Introduction. In : CAREL, Marion. *Argumentation et Polyphonie* : de Saint-Augustin à Robet-Grillet. Paris : Harmattan.
- \_\_\_\_\_ (2013). *Tu seras un homme, mon fils*. Un prologement de la doxa : le paradoxe. Inédito.
- \_\_\_\_\_ (2014a). *Argumentation et temporalité*: l'exemple de *quand*. Inédito. Paris : Inalco.
- CAREL, M. ; DUCROT, O. (1999a). Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. In : *Langue Française*. V. 123. Paris : Persée, p. 6-26.
- \_\_\_\_\_ (1999b). Les propriétés linguistiques du paradoxe : paradoxe et négation. In : *Langue Française*. V. 123. Paris : Persee, p. 27-40.
- \_\_\_\_\_ (2005). *La semántica argumentativa*: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue.

\_\_\_\_\_ (2008). Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. Tradução de Leci Borges Barbisan. In: *Letras de Hoje*. V. 43, n. 1. Porto Alegre : PUC, p. 7-18.

\_\_\_\_\_ (2014a). *Temporalité, Argumentation et Récit*: la théorie des blocs sémantiques. Inédito. Paris : École des Hautes Études en Sciences Sociales.

\_\_\_\_\_ (2014b). Pour une analyse argumentative globale du sens. In : *Arena Romanistica*. Bergen: University of Bergen. V. 1, p. 72 – 89.

\_\_\_\_\_ (2016). *Langage poétique et Discours engagé*. Cours à École des Hautes Études – Paris, France. Inédito.

CAREL, M.; MACHADO, J. C. (2015). *Debate sobre a Teoria dos Blocos Semânticos e a Semântica do Acontecimento*. Inédito.

DUCROT, O. (1972). *Dire et ne pas dire*. Principes de sémantique linguistique. Paris: Hermann.

\_\_\_\_\_ (1973). *La preuve et le dire*: langage et logique. Paris : Maison Mame.

\_\_\_\_\_ (1977). Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo Semântico*. Campinas: Unicamp, p. 9 – 19.

\_\_\_\_\_ (1984). *Le dire et le dit*. Paris : Les Editions de Minuit.

\_\_\_\_\_ (1987). *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes.

\_\_\_\_\_ (1989a). *Logique, Structure, énonciation*. Paris : Les Éditions de minuit.

\_\_\_\_\_ (1990). *Polifonia y Argumentación*: Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle.

\_\_\_\_\_ (2002). Os intenalizadores. In: *Letras de hoje*. v. 37. Porto Alegre: PUCRS, p. 7 – 26.

\_\_\_\_\_ (2013). *Les risques du discours*: Rencontres avec Oswald Ducrot. Paris : Éditions Lambert-Lucas.

MACHADO, J. C. (2015). *O paradoxo a partir da Teoria dos Blocos semânticos*: língua, dicionário e história. 373f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade Federal de São Carlos – PPGL/UFSCar, São Carlos-SP.

\_\_\_\_\_ (2017). *A Teoria dos Blocos Semânticos e as significações de entremeio*: um estudo sobre os quase-blocos. In: Revista Desenredo, no prelo.

**Palavras-chave:** paradoxo, Semântica Argumentativa, cubo argumentativo.

**Keywords:** paradox, Argumentative Semantics, cube argumentative.

Quero explicitar aqui profunda gratidão às minhas entidades financiadoras:

**CAPES – Processos: PDSE 5637/13-9; UAB 8898340001-08;  
FAPEMIG – Processos: PEP 00240-16; OET 00514-16;  
SRE-MG, FESP e PAEx-UEMG.**

Externo reconhecimento pelo financiamento de minha estada na França para frequentar reuniões, aulas, apresentações, grupos de pesquisa e seminários em Paris, sobretudo os de Oswald Ducrot e Marion Carel. Sem este financiamento não seria possível mobilizar o acervo da TBS em dois países para efetivar esta pesquisa. Obrigado!

## Notas

<sup>1</sup> É importante acentuar aqui, para os semanticistas não afeiçoados aos trabalhos de Ducrot, uma terminologia basal: Ducrot, ao tratar da semântica de língua/frase, usa sempre o termo *signification* (cuja tradução recomendada é “significação”) e, para se referir à semântica do enunciado/discurso, usa *sens* (cuja tradução recomendada é “sentido”). Assim, sentido é o termo apropriado para análises da língua em funcionamento, e significação é o termo apropriado para análises da língua fora de funcionamento. Este artigo é, portanto, uma pesquisa sobre a significação.

<sup>2</sup> Do original : « Je rends compte de cela en disant que le sens de *Pierre a été prudent* est double. D’une part, l’énoncé *exprime l’aspect argumentatif DANGER DC PRECAUTION* et d’autre part il *évoque l’enchaînement <c’était dangereux donc Pierre a pris des précautions >* [...] L’enchaînement évoqué fait de l’énoncé une formulation concrète de l’aspect exprimé [...] L’aspect exprimé constituera dorenavant le <propos> de l’énoncé en cela seulement qu’il est partagé et

l'enchaînement évoqué remplacera le recours à des objets en cela qu'il représentera ce que l'énoncé étudié a de propre ».

<sup>3</sup> Do original: « Ce sont ces deux valeurs qui refléteront le caractère à la fois commun et singulier de *Pierre a été prudent*, qui reflèteront le fait que cet énoncé la fois partage avec *Jean sera prudent* un Universel et aussi se distingue de lui par quelques singularités. L'aspect (DANGER PT PRECAUTION) constituera ce qu'ils partagent ».

<sup>4</sup> Para um aprofundamento e melhor compreensão de noções como bloco semântico, aspecto argumentativo, quadrado argumentativo e demais nomenclatura técnica das relações argumentativas, é sugerido que o leitor faça leituras de outros artigos sobre a Teoria dos Blocos Semânticos, cujo escopo teórico básico não é nosso alvo neste trabalho.

<sup>5</sup> CONN – conector. Que pode ser DC (portanto) ou PT (no entanto).

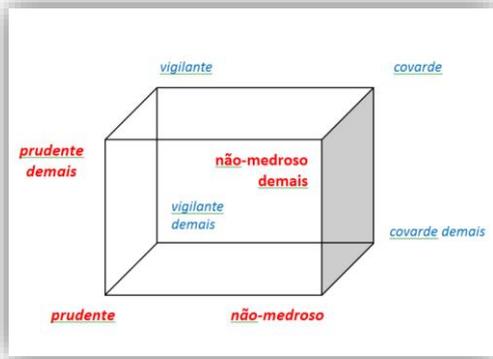
<sup>6</sup> Queremos registrar aqui nossa gratidão à fundadora da TBS, Marion Carel, por nos escutar, discutir, debater e opinar pessoalmente conosco sobre esta hipótese do cubo argumentativo e os novos quase-blocos que propomos.

<sup>7</sup> Inicialmente proposta por Carel (1992), pelo quadrado argumentativo.

<sup>8</sup> O *quase-bloco* é uma noção teórica recente de Carel e Ducrot (2014b; 2016), onde se propõe “uma alternativa entre dois aspectos”. Seria interessante que o meu leitor lesse, para aprofundar o conhecimento dos quase-blocos, o meu artigo (MACHADO, 2017) intitulado: *A Teoria dos Blocos Semânticos e as significações de entremeio: um estudo sobre os quase-blocos*, a ser publicado pela Revista Desenredo; bem como meu debate com a Dra. Marion Carel (CAREL; MACHADO, 2015, p. 5). Neste último, a linguista definiu-me, em suma, a ideia do quase-bloco, que reproduzo abaixo:

Retomemos o eterno exemplo de ‘prudente’: sua argumentação interna continha PERIGO DC PRECAUÇÃO, e sua argumentação externa continha os dois aspectos conversos PRUDENTE DC SEGURANÇA e PRUDENTE PT NEG-SEGURANÇA. Nós mantemos a hipótese cuja significação de ‘prudente’ contém o aspecto PERIGO DC PRECAUÇÃO. Ao contrário, nós dizemos agora que ele não contém nenhum dos dois aspectos PRUDENTE DC SEGURANÇA e PRUDENTE PT NEG-SEGURANÇA. O que ele comporta, é a **alternativa** destes dois aspectos, e não estes dois aspectos.

<sup>9</sup> Esta afirmação ducrotiana nos permite, inclusive, re-pensar cubos argumentativos pela presença do modificador *demais*, como por exemplo:



<sup>10</sup> EQM – sigla de “Experiência de quase morte” (do francês *expérience de mort imminente*), utilizada para referir-se a experiências relativas à vivência de processos de morte, como coma ou parada cardíaca, nos quais o paciente chega a óbito, mas “volta à vida”.

<sup>11</sup> Já existe, em todo caso, estudos inéditos que devem ser publicados em breve, sobre esta problemática de oito aspectos, como Carel (2016). Em todo caso, estes estudos vão numa direção teórica diferente da aqui apresentada: Carel propõe, inicialmente, três quadrados argumentativos em relação. Nós, um cubo. Contudo, não é o formato geométrico que dita a coerência teórica, mas as relações e movimentos analíticos possíveis desta e nesta figura. Neste ponto, procuramos ter plena consonância com trabalhos teóricos de Carel e Ducrot.

<sup>12</sup> ss – Significa: semelhança semântica.

<sup>13</sup> “*Etude de la Conjonction mais*” (CAREL, 2011a, p. 397 – 453).

<sup>14</sup> Como vimos em Carel e Ducrot, 2005, p. 108.

<sup>15</sup> P, nesta seção, significa “pressuposição”.

<sup>16</sup> É bom frizar que falamos, *a priori*, da pressuposição argumentativa, e não da pressuposição co-significada, que poderemos experienciar futuramente no cubo. Estes dois tipos de pressuposição, atualidade da Semântica Argumentativa, não foram trabalhados aqui, e recomenda-se sua leitura no original francês.

<sup>17</sup> Na falta de um termo melhor, talvez, optamos por valer-se do termo *isometria*, da Geometria, que, para nós, significa a possibilidade de elaborar outras figuras geométricas dentro de uma figura já dada. Especificamente, no caso, analisar por vias da isometria semântica na Semântica Argumentativa significa a possibilidade de relacionar outras figuras semânticas (secundárias), como a pressuposição, no interior do esboço (primário) do cubo argumentativo.

# DICIONÁRIO DE GÍRIAS: ESTREITAMENTO E PERCEPÇÃO DO CAPITAL CULTURAL E DO HABITUS LINGUÍSTICO A PARTIR DA RELAÇÃO COM OS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Samuel Vicente Basso Cibils\*

Ana Maria Bueno Accorsi\*\*

UERGS

**Resumo:** *O presente artigo tem como tema o aspecto sociológico do uso de gírias em um ambiente socioeducativo. Seu objetivo é de descrever e analisar o distanciamento social no espaço de aprendizagem, segundo os conceitos de Bourdieu sobre capital cultural e habitus. Para a realização da pesquisa e do trabalho, foram concebidas oficinas sobre a criação de um dicionário de gírias. Os dados qualitativos proporcionados pela prática pedagógica são apresentados utilizando-se de relatórios das oficinas construídas junto com os jovens participantes. A partir do material coletado, constatou-se o caráter simbólico do léxico como vetor de distanciamento social pelo capital cultural incorporado no uso*

**Abstract:** *The present paper has as its theme the sociological aspect of the use of slang in a socio educational environment. Its main purpose is to describe and analyze the social distance in a learning environment, according to Bourdieu's concepts of cultural capital and habitus. In order to develop the classwork, some workshops about a slang dictionary have been held. The qualitative data provided by the pedagogical practice are presented, based on the reports of the meetings so that we have been able to analyze the concepts presented by the young people. From this, it has been verified the symbolic character of words and expressions as a vector of social distancing by the incorporated cultural capital.*

“Seu, posso te mostrar uma carta que escrevi pra minha mãe?”. Assim o professor foi abordado por um jovem interno. A carta, como

esse jovem havia previamente explicado, era para ser enviada a uma unidade prisional feminina, onde a mãe cumpria pena em regime fechado; ele, um rapaz com aproximadamente dezessete anos, também estava institucionalizado, não num presídio, mas numa fundação de apoio socioeducativo. Sua fala, se nota, sinaliza uma projeção afetiva e de confiança na figura docente. Precisamente, há nele certa compreensão a respeito do papel do professor representada pela sua aproximação, não só relativamente às palavras proferidas, mas com a faculdade da escrita e com os vínculos de comunicação a serem estabelecidos.

Essa e outras experiências encorajaram a produção deste trabalho, que tem como objetivo básico descrever e ampliar uma observação sobre as distâncias entre mundos sociais que se evidenciam por meio das diferenças de capital cultural. Especificamente, o escopo de investigação centra-se na função do capital lingüístico das gírias num ambiente de jovens com a liberdade restrita. Para tanto, foram desenvolvidas oficinas de elaboração de um dicionário que espelhasse a linguagem específica usada por essa população. A pesquisa resultou em relatórios de observação, objeto de reflexão acerca da formação do *habitus* lingüístico e das relações de poder subjacentes naquele meio social.

## 1. Dicionário e seu Contexto

O interesse pelo tema parte de uma experiência didática numa instituição de apoio socioeducativo com jovens do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa.

Durante nove meses foram realizadas atividades de aprendizagem num curso de auxiliar de lanchonetes e também no curso de ocupações administrativas, oferecidos em parceria da instituição socioeducativa com uma entidade filantrópica. É importante registrar que os jovens em cumprimento de medida socioeducativa, em sua maioria, são moradores de periferia.

Nesse contexto foi possível perceber a oposição entre mundos sociais muito diversos e que se traduziam na frustração do docente na concretização de suas práticas pedagógicas previamente planejadas. As propostas reativas e embates discursivos geraram rupturas e transformações determinando a busca por uma reinterpretção conceitual e teórica sobre os diferentes momentos dos conflitos

vivenciados.

Durante as tarefas de leitura e escrita, sempre se fornecia um dicionário de língua portuguesa aos jovens para eventuais consultas. Ao perceber que geralmente ignoravam esse objeto, questionou-se sobre a razão pela qual não utilizavam o dicionário. Um dos jovens, então, afirmou que se tratava de um “livro de playboy”. O termo ‘playboy’ designa, de modo depreciativo, um indivíduo do sexo masculino de uma elite econômica e cultural. O dicionário, segundo a fala do interno, indica que aquele objeto pertence a um determinado mundo social, um mundo social diferente e fora do âmbito de sua vida. O dicionário, para eles, estava identificado como um símbolo que se impunha como norma – o significado e a grafia das palavras socialmente aceitos. No dicionário estariam listadas e definidas somente as palavras legitimadas por uma determinada camada social na qual, por seu turno, se excluía as gírias e demais expressões usadas do contexto daqueles jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

A normatividade da língua, que o dicionário representa, se impõe como uma espécie de dominação cultural pela língua. Segundo essa perspectiva, para Pierre Bourdieu, a dominação cultural se daria num espaço de relações de força, relações entre tipos de capital distintos para exercer o domínio em um campo determinado.

### **1.1 Revisão bibliográfica**

No campo escolar, o discurso docente, a fala do professor com objetivos pedagógicos de aprendizagem, submete-se a uma transfusão do seu meio formativo (fortemente constituído no consagrado campo acadêmico) para a escola. No entanto, o capital cultural acumulado em um determinado meio nem sempre é transferível para outro campo; sua validade geralmente é limitada. A atitude do ouvinte tende a variar de acordo com o capital cultural incorporado e da rigidez do campo. Muitas vezes a fala do professor provoca uma reação de ‘anti-intelectualismo’ presente em setores sociais desprovidos de capital cultural escolar - como é o caso dos jovens internos no meio socioeducativo. Esses jovens são, na sua maioria, egressos das séries finais do ensino fundamental de escolas públicas de periferia.

A observada “repulsa” à leitura pode ser interpretada nesse sentido. Advindos de um meio social em que não há leitores, a escola tende a

não dar-lhes condições de desenvolver um *habitus* leitor. No artigo “Os três estados do capital cultural” (2012), Bourdieu associa a noção de capital cultural com o conceito de *habitus*:

O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*. Aquele que o possui pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. (BOURDIEU 2012, p. 75)

Essa incorporação do capital cultural pelo *habitus*, por seu turno, também determina as categorias de juízo do professor. A avaliação realizada pelo docente, muitas vezes, é um modo de organização e percepção de agentes (incluindo a si mesmo) dentro de um campo específico.

Na sua obra *Razões Práticas*, Bourdieu afirma que o *habitus* é uma espécie de senso prático daquilo que se deve fazer em cada situação - no esporte chamaríamos de ‘o senso do jogo’, a “arte de antecipar o futuro” (BOURDIEU 1996, p. 43). O *habitus* seria uma espécie de competência prática na e para a ação, uma matriz de disposições duráveis que possibilita o cumprimento de tarefas num determinado espaço. Segundo Bourdieu a construção do *habitus* deve ser tratada como:

[...] sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU 2005, P. 191).

Esse *habitus* também está associado ao uso da língua enquanto instrumento de ação. O *habitus* linguístico seria uma espécie de conhecimento adquirido da língua que capacita o indivíduo a usá-la segundo ocasiões específicas, segundo um conjunto de avaliações práticas de utilização do idioma e suas variações. Esse conceito está muito próximo à noção de ‘*performance*’<sup>1</sup> que Chomsky utiliza em sua teoria gerativa e que é definida como sendo “o uso efetivo da língua em situações concretas” (SAUSSURE 1975, p. 229). Esse

habitus linguístico, segundo Bourdieu:

[...] se constitui na relação com um campo de um determinado nível de aceitabilidade (isto é, um sistema de chances objetivas de sanções positivas ou negativas para as performances linguísticas) e um mercado linguístico definido por um nível de aceitabilidade mais ou menos elevado (BOURDIEU 1983, p. 17).

Um discurso competente implica na utilização da linguagem (técnica do corpo) dentro de um campo, um espaço delimitado e simbólico onde ocorrem disputas. O *habitus* linguístico se distingue da *performance* chomskyana pelo fato de ser adquirido pela experiência e, por isso, é variável “segundo o lugar e momento” (BOURDIEU 1990, p. 21).

## 1.2 Materiais e métodos

Levando em consideração o uso de um capital cultural linguístico incorporado como *habitus* e o distanciamento dos jovens ao uso de dicionários de língua portuguesa, foram elaboradas oficinas nas quais os internos criariam seu próprio dicionário a partir da organização de listas, definições e exemplos de sentenças com as gírias que eles usam no confinamento. O objetivo específico das oficinas foi o de aproximar e levar os jovens à utilização dos dicionários como um todo. O método foi agrupar as gírias numa planilha dividida em células e organizadas sob quatro categorias básicas: termo, classe gramatical, definição e exemplos de sentenças.

Algumas das palavras listadas pelos internos como sendo gírias próprias eram procuradas no dicionário a fim de se descobrir se o significado que adotavam para o vocábulo como gíria possuía alguma relação com a definição do dicionário oficial. Essa tarefa suplementar, no entanto, gerou intensos debates acerca do papel simbólico de alguns termos e que, de certa maneira, favoreciam que se estabelecesse uma separação radical entre os internos (e seus familiares) e os não internos.

Como resultados desse trabalho, além do dicionário de gírias, também conseguiu-se realizar algumas reflexões com os jovens sobre os termos utilizados por eles, sobre a língua portuguesa e como ela se

modifica. As discussões, no entanto, não são literais e fazem parte de relatórios redigidos após os encontros.

## **2. Relatórios e Discussões**

As oficinas desenvolveram-se dentro de três das unidades do órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, aplicadas aos adolescentes que cometem ato infracional. Todas as oficinas foram realizadas no mesmo complexo de unidades situado num bairro da periferia de Porto Alegre. O presente relatório restringe-se à última oficina realizada. Todavia, a rotina entre as diferentes unidades era praticamente a mesma.

Ao chegar ao prédio da unidade, sempre era preciso guardar os pertences e o celular do docente no armário que fica próximo das salas administrativas. Nesse armário há lápis, borrachas e canetas para os jovens. O número de lápis, borrachas e canetas são necessariamente conferidos antes e depois dos encontros por medida de segurança.

O acesso à sala de aprendizagem demanda cruzar uma série de corredores e sete portas em forma de celas, com trameças espessas de metal fundido. Ao subir ao piso superior, por um corredor que leva à penúltima cela, é possível ver-se um dormitório de isolamento, onde fica retido o jovem que recebe punição disciplinar. Após passar por esse corredor há mais quatro celas, totalizando sete celas antes de se chegar à sala de aula que fica situada no mesmo espaço do refeitório.

Relata-se a seguir os episódios que geraram o trabalho com os internos.

Durante as atividades de aprendizagem percebeu-se que alguns dos jovens ainda não sabiam como consultar no dicionário a classe gramatical das palavras. Procurou-se explicar de que modo poderiam localizar suas respostas no livro, em seguida os jovens foram questionados a respeito do porquê de se utilizar um dicionário. O início do relato já foi, como se vê, discutido em parágrafos anteriores.

Com o dicionário erguido, pergunta o professor:

“Pra que serve isto?”.

Um dos internos diz:

“Isso aí é um livro de playboy”.

“Mas como assim um livro de playboy?!” – Retruca o docente. “As palavras que vocês utilizam no dia a dia de vocês aqui na instituição, podem ser encontradas neste livro?” – Pergunta.

O silêncio entre os jovens indica resistência ao assunto.

“Seu, aqui a gente usa essa palavra de outro jeito” - um deles responde.

“De outro jeito como?” Replica o professor, procurando uma resposta mais aprofundada.

“Aqui a gente se comunica diferente. Tipo assim, se alguém usa as palavras daqui a gente sabe que ele veio pra cá; a gente pergunta: em que unidade tu tava.”

“Então tu estás afirmando que quando alguém vem pra cá começa a utilizar palavras novas ou palavras que, mesmo estando no dicionário, aqui possuem outro sentido?”

Quando essa frase é dita, os jovens assentem com a cabeça.

“Então pra que serve este livro?” - A questão inicial é retomada, mostrando-se o dicionário.

“É pra quando a gente não estiver mais aqui e precisar ler um texto onde a gente não conhece as palavras.” - Responde outro jovem.

“E então, se alguém vem de fora e não entende nada do que vocês dizem, como eu poderia ajudar essa pessoa a ler as palavras que vocês utilizam no dia a dia; de que forma eu poderia ajudá-la a compreender o significado que vocês dão às gírias daqui?” - Questiona o professor.

Neste momento, começam a listar vários vocábulos, próprios de seu falar. Na medida em que as palavras foram surgindo, algumas delas chamam a atenção pela sua relação com o conceito de *habitus* linguístico proposto por Bourdieu. A partir deste episódio, começou-se a desenvolver não só o próprio dicionário, quanto a entender o significado daquele léxico e o porquê e quando de sua utilização.

A seguir, apresentam-se alguns dos verbetes propostos em uma parte do dicionário construído pelos jovens, seguindo algumas orientações:

- a) Eles tiveram de consultar o dicionário oficial de língua portuguesa para definir e discutir as classes gramaticais;
- b) Eles propuseram as definições;
- c) Eles propuseram os exemplos, com frases de seu uso no dia-a-dia.

Para alguns dos vocábulos listados não foram fornecidos exemplos.

### 3. Dicionário de Gírias Resumido

Verbetes	Classe gramatical	Definição	Exemplo
apurado	adj.	1. alguém que necessita utilizar o banheiro	"fulano(a) está apurado, Dona!"
atrapalhar	v.t.ind.	Pron. Reflexivo: 1. atrapalhar-se. 2. Arranjar incômodos para si, desnecessariamente	"tu vai te <i>atrapalhá</i> agindo assim"
babaloo	s.m.	1. calça muito apertada	
baixar	v.t.d.	1. Esconder; 2 guardar algo da vista de alguém	
balear	vtd	1. alguém que pede coisas a todo momento a alguém	"ele fica baleando toda hora"
barrão	s.m.	1. homossexual	
bicar	v.t.d e ind	1. cuidar visita alheia	“ele tá só bicando”
bita	s.f.	1. Comida, ou prato de comida. 2. Também associado ao pacote com comida.	"A bita está nasqui"
brastemp	s.m.	1. alguém que lava a roupa de outra pessoa	
brete	s.m.	1. Dormitório;2. cela	
broto	s.m.	sin. 1.Pão	
cabeça de lata	s.m.	1. movido a pilha	
cachorriar	v.t.ind.	1. falar de modo garboso ou pretensioso	"Pára de cachorriar cas Dona!"
camisa verde	s.m.	1. maconha	
canalha	adj.	1. ruim; 2. comida ruim	"esse rango tá canalha"
caneco	s.m.	1. Copo ou xícara	
contra	s.m.	1. pessoa ou pessoas de	"fulano é meu

		uma facção criminosa rival	contra"; "Os contra estão me esperando sair do brete"
coruja	s.f.	1. Cueca	
dar um pente	coloq.	1. fazer sexo	
disfarçado	adj.	1. quando alguém muda seu próprio visual	
dona	pron. Tr	agente, professor ou técnico do sexo feminino	
dragão	s.m.	1. Isqueiro	
dragueado	adj.	1. alguém que está armado	
duque	s.m. adj.	1. esturpador	

Tabela 1: planilha construída na oficina de gírias.

#### 4. Considerações sobre os verbetes

Toma-se a palavra ‘brete’ como exemplo para descrição, já que é uma das mais utilizadas no ambiente socioeducativo descrito. Esse termo denota o dormitório onde os jovens ficam reclusos a maior parte do tempo; quando os jovens foram indagados se eles sabiam qual a definição usual do termo ‘brete’, um dos jovens exclamou: “tem alguma coisa a ver com boi!”.

Então, a definição que havia no dicionário Aurélio foi-lhes lida (FERREIRA 2004):

1. Pequeno curral onde se recolhem ovelhas, etc., para tosquia;
2. Corredor estreito, num curral, que liga a mangueira à balança e/ou a outro(s) aparelho(s), e onde se segura a rês para curativos, vacina, marcação, etc.
3. Nas charqueadas e matadouros, corredor estreito onde se abate a rês (*ibid.*, p.327).

Na sequência, os jovens não sabiam se a definição atribuída a esse conceito na instituição partira dos internos antecedentes ou dos próprios monitores, mas ficava clara a todos a simbologia que essa

gíria traz consigo: a ideia de um poder imposto de dominação.

Segundo Bourdieu, a censura da linguagem é inseparável à censura do corpo (2005); ora, a domesticação da linguagem por meio das gírias, independentemente de sua origem, implica na dominação entre agentes naquele campo. Da noção de ‘brete’, por exemplo, deriva o conceito de ‘embretar’ que, no contexto dos internos, significa “arranjar incômodo com alguém”. Entende-se a analogia, pois, de fato, no caso de algum conflito dentro das unidades, o jovem ‘embreta-se’ e é forçado, conforme a indisciplina, a ficar recluso no isolamento, como medida disciplinar.

Outro verbo comum é o verbo ‘treinar’ que, no contexto dos internos, significa cometer um equívoco ou falhar em algo despropositadamente. Quando certa vez o docente afirmou ter ‘treinado’ numa receita de bolo de milho, os jovens riram e comentaram: “O seu falou que treinou!”. Esse fato demonstra que nem todo o tipo de gírias é compartilhável ou tem um significado equivalente à denotação oficial. O significado dessas palavras pode até ser compartilhado, mas seu uso é restrito - seja por convenção ou imposição.

Importante fazer uma observação: algum tempo depois, na unidade das jovens do sexo feminino, soube-se, por elas, que não é autorizado às internas apelidar o alojamento de ‘brete’, assim como não é autorizada a utilização de muitas das gírias que os rapazes usam. Essa censura ao capital simbólico das gírias sugere que as palavras utilizadas no confinamento são estruturas de reconhecimento e separação. As meninas são impedidas de empregar gírias nas suas conversas para não se aproximar das falas dos rapazes e/ou poderem ser reconhecidas como ‘delinquentes’.

## 5. Considerações finais

A importância do presente trabalho não se limita apenas à articulação de conceitos do teórico e filósofo Pierre Bourdieu, seu sistema teórico e seus argumentos, mas também pretende discutir sobre a importância de investigar a realidade de jovens infratores, muitos deles provenientes da periferia da cidade, e que são levados a cometer delitos em razão de sua situação socioeconômica e social. Os conceitos bourdieusianos, em boa medida, permitiram compreender essa realidade a partir das falas e dos verbetes que estes jovens

apresentaram nas oficinas de construção de dicionários.

Contextos de pesquisa como estes parecem ser imprescindíveis para uma aproximação transformadora da realidade educacional brasileira. A interpretação e compreensão da leitura das palavras usadas pelos jovens é um caminho para a leitura de nós mesmos como professores e sujeitos interessados num ensino formador.

Por fim, gostaríamos de enfatizar o quanto foi fundamental os laços de confiança e acolhimento dos jovens para a realização das oficinas e à produção do dicionário. Como forma de agradecimento, dedicamos a esses jovens a pesquisa e este artigo.

### Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (2005) *A economia das trocas simbólicas*. Trad.: Sergio Miceli. 6ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (1990) *Coisas ditas*. Trad.: Cássia Silveira e Denise Pegorin. São Paulo (SP): Ed. Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (2012) *Escritos de educação* (Orgs.) NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. Campinas: Ed. Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1983) *Pierre Bourdieu: sociologia*. Trad.: Paula Montero e Alicia Auzmendi. (Org.) ORTIZ, Renato. São Paulo: Editora Ática.
- \_\_\_\_\_. (1996) *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Ed. Papyrus.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2004) *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª ed., Curitiba: Ed. Positivo.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1975); CIVITA, Victor. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial.

**Palavras-chave:** sócio-educação, sociologia da educação; gíria, capital cultural, *habitus*, violência simbólica

**Keywords:** social-educational support, sociology of education; slang; cultural capital, *habitus*; symbolic violence

### Notas

---

\* Especialista em Teoria e Prática da Formação do Leitor pela Universidade Estadual do Rio Grande Sul (UERGS - 2017) e mestrando em filosofia (PUCRS | CNPq). E-mail: samuel.cibils@gmail.com

\*\* Doutora em Letras – Teoria da Literatura (PUCRS). Professora adjunta na

---

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Coordenadora do Curso de Especialização Latu Sensu, Teoria e Prática da Formação do Leitor (UERGS). E-mail: ana-accorsi@uergs.edu.br

<sup>1</sup> Também traduzido por ‘desempenho’.

# Corpo e sujeito no discurso da Engenharia Genética

Paula Chiaretti\*

Univás

**Resumo:** *Por meio de uma análise discursiva, o presente trabalho busca articular os conceitos de discurso, sentido, sujeito e corpo. Para tanto, recortamos materiais de análise que permitiram considerar de que modo, no discurso da engenharia genética, o sentido de manipulação do corpo se (con)funde com o sentido de pleno “controle” e “governança” (ligado à tecnologia) e com a fabricação de um objeto (ligado ao Mercado). Além disso, buscamos compreender como o “genoma humano” é significado como o texto fundamental que confere unidade à humanidade frente à ruptura entre os modos de subjetivação e as narrativas tradicionais.*

**Abstract:** *Through a discursive analysis, the present article aims to articulate the concepts of discourse, sense, subject and body. Therefore, different materials were selected with the objective of considering how, in the discourse of genetic engineering, the sense of manipulation of the body merges and muddles with the sense of full “control” and “governance” (related to technology) and with the fabrication of an object (related to the Market). In addition, we seek to understand how the sense of “human genome” is produced as the fundamental text that confers unity to the humanity on the face of the rupture between modes of subjectivation and traditional narratives.*

O presente trabalho busca compreender os modos de subjetivação na atualidade a partir da articulação discurso, sentido, sujeito e corpo, e da constituição e análise de um *corpus* que permita compreender a produção de sentido no discurso da Engenharia Genética. Por meio da análise, busca-se mostrar de que modo essa articulação se dá e se apoia em uma aliança entre novas tecnologias e ciências biológicas. O corpo, que ocupa um lugar central nesse trabalho, deve ser distinguido da sua concepção organicista e entendido como materialidade que produz sentidos, o que permite compreender, de acordo com Orlandi (2016, p. 87), “[...] como, em sua materialidade, os sujeitos

textualizam seu corpo pela maneira como estão nele significados, e se deslocam na sociedade e na história [...]”. Corpo, assim, se aproxima de um efeito de sentido, produzido em condições produção específicas, relacionadas à história e à língua, logo, efeito sujeito à equivocidade própria da linguagem e passível de reprodução/transformação de sentidos.

### **1. Biologia e sentidos de corpo**

O papel das ciências biológicas na produção, reprodução e transformação dos saberes sobre o corpo é fundante em uma epistemologia que significa o corpo ao longo da história. No entanto, é preciso considerar que a ciência, enquanto discurso, é efeito de condições históricas de produção e, por isso, não pode ser tomada como neutra e objetiva. Neutralidade e objetividade, mais do que características da ciência, são aqui compreendidas como efeitos que seu discurso produz a partir de uma rede de memória que mobiliza os “conhecimentos” legitimados por diferentes instituições.

Além de uma “descrição” da estrutura e do funcionamento do corpo, a saber, as ciências da morfologia e da fisiologia, as ciências biológicas também podem ser entendidas como um discurso prescritivo ao produzir uma série de práticas, técnicas e intervenções que regulam o que entendemos como corpo e seu funcionamento. Por meio dessa descrição e dessa prescrição, constituem-se os sentidos de corpo que se produzem como evidentes e transparentes.

No movimento de construção dessas evidências, o discurso das ciências biológicas “descobrem” novos elementos ou funcionamentos, promovendo sentidos que ressignificam a vida e o corpo. “Os biólogos descobrem ‘evidências de’ genes que ‘algum dia podem’ levar à ‘possível’ cura do câncer” (LEWONTIN, 2000, p. 8). Nessa formulação, podemos observar que a articulação entre a descrição do corpo e a prescrição de procedimentos relacionados ao seu “bom” funcionamento funcionam contemporaneamente na produção de sentidos.

O lugar privilegiado que as ciências biológicas ocupam na produção de conhecimentos sobre o corpo se relaciona ao efeito de realidade que produzem (já que os corpos são “empiricamente” observáveis e mensuráveis). Nesse sentido, seria preciso considerar o

papel privilegiado da *imagem* na produção dos saberes científicos (e na sociedade atual de modo geral) uma vez que representações gráficas, massivamente presentes nessa ciência, produzem um efeito de inteligibilidade do referente aqui construído, no caso, o próprio corpo. A discretização dos elementos de composição do corpo, característica da morfologia enquanto ciência, poderia ser compreendida aqui, portanto, como um efeito dos processos discursivos que enredam e significam o orgânico enquanto corpo passível de uma série de procedimentos, um corpo cuja estrutura pode ser segmentada e representada para, em seguida, ser alvo de uma intervenção. De acordo com Brousse (2014), “[...] com o progresso da ciência, o organismo – porque a ciência se refere ao organismo – se converte e objetos cortados, separados, capazes de serem trocados”. A partir do modo como significam o corpo, com seus elementos discretizados, separados e passíveis de serem trocados, podemos falar que estamos diante de um sentido de corpo como um objeto de customização.

Assim, esse efeito de “representação” da imagem que se produz nesse campo deve ser abordado a partir das condições de produção que permitem que tal imagem “represente” um corpo (ou parte dele). De acordo com Laqueur (2001, p. 203), “as ilustrações anatômicas são [...] representações de conhecimentos específicos do corpo humano e de seu lugar na criação, e não só de um estado particular do conhecimento sobre as estruturas”. Vale observar que as ciências biológicas se configuram como um terreno fértil para o recobrimento pensamento/linguagem/mundo, na medida em que produzem “*métodos de apreensão do real*” reconhecidamente aceitos e legitimados. As mais diversas técnicas hoje se dedicam a essa divisão dos corpos em camadas visíveis capazes de “explicar” e “prescrever” o corpo.

### **1.1 Sentidos de melhoramento e customização do corpo na Engenharia Genética**

De forma mais específica, este trabalho busca considerar as particularidades do conhecimento científico da biologia quando esta se coaduna a campos de sentido capazes de deslocar o modo como se significa o corpo. Na medida em que o corpo é discretizado, seu

funcionamento “descoberto”, suas funções alteradas pelos procedimentos, torna-se possível considerar uma série de práticas de customização do corpo (como transplantes, próteses, procedimentos cirúrgicos estéticos ou não) que apontam para a aliança entre as ciências biológicas, as novas tecnologias e o Mercado, por meio de uma montagem do corpo que visa o seu “melhoramento”.

Em todo caso, pensar os sentidos de corpo a partir das diferentes formas pelas quais ele é historicamente significado, pressupõe que não se o trate como um corpo “biológico, natural, segmentável, controlável e transparente” (HASHIGUTI, 2007, p. 2), como pressupõe as ciências biológicas, mas, sim, de um corpo marcado por uma opacidade, colonizado a cada momento por um certo arranjo simbólico. Ou seja, significa pensar em discursos e práticas que forjam sentidos sobre o corpo que não são indiferentes ao funcionamento da sociedade. Isso pôde, anteriormente, ser pensado a partir de diferentes materiais de análise: as cirurgias plásticas (CHIARETTI, no prelo), as tecnologias *plug and play* aplicadas à saúde (CHIARETTI, 2016) e mesmo os sentidos da deficiência no discurso da saúde (CHIARETTI; COSTA, 2016).

O discurso que produz sentidos de “melhoramento” do corpo apoia-se em um modo de significar o corpo que 1. o pressupõe como sendo passível de modificações e 2. supõe um corpo de algum modo deficitário (piorado) com relação às suas “possibilidades”. Esse melhoramento pode ser relacionado ao que Freud (2011 [1930]) trata como um *deus protético*. Trata-se de, por meio da tecnologia, de corporificar os ideais de onipotência supostos aos deuses: tudo ver, tudo ouvir, tudo poder. Uma das propostas atuais, e a que nos interessa neste trabalho, de melhoramento do corpo está atualmente relacionada à “edição do genoma humano”.

Apresentamos um primeiro recorte efetuado:

“Como *fazer um bebê* perfeito – Imunidade a doenças como câncer. Maior resistência à obesidade. Seleção de características estéticas. Tudo isso já pode, ou logo poderá, ser *programado* antes do início da gravidez. Conheça o admirável (e lindinho) futuro dos bebês” (COSTA; GARATTONI, 2012, grifos nossos).

Trata-se do título e do lead de uma reportagem publicada pela revista Superinteressante:

Ciência

## Como fazer super bebês

Imunidade a doenças como câncer. Maior resistência à obesidade. Seleção de características estéticas. Tudo isso já pode, ou logo poderá, ser programado antes do início da gravidez. Conheça o admirável (e lindinho) futuro dos bebês

Por Camilla Costa e Bruno Garattoni

© 11 abr 2017, 15h57 - Publicado em 23 fev 2012, 22h00

Imagem 1: Captura de tela da reportagem da revista Superinteressante, publicada no site em 2012.

Primeiramente observamos que a formulação justapõe “fazer um bebê” e “pode, ou poderá, ser programado”. Essa relação de contiguidade que o enunciado propõe permite considerar que haveria a possibilidade de uma aliança entre as tecnologias digitais e as ciências biológicas. A programação, como procedimento específico das ciências da informação, quando considerada no campo que diz respeito especificamente à forma como o corpo e seu desenvolvimento são “codificados” (genética), se relaciona à possibilidade de que uma série de “desenvolvimentos” possa ser prevista *a priori*, ou ainda, não somente prevista, mas planejada – ou seja, aqui, de maneira acentuada, é possível considerar o caráter prescritivo desse discurso, cuja normatividade somente poderia ser compreendida a partir da historicidade desse dizer. A consideração da “obesidade”, por exemplo, pela sua negação (“resistência à [obesidade]”) aponta, por exemplo, a um efeito de pré-construído (HENRY, 1992; PÊCHEUX, 2009) de que essa é uma das características “esperadas” a um bebê ou criança. Assim, na medida em que essa formulação constitui os sentidos de bebê ou seu futuro, no caso, “obeso”, constitui contemporaneamente a solução a isso por meio do recurso à tecnologia da programação.

Lafontaine (2004) localiza a possibilidade de manipulação genética frente às rupturas das fronteiras entre homem, animal e máquina, iniciadas por Norbert Wiener, fundador da cibernética. A aproximação da biologia à cibernética permite que se inaugure essa ciência biológica dedicada à “programação”, ao “planejamento”, à “projeção” genética do homem: a Engenharia Genética. Aqui os significantes de dois campos até então heterogêneos (“engenharia” e “genética”) se

fundem e se modificam mutuamente inaugurando um modo de subjetivação específico.

Nessa discursividade, a escolha dos caracteres físicos passa a ser não mais uma possibilidade, mas um imperativo. Destacando a interseção (nem sempre visível) entre a ciência e a moral Sandel, autor de *Contra a perfeição: ética na era da engenharia genética* pergunta: “afinal, que tipo de pai é esse que deixa para o acaso as características do filho?”. Esse empuxo relacionado a essa prescrição pode ser ainda indiciada na formulação do enunciado “Como fazer um super bebê”, que apaga outros possíveis como: “Por que fazer um super bebê”; “O que é um super bebê”; “Para que um super bebê”.

Nessa direção, um segundo recorte, também efetuado em uma edição da Revista Superinteressante, nos permite avançar na discussão:



Imagem 2: Capa da revista Superinteressante, edição 301, de fevereiro de 2012.

Dele, destacamos inicialmente o enunciado: “Conheça os bebês de laboratório – porque um dia você vai ter um”. Esse enunciado se alinha ao efeito de sentido de uma “obrigação moral” dos pais em modificar geneticamente (temperamento, memória, senso de humor, otimismo) seus filhos para que eles tenham uma “vida melhor”, como afirma o filósofo e bioeticista australiano Julian Savulescu. Não se trata aqui, vale lembrar, simplesmente de uma vida melhor no sentido da cura de um mal, mas sim de um “melhor que a encomenda” (SANDEL, 2013, p. 19). Por meio de uma série de instrumentos técnicos e intelectuais, torna-se possível não apenas curar doenças, mas sim “melhorar” as capacidades físicas e cognitivas, ou seja, “erguer-se acima da média” (SANDEL, 2013, p. 21).

Esse modo de subjetivação, por sua vez, também pode ser relacionado à lógica do Mercado a partir da qual todos os indivíduos seriam colocados em relação de livre concorrência. Esse modo de subjetivação pode ser descrito a partir de uma racionalidade neoliberal que “fabrica” sujeitos cuja conduta deve ser permanentemente organizada, administrada; uma razão “de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Além disso, diante do “universo de possibilidades” prometido pela aliança entre tecnologia e ciências biológicas, observa-se como a oferta de determinados produtos e serviços engendram novas formas de culpabilidade. Ademais, citando uma discussão que pode ser desenvolvida em outro momento, do ponto de vista psicanalítico, poderíamos considerar esse modo de “fazer bebê” via “programação” a partir do objeto fantasmático que essa criança pode (ou não, naturalmente) vir a encarnar. Trata-se da projeção de constituição de um sujeito que encarna (jogando aqui com a polissemia desse significante) um ideal, que se constitui discursivamente por meio da formulação. Uma formulação que textualiza e reproduz os conhecimentos de uma tecnociência, retomando e apagando de outros saberes, anteriores. Funcionamento esse próprio da memória discursiva.

## 2. O “genoma humano”: unidade e texto

Podemos considerar que os discursos que produzem efeitos de sentido de manipulação, programação, controle do corpo reocupam narrativas anteriores que buscavam descrever e prescrever modos de ser: ao contrário de momentos anteriores, nos quais a forças da natureza (fossem exteriores – vírus, bactérias – ou interiores – doenças autoimunes, decadência do corpo) se abatiam sobre o homem e seu corpo, nessa discursividade, trata-se de atualizar os sentidos de corpo e de homem a partir da subjetividade empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016), que promove a manipulação, a adaptação, por meio do investimento e da inovação, e a concorrência. Em outros termos, retomando um dos imperativos contemporâneos, podemos afirmar que estaríamos diante de processos de “otimização” do corpo (e do sujeito, por extensão). Ainda de acordo com Dardot e Laval (2016, p. 16, grifo dos autores), “o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e certas subjetividades”. Não se trata, portanto, de simples suspensão das lógicas de identificação entre sujeitos, mas de novos arrimos.

O sentido de corpo como “morada” do sujeito (centro-unidade imaginária do eu), diante da falência de instituições como Deus e a família, torna-se mais hegemônico. Kehl (2005), ao abordar o corpo como refúgio do eu, propõe que “[...] a possibilidade de ‘inventar’ um corpo ideal, com a ajuda de técnicos e químicos do ramo, confunde-se com a construção de um destino, de um nome, uma obra”. O traço do corpo se confunde com o traço do destino na cultura do corpo. Ou seja, o corpo orgânico passa a ser significado como um dos últimos espaços simbólicos no qual os modos de subjetivação são encenados a partir de uma nova série de protocolos, um *savoir-faire*. Ou ainda, segundo Ortega (2003), “[...] não podendo mudar o mundo, tentamos mudar o corpo, o único espaço que restou à utopia, à criação”.

Isso nos leva ao terceiro recorte deste trabalho, efetuado a partir do texto da *Declaração universal sobre o genoma humano e os direitos humanos*:

O genoma humano subjaz à *unidade* fundamental de *todos* os membros da *família* humana e também ao reconhecimento de sua

dignidade e diversidade inerentes. Num sentido simbólico, é a *herança da humanidade*. (UNESCO, 1997, grifos nossos).

No enunciado acima, “genoma humano” equivale a uma unidade, “todos”. É aquilo que permite, por consequência, a composição de um conjunto mais ou menos (tendo em vista a “diversidade” desse mesmo) homogêneo de elementos, prescrevendo as regras às quais estes estão submetidos. A justaposição entre “genoma” e “direitos”, ambos qualificados como “humano(s)”, permite considerar a relação entre ambos. Frente às mais diferentes culturas, raças, culturas, o “genoma”, trata-se daquilo que viria promover uma unidade (uma imagem ortopédica) para “a humanidade”, ou ainda, uma “a família humana”.

Deve-se compreender que o sentido de “humanidade” enquanto “família” se constitui em condições específicas de produção, relacionados, no caso, a uma historicidade que retoma a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) (em 1945) e a declaração dos direitos humanos (em 1948), momento a partir do qual as Nações se enfraquecem frente ao avanço de um programa que visa a mundialização. O genoma como traço de identificação intersubjetiva é o que, nesse discurso, permite a identificação entre sujeitos, identificação essa a partir da qual se pauta uma série de procedimentos e condutas entre indivíduos. Assim, o “genoma humano” passa a ser significado como uma espécie de matriz simbólica a partir da qual o sujeito se formula enquanto uma identidade (em sua “dignidade e diversidade”) e enquanto parte de uma unidade (“*todos* os membros da *família*”). A partir dessa formulação torna-se possível uma estabilização de sentidos sobre o homem e seu corpo.

Vale destacar, nesse processo de identificação e, consequentemente, nesse modo de subjetivação, a possibilidade de *apreensão direta, manipulação, edição, formatação* desse material pela Engenharia Genética.

### **2.1. Edição do genoma**

Apresentamos um quarto recorte, efetuado a partir de uma publicação da Companhia Independente de meios de comunicação do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, a Technology Review e

Technologyreview.com: “*Scientists are developing ways to edit the DNA of tomorrow’s children* [em português, ‘Cientistas estão desenvolvendo maneiras de *editar* o DNA das crianças de amanhã’]” (MIT, 2015, grifo meu).

Observa-se, a partir da formulação desse enunciado, o estabelecimento de uma relação sinonímica entre DNA e texto. Os dois se encontram equiparados na ampla substituição possível (relacionada ao efeito metafórico próprio do discurso) que se instala entre os termos “DNA” e “texto”, já que ambos podem ser “editados”. Trata-se ainda de pensar o DNA enquanto “mensagem” transparente e inteligível. Toda a equivocidade da “linguagem” é apagada pelo efeito de sentido de codificação, inaugurando a possibilidade de múltiplas combinações e soluções por meio da edição do texto-DNA. É aqui que entra a figura dos *babies designers*, desenhadores de bebês. Isso nos permite voltar ao segundo recorte:

Como fazer um superbebê: Eles serão *projetados* por cientistas, terão imunidade contra doenças e a aparência que os pais escolherem. Conheça os bebês de laboratório – porque um dia você vai ter um. Eles já começaram a nascer” (SUPERINTERESSANTE, 2015, grifo meu).

Novamente, o sentido da programação à qual o corpo pode ser submetido se repete por meio de “projeção”. Frequentemente presente no campo da arquitetura, a projeção pode se relacionar ao sentido de planejamento. Esse efeito de sentido se torna possível em um momento histórico no qual o homem se torna capaz de “livrar-se” dos arrimos anteriores, relacionados à religião (submissão a Deus), à família (submissão a um modelo de agregação de indivíduos – ao sangue), à condição de trabalho da qual não poderia escapar (hierarquias e estratos sociais de modelos pré-capitalistas). Trata-se de planejar o melhor modo possível de vida, por meio da “projeção” do corpo. No atual modo de produção neoliberal, marcado como dissemos pela livre concorrência e por práticas de gestão da própria conduta, esse sujeito, efeito da formulação e contemporâneo ao sentido, se relaciona a sentidos de *onipotência*, *inovação*, *invenção*, *customização*, *personalização*, decalcados do Mercado, aliado à

Ciência e à tecnologia, em especial ao discurso cibernético da “governança” e do “controle”.

O “genoma”, como “O” texto fundamental, ao contrário de textos fundamentais anteriores (que serviriam como base à fundação de um conjunto), como a Bíblia, pode ser editado a partir da “vontade” e ao “gosto do freguês”, dando então as coordenadas de uma subjetividade atual.

É justamente nesse ponto que podemos localizar a confluência de dois campos de sentido: as ciências biológicas e o Mercado que, aliados, seriam o palco da produção de sentidos que podemos relacionar à lógica de consumo condensada no *slogan* “satisfação garantida ou seu dinheiro de volta” agora presente também no campo das ciências da vida, por meio da Engenharia Genética<sup>1</sup>.

## 2.2. Práticas genéticas neoliberais?

Nesse ponto, a questão, colocada pelo filósofo americano Michael Sandel (2013, p. 87), pode se fazer presente:

Qual é, afinal, a diferença moral entre projetar crianças segundo um propósito eugênico explícito e projetar crianças segundo os ditames do mercado? Não importa se o objetivo é aprimorar o “plasma germinal” da humanidade ou atender a preferências de consumo: ambas as práticas são eugenistas, no sentido de que as duas transformam crianças em produtos deliberadamente selecionados.

O que causa aqui é precisamente a aproximação da “projeção” de crianças à fabricação de objetos aos quais se tem acesso via consumo (Mercado). Na “eugenia liberal” não se está mais atado aos modelos tradicionais de eugenia organizados de maneira centralizada, ou seja, o Estado e suas instituições ditando de forma vertical aquilo que pode

---

<sup>1</sup> Esta foi inclusive a proposta de uma empresa da Califórnia – EUA que oferecia um serviço de clonagem de gatos – a *Genetic Savings & Clones*. Segundo o anúncio da empresa: “Caso você ache que seu gatinho não se parece o bastante com o doador genético, nós devolveremos seu dinheiro integralmente, sem fazer perguntas” (SANDEL, 2013, p. 18).

e deve ser feito. Nessa eugenia liberal, estaríamos diante de uma “neutralidade” do Estado. Ponto que aproxima o Estado da ideia de um Mercado identificado a uma realidade natural, que oscila sem a intervenção de qualquer instituição – a ciência cumpriria, nessa conjuntura, um importante serviço ao princípio do anti-intervencionismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 14-15).

“*Finalmente* livre e autônomo”, inclusive de seu destino genético, o sujeito que se produz nessa discursividade, se produz de maneira competitiva e inovadora. Subjetividade que se pauta, portanto, no sentido de um corpo que pode ser editado e manipulado e obedece a um decalque de um funcionamento mercadológico, no qual os caracteres físicos (e psicológicos) podem ser “consumidos”, “adquiridos” via certos procedimentos de edição do genoma. O “genoma humano” poderia então ser considerado o texto fundamental (matriz simbólica/destino?), que, ao contrário de textos fundamentais anteriores, como a Bíblia, pode ser editado a partir da “vontade” e ao “gosto do freguês”, dando então as coordenadas de uma lógica da fabricação de sujeitos que visa à anulação da falha e ao pleno sucesso.

Na tentativa renovada de escapar ao destino, a edição do genoma promove um “tudo é possível” que, no entanto, parece produzir um excesso de ‘possibilidades’ que, por sua vez, se configura como uma das fontes atuais do mal-estar contemporâneo (culpabilidade e insuficiência), alterando o laço social que passa a se dar a partir dessas experiências.

### **Considerações finais**

De modo geral, no discurso do genoma humano, observa-se que o sentido de manipulação do corpo como objeto se (con)funde com o sentido de pleno “controle” e “governança”, não por acaso significantes mestres na contemporaneidade e protagonistas no discurso da informática. Esse funcionamento discursivo aponta para o sentido de *fabricação* – cuja vontade é pautada pela ciência e suas previsões/prescrições – e que se inscreve em uma memória discursiva de ruptura com modelos tradicionais de produção de subjetividade (religião, família, trabalho etc.). Assim, o corpo passa a ser significado, cada vez mais, como objeto que pode e

deve submeter-se a práticas constantes de vigilância e transformações (amputações, próteses, programação genética).

Ortega (2003, p. 71) aponta ainda, nessa mesma lógica de homogeneização, para a inexistência de um “espaço ‘entre’ os indivíduos, um mundo comum, que os una ou separe, mantendo sempre a distância entre eles”. Justamente por conta disso, podemos mencionar outra consequência possível: uma gradual anulação da pluralidade.

No entanto, levando em consideração a equivocidade da linguagem e o real da história, os efeitos de sentido de controle e governança podem ser compreendidos como efeitos de um processo metafórico (parafrásticos e polissêmicos) e que aponta sempre para a possibilidade de o sentido deslocar-se, reproduzindo ao mesmo tempo em que transforma os sentidos de corpo.

### Referências bibliográficas

- BROUSSE, M.-H.. (2014) “Corpos lacanianos: novidades contemporâneas sobre o Estádio do espelho”. In: *Opção Lacaniana Online nova série*, ano 5, n. 15, 1-17. Disponível em: [http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero\\_15/Corpos\\_laciano\\_s.pdf](http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_15/Corpos_laciano_s.pdf). Acesso em 20 de setembro de 2015.
- CHIARETTI, P. (2018) “Corpo, discurso e subjetividade em cirurgias plásticas”. In: CARROZZA, G.; ALVES, W. *Os sentidos da corporeidade: a inscrição simbólica do corpo em discursos contemporâneos*. Curitiba: Appris. (no prelo)
- \_\_\_\_\_. (2016) “O corpo no discurso da ciência e da tecnologia: a lógica do *plug and play*”. In: ORLANDI, E.; CHIARETTI, P.; RODRIGUES, E. A. *Linguagem, tecnologia e espaço social*. Pouso Alegre, Campinas: Univás, RG, p. 154-164.
- CHIARETTI, P.; COSTA, G. C. (2016) “A produção discursiva do sujeito com Síndrome de Down e suas incidências no corpo: ‘o deficiente não funciona como o esperado’”. In: BARROS, R. C. B.; CAVALLARI, J. S. *Sociedade e diversidade*. (Trilogia Travessia da Diversidade, vol. 2). Campinas: Pontes. p. 85-96.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

- FREUD, S. (2011) “O mal-estar na civilização” (1930). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. XX. Rio de Janeiro: Imago.
- HASHIGUTI, S. (2007) “O corpo como materialidade do/no discurso”. In: *Anais do III Seminário de Análise de Discurso (SEAD)*, UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SimoneHashiguti.pdf>. Acesso em 20 Out 2015.
- HENRY, P. (1992) *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- KEHL, M. R. “Com que corpo eu vou?”. In: BUCCI, E.; KEHL, M. R. (orgs). (2005) *Videologias*. 2ª. Edição. São Paulo, Boitempo Editorial.
- LAFONTAINE, C. (2004). *O império Cibernético*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ORLANDI, E. P. (2016) “Processos de significação, corpo e sujeito”. In: *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3ª ed. Campinas: Pontes. pp. 83-96.
- ORTEGA, F. (2005). “Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão ao corpo”. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B.; VEIGANETO, A. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, pp.139-173.
- PÊCHEUX, M. (2009) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.
- SANDEL, M. (2013). *Contra a perfeição: ética na era da engenharia genética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COSTA, C.; GARATTONI, B. (2012) “Como fazer super bebês”. *Superinteressante*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/como-fazer-super-bebes/>. Acesso em 03 Jun 2015.
- UNESCO. “Declaração universal sobre o genoma humano e os direitos humanos” (1997). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122990por.pdf>. Acesso em 05 Jan 2015.

**Palavras-chave:** discurso, corpo, genoma humano.

**Keywords:** discourse, body, human genome.

## Notas

---

\* Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí. Contato: [chiaretti.paula@gmail.com](mailto:chiaretti.paula@gmail.com).



# VARIAÇÃO LÉXICO-SEMÂNTICA E AGRUPAMENTO LEXICAL DO ITEM CAMBALHOTA NO ATLAS LÉXICO-SONORO DO PARÁ (ALESPA)

Abdelhak Razky

UnB/UFPA

Diego Coimbra\*

Eliane Costa\*\*

**Resumo:** Neste estudo, um levantamento das variantes de cambalhota utilizadas no estado do Pará foi feito com o objetivo de analisá-las sob as perspectivas geossociolinguística (RAZKY, 2004; 2010a) e de agrupamento lexical (RAZKY, 2013; RAZKY; GUEDES, 2015 e RAZKY; SANCHES, 2016). Os dados analisados pertencem ao banco de dados do projeto Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA) e dizem respeito a 18 localidades, nas quais foram entrevistados, em cada uma, 4 informantes, estratificados em idade (18-30 anos e 40-70 anos) e sexo (masculino e feminino), de escolaridade de até 4ª série do ensino fundamental. Os resultados apontam para uma variabilidade pouco expressiva com relação aos fatores diageracional e diagenérico, ao passo que o fator diatópico influenciou na escolha lexical e possibilitou a visualização de agrupamentos lexicais em distintos pontos do território paraense.

**Abstract:** This paper focuses on the analysis of the lexical variants of cambalhota from a survey conducted in the state of Pará and based on geo-sociolinguistic perspectives (RAZKY, 2004; 2010a), and lexical groupings (RAZKY, 2013; RAZKY; GUEDES, 2015 and RAZKY; SANCHES, 2016). The data is part of the project Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA). It refers to interviews of four informants in each of the 18 localities selected for this purpose. The informants are stratified by age (18-30 years old and 40-70 years old), sex (masculine and feminine), and a school level up to 4<sup>th</sup> grade of elementary school. The results point to a low variability in relation to the diagerational and diagenetic factors, whereas the diatopic

*factor influences the lexical choice and allows the visualization of lexical groupings in different points of the Pará State.*

## **Introdução**

No contexto de desenvolvimento de quatro grandes áreas da Linguística no Brasil, Dialetologia, Geografia Linguística, Terminologia e Socioterminologia, o projeto Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALiPA) já assegurava a descrição e a documentação da variedade paraense do português brasileiro nos diversos níveis linguísticos, com o desenvolvimento de pesquisa *in loco* e a publicação dos dados coletados por meio de trabalhos como, por exemplo, o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALiSPA* (RAZKY, 2004) e o dicionário *Os termos da Meliponicultura: uma abordagem socioterminológica* (BORGES, 2011).

No nível lexical, paralelamente às pesquisas que se debruçam sobre o léxico particular de atividades culturais de grande relevância socioeconômica para o estado do Pará, vem se desenvolvendo o projeto Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA), o qual busca descrever e documentar o léxico do português paraense dentro de uma perspectiva que tende “a considerar o processo de mudança em curso a favor de uma variação lexical não estável por conta da atuação de fatores de ordem diagenérica e diageracional nele considerados” (RAZKY et al., 2016, p. 59). Assim, esse atlas garantirá o registro da riqueza lexical do português paraense, uma vez que sua rede de pontos atende à ideia da representatividade geográfica, ao abranger as seis mesorregiões que constituem o estado do Pará, bem como contribuirá para a compreensão de fenômenos decorrentes da distribuição espacial e social das variantes lexicais paraenses.

Em consonância com o ALeSPA, este trabalho investigou a variação do item lexical *cambalhota*, referente à questão 208 do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do ALiPA, em 18 localidades do estado do Pará, sob uma abordagem geossociolinguística (RAZKY, 2004, 2010a) e de agrupamentos lexicais (RAZKY, 2013; RAZKY e GUEDES, 2015 e RAZKY e SANCHES, 2016). Os dados mostram que os fatores sociais pouco influenciam no uso das variantes, enquanto o fator espacial é preponderante e corrobora a noção de agrupamento lexical.

Com base nessa proposta de estudo, este artigo estrutura-se em 5 seções: a primeira diz respeito à apresentação geral do estudo aqui proposto; a segunda refere-se à discussão dos conceitos de geossociolinguística e agrupamento lexical; a terceira concerne às informações a respeito de brincadeiras infantis e vivência social; a quarta reporta-se à metodologia desenvolvida e, por fim, a quinta destina-se à apresentação dos resultados encontrados, seguidos das considerações finais.

## **1. A geossociolinguística e a noção de agrupamento lexical**

A literatura apresenta, atualmente, uma diversidade de termos para designar o estudo da variação espacial (diatópica) e social (diastrática) da língua, em todos os níveis conceptuais. Essa variedade é natural e decorrente do fato de “os estudiosos do fenômeno linguístico, como homens do seu tempo, assumirem posturas teóricas em consonância com o fazer científico da tradição cultural em que estavam inseridos”, de modo que “as teorias da linguagem, do passado ou atuais, sempre refletem concepções particulares do fenômeno linguístico e compreensões distintas do papel deste na vida social (ALKMIM 2007, p. 23).

É nesse sentido que acabam emergindo conceitos como geossociolinguística (RAZKY, 2004, 2010a), Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional (RADTKE E THUN, 1996; THUN, 1998b; THUN, 2010), Geolinguística (TRUDGILL, 1999; CARDOSO, 2010), entre muitos outros, decorrentes de percepções que abrangem o lado social da linguagem com todo aparato teórico da Sociolinguística, disciplina que engloba um grande número de temas.

Essas perspectivas teóricas contemplam perfeitamente o estudo aqui proposto, uma vez que tratam os fenômenos linguísticos relacionando-os aos fatores sociais, cada uma dentro de suas considerações e limitações. Contudo, nos deteremos no conceito de geossociolinguística e, dentro deste, no de agrupamento lexical.

O termo geossociolinguística surgiu consoante à ideia de se analisar a língua numa perspectiva plural e, neste sentido, Razky (2004) afirma que, “com o desenvolvimento da geossociolinguística, a análise de dados variacionistas se tornou mais complexa”, podendo haver o “cruzamento de dados na mesma localidade e entre localidades” e que esta abordagem “é necessária para compensar os

limites de cada uma das duas disciplinas: a Sociolinguística cuja maior parte dos trabalhos no Brasil se detém na dimensão social e local; e a Geolinguística, que se preocupa com aspecto social com estratificação social mínima” (RAZKY, 2010a, p. 172).

Sob esse ponto de vista, e também observando a movimentação da variação linguística, sobretudo, a de natureza lexical, o conceito de isoglossa também foi repensado. Sobre o exposto, Razky e Sanches (2016, p. 74) esclarecem que a cartografia de dados lexicais

começa a revelar uma diversidade lexical no mesmo espaço físico, apesar de ainda se manterem configurações de uma identidade local ou regional que passa a ser vista em termos estatísticos para estabelecer tendências e não características de identidades fixas.

Segundo Razky (2013, p. 263),

O conceito de agrupamento lexical vem acompanhando essa mudança em curso do léxico que, por sua vez, é fruto de uma mobilidade geográfica dos falantes e do acesso ao universo lexical do outro, através dos meios de comunicação. Além disso, o fluxo de interações verbais, fruto de redes de comunicações complexas, vem quebrando o paradigma de isolexias ou, pelo menos, o colocando dentro de um conceito do contínuo linguístico bem conhecido dos estudos sociolinguísticos.

A noção de agrupamento lexical, então, possibilita aos estudos pluridimensionais uma compreensão maior acerca dos fenômenos linguísticos, haja vista que “le concept de regroupement lexical répond ainsi à cette dynamique linguistique que d’autres chercheurs ont pu dégager dans le cadre d’une dialectologie pluridimensionnelle” (RAZKY e GUEDES, 2015, p. 161). A partir de agrupamentos de unidades lexicais, é possível entender não só o comportamento da variação lexical dentro dos espaços geossociolinguísticos, mas também perceber as possíveis motivações que estão em sua base, as quais podem ser consequência do fluxo migratório, da influência

estatal, da forma de povoamento, etc., como mostra o estudo de Guedes (2012).

## 2. Brincadeiras infantis e contexto social

A lexia *brincadeira* tem sua raiz no latim *vinculu* (“vínculo” ou “laço”) e passou ao português a partir de metaplasmos: *vinculu* → *vinclu* (dissimilação) → *vincru* (rotacismo) → *vrincu* (metátese) → *vrinco* (abaixamento) → *brinco* (degeneração). Dessa maneira, brincar está diretamente relacionado ao vínculo estabelecido por algo ou alguém. Segundo Winnicott (1988), é por meio da brincadeira que a criança desenvolve a capacidade de criação e dessa forma consegue distinguir o *eu* do *outro* para, em seguida, compreender que o vínculo da brincadeira se realiza com o *outro*. Brincar é, portanto, o meio pelo qual a criança adquire *know-how*, experiência e compreende-se no mundo.

A brincadeira possibilita que a criança entenda o mundo a seu redor e seu corpo se torna, antes do contato consciente com a produção capitalista de objetos infantis, seu primeiro brinquedo com o qual pode compreender o mundo no *eu* e no *outro*. Segundo Piaget (1971), a atividade lúdica emerge apenas como forma de exercício do aparelho motor, funcionando unicamente como forma de “conquista do corpo”, contudo sua realização exploratória cede à criança, por consequência, a autonomia sobre o próprio corpo, buscando, por meio dos movimentos, descobrir-se. Nesse contexto, a brincadeira *cambalhota* que é, segundo o Minidicionário Aurélio (2010), “sf. Movimento em que se gira o corpo sobre a cabeça e se volta à posição normal”, torna-se um dos mecanismos pelo qual a criança toma conhecimento do mundo físico e o experiência.

O estudo dessa brincadeira tem sido realizado em distintas perspectivas como, por exemplo, a do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e a do ALeSPA, que promovem a investigação de sua distribuição diatópica e diastrática no português brasileiro e paraense, respectivamente; a de Ribeiro (2012) que, juntamente com as demais questões do campo semântico jogos e diversões infantis, analisa o seu comportamento na área do falar baiano; e a de Coimbra (2016) que, ao estudar o campo semântico *festas e divertimentos*, analisou a variação do item *cambalhota* no território paraense. É desse modo que as unidades lexicais utilizadas para designar a brincadeira em estudo,

bem como suas delimitações geográficas e sociais, são documentadas, podendo permanecer concretamente na memória coletiva das comunidades linguísticas.

### 3. Metodologia

O tripé metodológico do ALeSPA apresenta: a) uma rede de pontos composta por 38 pontos de inquérito; b) um *corpus* formado por 152 informantes, residentes na zona rural do estado do Pará e estratificados em sexo (2 homens e 2 mulheres) e idade (2 informantes entre 18-30 anos e 2 informantes entre 40-70 anos), de escolaridade fundamental (todos escolarizados até a 4ª série); e c) um Questionário Semântico-lexical (QSL) de 256 perguntas, distribuídas em 14 campos semânticos<sup>1</sup>.

Para este estudo foram feitos os seguintes recortes:

- a) Quanto à rede pontos, foram consideradas apenas 18 localidades, cujas posições geográficas no estado do Pará podem representar suas respectivas mesorregiões, de acordo com o *Quadro 01* a seguir:

**Quadro 01:** Localidades investigadas

Mesorregião	Pontos
Baixo Amazonas	Oriximiná, Santarém, Faro
Marajó	Anajás, Breves
Metropolitana de Belém	Castanhal, Santa Izabel do Pará, Barcarena,
Nordeste Paraense	Abaetetuba, Bragança, Capanema, Vigia
Sudeste do Pará	Tucuruí, Curionópolis, São Felix do Xingu, Itupiranga
Sudoeste do Pará	Altamira, Itaituba

- b) No que diz respeito ao *corpus*, foi analisada a fala de 72 informantes, sendo 4 de cada localidade estudada, conforme metodologia do referido projeto.

c) No que concerne ao questionário, foi contemplada somente a questão 208 (*cambalhota*) do campo semântico *Festas e Divertimentos*, composto por 17 perguntas.

Em seguida, os dados foram triados nos arquivos de áudio do QSL. Com auxílio do programa computacional *Cool Edit Pro 2.0*, todas as respostas emitidas pelos informantes foram recortadas e, posteriormente, tabuladas. Tendo em vista a produtividade da variação fonética de *cambalhota*, as formas linguísticas foram agrupadas em *carambela*, *calambiota* e *pirueta*, conforme *Quadro 02*, a seguir:

**Quadro 02:** Delimitações fonéticas dos agrupamentos lexicais

Variante	Formas agrupadas	Distinção fonética
[karã'beɫɐ]	[karã'beɫɐ]	_____
	[kalã'beɫɐ]	Rotacismo: /r/ → /l/
	[karã'meɫɐ]	Aproximação articulatória de /b/ e /m/.
	[karã'bɔɫɐ]	Arredondamento: /ɛ/ → /ɔ/
[kalãbi'ɔtɐ]	[kalãbi'ɔtɐ]	_____
	[kaɫã'bɔtɐ]	Palatalização: /l/ → /ɫ/ Apagamento: [kaɫã'bɔɔtɐ]
	[kaɫãbi'ɔtɐ]	Palatalização: /l/ → /ɫ/
	[karã'bɔtɐ]	Rotacismo: /l/ → /r/ Apagamento: [karã'bɔɔtɐ]
	[kalã'bɔtɐ]	Apagamento: [kalã'bɔɔtɐ]
[piru'etɐ]	[piru'etɐ]	_____
	[piru'letɐ]	Epêntese consonantal de /l/

A distinção fonética entre um determinado grupo de variantes demonstra, como evidencia o *Quadro 02*, semelhanças entre si e com a variante na qual foram agrupadas. Logo, [kaɫã'bɔtɐ] não poderia, por exemplo, agrupar-se às formas de variável [karã'beɫɐ] por se afastar mais dessa variante do que de [kalãbi'ɔtɐ], a qual foi agrupada. Ao final dessa organização fonética, por fim, foram elaboradas uma carta diatópica e

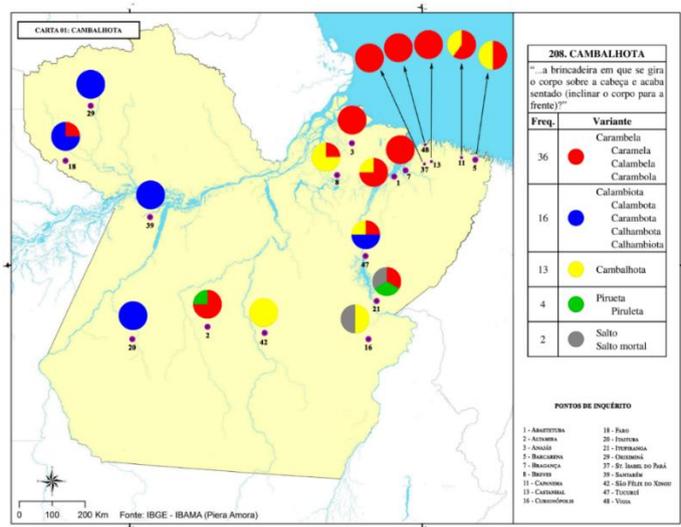
duas de agrupamento lexical, com o com o auxílio do programa computacional *Adobe Photoshop CS6*.

#### 4. Apresentação e análise dos dados

O estudo da variação de *cambalhota* em 18 municípios paraenses apresenta 14 variantes de natureza distinta: *carambela*, *caramela*, *carambola*, *calambiota*, *calambota*, *carambota*, *calhambota*, *calhambiota*, *cambalhota*, *pirueta*, *piruleta*, *salto* e *salto mortal*. Contudo, as variantes de natureza fonética foram agrupadas, de modo que se chegou a um total de 5 variantes lexicais para *cambalhota*: *carambela*, *calambiota*, *cambalhota*, *pirueta* e *salto*. A abrangência desses dados nos direciona a uma análise tridimensional: dimensão diatópica, dimensão diastrática e formação de agrupamento lexical.

##### 4.1. Dimensão diatópica

A análise da dimensão diatópica subdivide-se em municipal, na qual será observado o comportamento de *cambalhota* nos 18 municípios paraenses considerados neste estudo, e a mesorregional, na qual, dentro da diatopia local, será observada a configuração da variação de *cambalhota* nas seis mesorregiões (Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste do Pará e Sudoeste do Pará) que configuram o estado do Pará.



**Imagem 01** – Carta 01: Cambalhota

A *Imagem 01* mostra que *carambela* (23,9%) caracteriza o português falado no estado do Pará, seguida por *cambalhota* (18,3%) e *calambela* (18,3%), e que, destinando o foco de análise para os municípios, existem três realizações categóricas: a de *carambela* em Anajás, Bragança, Castanhal, Santa Isabel do Pará e Vigia; a de *calambiota* em Itaituba, Oriximiná e Santarém; e a de *cambalhota* em São Félix do Xingu. Quanto à *pirueta* e ao *salto*, não apresentam um comportamento semelhante, mas se destacam, respectivamente, em Itupiranga e Curianópolis. Ao observamos o comportamento de 50% das variantes de *cambalhota* que obtiveram maior frequência (*cambalhota*, *calambela*, *carambela*, *carambola*, *calhambota*, *calambiota* e *calambota*), outras particularidades se sobressaem nessa dimensão.

**Tabela 01:** Municípios (Localidade)

Legenda: O = Ocorrência T = Total														
	Cambalhota		Calambela		Carambela		Carambola		Calhambota		Calambiota		Calambota	
Localidade	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%

Abaetetuba	1/4	25	0/4	0	3/4	75	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0
Altamira	0/4	0	0/4	0	0/4	0	3/4	75	0/4	0	0/4	0	0/4	0
Anajás	0/4	0	0/4	0	4/4	100	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0
Barcarena	2/4	50	1/4	25	1/4	25	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0
Bragança	0/3	0	2/3	66,6	1/3	33,3	0/3	0	0/3	0	0/3	0	0/3	0
Breves	3/4	75	1/4	25	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0
Capanema	2/5	40	1/5	20	2/5	40	0/5	0	0/5	0	0/5	0	0/5	0
Castanhal	0/4	0	4/4	100	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0
Curionópolis	1/2	50	0/2	0	0/2	0	0/2	0	0/2	0	0/2	0	0/2	0
Faro	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	2/4	50
Itaituba	0/3	0	0/3	0	0/3	0	0/3	0	0/3	0	2/3	66,6	0/3	0
Itupiranga	0/6	0	1/6	16,6	0/6	0	1/6	16,6	0/6	0	0/6	0	0/6	0
Oriximiná	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	4/4	100	0/4	0
Santarém	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	3/4	75	0/4	0	1/4	25
São Félix do Xingu	4/4	100	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0
St. Isabel do Pará	0/4	0	2/4	50	2/4	50	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0
Tucuruí	1/4	25	0/4	0	1/4	25	0/4	0	0/4	0	0/4	0	1/4	25
Vigia	0/4	0	1/4	25	3/4	75	0/4	0	0/4	0	0/4	0	0/4	0
<b>Total</b>	<b>13/71</b>	<b>18,3</b>	<b>13/71</b>	<b>18,3</b>	<b>17/71</b>	<b>23,9</b>	<b>5/71</b>	<b>7</b>	<b>3/71</b>	<b>4,5</b>	<b>6/71</b>	<b>8,4</b>	<b>4/71</b>	<b>5,4</b>

A *Tabela 01* mostra que, dentre os 18 municípios paraenses, destacam-se Oriximiná, Anajás, Castanhal e São Félix do Xingu pela ocorrência categórica de *cambalhota*, *calambela*, *carambela* e *calambiota*, respectivamente. Os municípios de Breves, Santarém e Altamira apresentam, nessa ordem, 75% das ocorrências de *cambalhota*, *calambota* e *carambola*, enquanto Abaetetuba e Vigia possuem 75% das ocorrências de *carambela*. Em mesorregiões distintas, Faro, Bragança e Itaituba apresentam, respectivamente,  $\geq 50\%$  e  $< 75\%$  das ocorrências de *calambota*, *calambela* e *calambiota*, enquanto Barcarena e Curionópolis apresentam 50% de ocorrências de *cambalhota*, cada uma. Ao passo que Santa Isabel do Pará e Tucuruí se destacam pela distribuição homogênea das variantes, ocorrendo *calambela* (50%) e *carambela* (50%) em Santa Isabel do Pará; e *cambalhota* (25%), *carambela* (25%), *calambota* (25%) e *carambola*<sup>2</sup> (25%) em Tucuruí. As variantes *cambalhota* e *carambela* foram as

que obtiveram maior frequência (40% cada uma) em Capanema e, em Itupiranga, a variante que incidiu majoritariamente, com 33,3%, foi *pirueta*<sup>3</sup>.

Quanto à análise mesorregional, os dados apontam para a predominância de *carambela* nas mesorregiões Marajó, Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém, enquanto a ocorrência de *calambiota* concentra-se no Baixo Amazonas e no Sudoeste do Pará. A incidência de *cambalhota* retém-se no Sudoeste do Pará e no Marajó. Além disso, outras particularidades podem ser observadas nessa dimensão.

**Tabela 02:** Mesorregiões (Localidade)

Legenda: O = Ocorrência T = Total														
Localidade	Cambalhota		Calambela		Carambela		Carambola		Calhambota		Calambiota		Calambota	
	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%
Baixo Amazonas	0/12	0	0/12	0	0/12	0	0/12	0	3/12	25	4/12	33,3	3/12	25
Marajó	3/8	37,5	1/8	12,5	4/8	50	0/8	0	0/8	0	0/8	0	0/8	0
Metropolitana de Belém	2/12	16,6	7/12	58,3	3/12	25	0/12	0	0/12	0	0/12	0	0/12	0
Nordeste Paraense	3/16	18,7	4/16	25	9/16	56,2	0/16	0	0/16	0	0/16	0	0/16	0
Sudeste do Pará	5/16	31,2	1/16	6,25	1/16	6,25	2/16	12,5	0/16	0	0/16	0	1/16	6,25
Sudoeste do Pará	0/7	0	0/7	0	0/7	0	3/7	42,8	0/7	0	2/7	28,5	0/7	0
<b>Total</b>	<b>13/71</b>	<b>18,3</b>	<b>13/71</b>	<b>18,3</b>	<b>17/71</b>	<b>23,9</b>	<b>5/71</b>	<b>7</b>	<b>3/71</b>	<b>4,5</b>	<b>6/71</b>	<b>8,4</b>	<b>4/71</b>	<b>5,4</b>

A *Tabela 02* mostra que a maior concentração de *carambela* está nas mesorregiões Nordeste Paraense (56,2%), Marajó (50%) e Metropolitana de Belém (25%). As mesorregiões do Baixo Amazonas e Sudoeste do Pará não apresentaram ocorrência dessa variante. Em relação a essas duas últimas, *calambiota* apresenta maior frequência no Baixo Amazonas (33,3%), ao passo que *carambola* é a variante que mais ocorre no Sudoeste do Pará (42,8%). Assim, podemos dizer que a variante *calambiota* é característica do falar do Baixo Amazonas, enquanto *carambola* é a variante característica do falar do Sudoeste do Pará.

Além disso, duas variantes que se destacaram na dimensão mesorregional foram *cambalhota* e *calambela*, apresentando, respectivamente, 37,5% e 12,5% no Marajó, 16,6% e 58,3% na Metropolitana de Belém, 31,2% e 6,25% no Sudeste do Pará, e 18,7% e 25% no Nordeste Paraense. Assim como *carambela*, *cambalhota* e *calambela* não apresentaram ocorrências no Baixo Amazonas e Sudoeste do Pará.

#### 4.2. Dimensão diastrática

A análise da dimensão diastrática contempla, neste estudo, os fatores sociais *sexo* e *idade*, tendo em vista, como já explicado, que o ALeSPA não controla a escolaridade, ou seja, todos os informantes possuem a 4ª série do ensino fundamental.

Dessa maneira, quanto ao sexo, a distribuição das variantes registradas entre homens e mulheres deu-se desta maneira:

**Tabela 03: Sexo**

Legenda: O = Ocorrência T = Total														
Sexo	Cambalhota		Calambela		Carambela		Carambola		Calhambota		Calambiota		Calambota	
	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%
Masculino	8/35	22,8	5/35	14,2	7/35	20	3/35	8,57	2/35	5,71	3/35	8,57	1/35	2,85
Feminino	5/36	13,8	8/36	22,2	10/36	27,7	2/36	5,55	1/36	2,77	3/36	8,33	3/36	8,33
<b>Total</b>	<b>13/71</b>	<b>18,3</b>	<b>13/71</b>	<b>18,3</b>	<b>17/71</b>	<b>23,9</b>	<b>5/71</b>	<b>7</b>	<b>3/71</b>	<b>4,5</b>	<b>6/71</b>	<b>8,4</b>	<b>4/71</b>	<b>5,4</b>

A *Tabela 03* mostra que *carambela* ocorre com a frequência de 20% na fala de informantes do sexo masculino e 27,7% na fala de informantes do sexo feminino. Além disso, podemos observar que, dentre as variantes com maior frequência, *cambalhota* (22,8%), *carambola* (8,57%), *calhambota* (5,71%) e *calambiota* (8,57%) predominam entre os homens, enquanto *calambela* (22,2%) e *calambota* (8,33%) prevalecem entre as mulheres.

Com relação à idade, em que se controla duas faixas, os resultados são os seguintes:

**Tabela 04:** Faixa etária

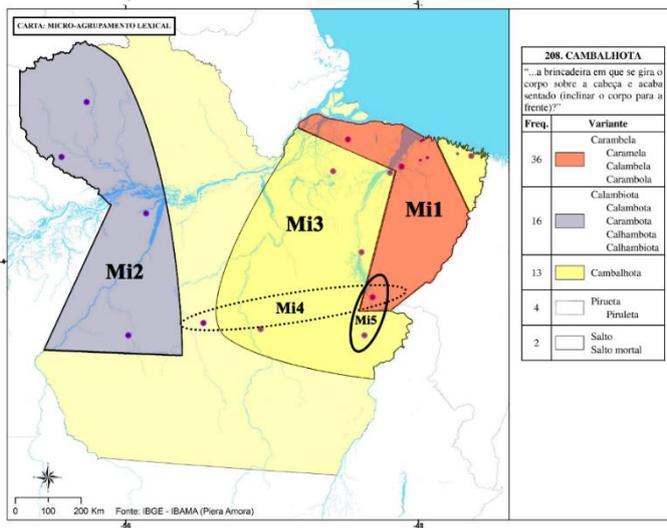
Legenda: O = Ocorrência T = Total														
Faixa Etária	Cambalhota		Calambela		Carambela		Carambola		Calhambota		Calambiota		Calambota	
	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%	O/T	%
1ª	8/38	21	9/38	23,5	7/38	18,4	3/38	7,89	2/38	5,26	3/38	7,89	0/38	0
2ª	5/33	15,1	4/33	12,1	10/33	30,3	2/33	6,06	1/33	3,03	3/33	9,09	4/33	12,1
Total	13/71	18,3	13/71	18,3	17/71	23,9	5/71	7	3/71	4,5	6/71	8,4	4/71	5,4

A *Tabela 04* mostra um resultado significativo para o uso de *carambela*, uma vez que essa variante apresenta 30,3% dos usos na 2ª faixa e 18,4% na 1ª. Outro ponto que se destaca quanto a este fator social é a ocorrência de *calambiota* de forma categórica na 2ª faixa etária, com frequência de 12,1%. Além disso, evidencia-se a predominância do uso de *cambalhota* (21%), *calambela* (23,5%), *carambola* (7,89%), *calhambota* (5,26%) entre informantes da 1ª faixa etária, ao passo que na 2ª faixa etária, o uso predominante é de *calambiota*, com 9,09%.

### 4.3. Agrupamento lexical

O estudo da variação lexical em diversos municípios do estado do Pará no âmbito do ALeSPA tem possibilitado uma nova perspectiva de análise da distribuição da variação linguística no espaço geográfico, a qual, ao pensar a variação a nível de contínuo dialetal, vem se configurando pela percepção de agrupamentos lexicais, que podem ter configurações micro ou macro. Nesse sentido, a

distribuição diatópica de *cambalhota*, apresentada na *Imagem 01*, ajusta um contínuo lexical de 5 agrupamentos do tipo micro que, ao serem observados sob um ponto de vista mais amplo, no que tange às variantes registradas, redefinem tal contínuo por meio de macroagrupamentos lexicais, conforme, respectivamente, *Imagem 02* e *Imagem 03*.



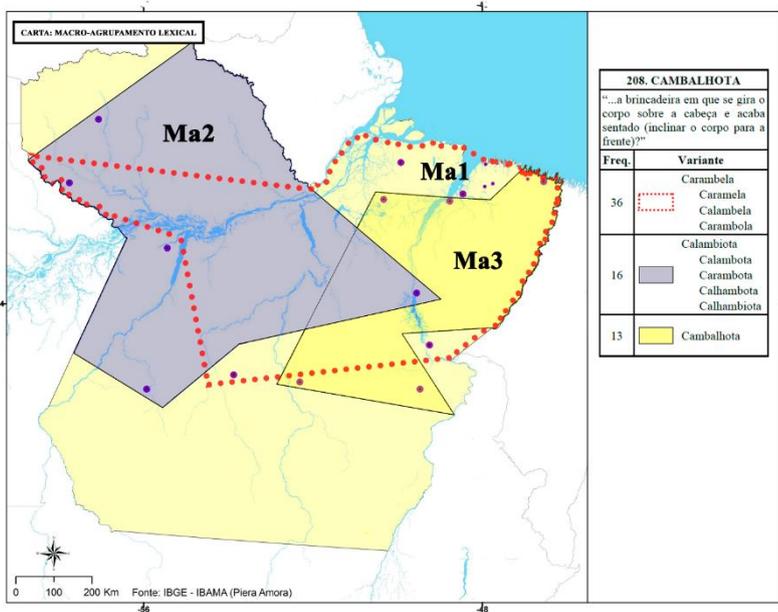
**Imagem 02** – Carta: Microagrupamento lexical

A *Imagem 02* mostra que o agrupamento *Mi1*, referente à variante *carambela*, concentra-se nas mesorregiões do Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém, nordeste do Marajó e norte do Sudeste do Pará. O agrupamento *Mi2*, concernente à variante *calambiota*, abrange as mesorregiões do Baixo Amazonas e Sudoeste do Pará. O agrupamento *Mi3*, referente à *cambalhota*, compreende o sul do Marajó, o Sudeste do Pará e o extremo nordeste do Nordeste Paraense. O agrupamento *Mi4*, que engloba a variante *pirueta*, envolve parte do Sudeste do Pará e Sudoeste do Pará, assim como o agrupamento *Mi5*, concernente à variante *salto*, que se manteve ao Sudeste do Pará. Além disso, notamos que o agrupamento *Mi5* se destaca por encontrar-se inserido em dois microagrupamentos (*Mi1* e *Mi3*), bem

como o agrupamento *Mi4* que compartilha do mesmo espaço geográfico que o agrupamento *Mi1*. Tanto *Mi4* quanto *Mi5* compartilham do mesmo espaço para formar seus microagrupamentos, embora englobem variantes distintas.

Nota-se, a partir da elaboração dos microagrupamentos, que no agrupamento *Mi3* há a presença da variante *carambela* do agrupamento *Mi2*, entretanto *Mi3* se distingue pela alta frequência da variante *cambalhota*, formando, com outros sete pontos geograficamente próximos, um microagrupamento. Essa distribuição de microconfigurações corrobora com a ideia de que há, no estado do Pará, “certains continuum dialectaux plus complexes [...] et l’absence de frontières homogènes en fonction de l’utilisation d’un échantillonnage pluridimensionnel” (RAZKY e GUEDES, 2015, p. 156).

Já a *Imagem 03* mostra que os contornos dialetais arranjam os 5 microagrupamentos registrados na *Imagem 02* de modo a delimitarem 3 macroagrupamentos lexicais, os quais se validam pelo fato de “les réponses des informateurs montrent une dynamique lexicale plus complexe [...], car chacun peut se comporter de façon différente en fonction du degré de son enracinement culturel et/ou ethnique et du degré de diffusion lexicale du point de vue horizontal e/ou vertical” (RAZKY e GUEDES, 2015, p. 157).



**Imagem 03** – Carta: Macroagrupamento lexical

A *Imagem 03* mostra que no território paraense há três macroespaços nos quais as variantes de *cambalhota* se distribuem: o agrupamento *Ma1*, concernente à variante *carambela*, abrange um macroespaço que agrupa as mesorregiões mais próximas da capital (Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, nordeste do Marajó e norte do Sudeste do Pará) e a mesorregião do Baixo Amazonas, ao passo que o agrupamento *Ma2*, referente à variante *calambiota*, localiza-se tanto a oeste do estado, englobando o Sudoeste do Pará e o Baixo Amazonas, quanto a leste, abrangendo o sul do Marajó, o Nordeste Paraense e norte do Sudeste do Pará. O agrupamento *Ma3*, referente à variante *cambalhota*, envolve as mesorregiões do Sudeste do Pará, Nordeste Paraense e sul do Marajó.

Essa macroconfiguração do território paraense revela a inexistência de barreiras dialetais homogêneas, pois, como se nota na *Imagem 03*, o agrupamento *Ma1* abrange tanto *Ma2* quanto *Ma3*, havendo, ao centro do estado, uma interseção dialetal oriunda de três macroespaços traçados num contínuo lexical.

## Conclusão

A análise detalhada de *cambalhota* em 18 municípios do estado do Pará, representantes de suas seis mesorregiões, mostrou que o fator diatópico é determinante quanto ao uso das variantes lexicais documentadas para *cambalhota*, tanto na dimensão municipal quanto na mesorregional. Já os fatores sociais mostraram-se poucos significativos, mas sinalizaram tendências de escolha em ambas as variáveis controladas (sexo e idade). Quanto à formação de agrupamento lexical, verificamos que a organização fonética foi primordial para a perspectiva de análise proposta, visto que, uma vez agrupadas, as formas concentraram-se em regiões específicas do território paraense, permitindo a delimitação dos micro e macroagrupamentos lexicais delimitados neste estudo.

Acreditamos, no entanto, que a delimitação de uma dimensão municipal e mesorregional e suas respectivas análises quantitativas não foram suficientes para a compreensão do fenômeno geolinguístico que esses agrupamentos lexicais, e também os fonéticos, evidenciam, mas a produção das cartas linguísticas apresentadas neste estudo revelam a diversidade fonético-lexical de *cambalhota* no português paraense, cuja riqueza de formas apresentou comportamento homogêneo e não homogêneo, reunindo, no primeiro caso, as variantes em microespaços e, no segundo caso, em macroespaços linguísticos, o que valida a noção de agrupamento lexical. Uma maior compreensão da paisagem linguística de *cambalhota* no espaço territorial paraense abrange investigações de outras naturezas que o espaço deste artigo não nos permite explorar.

## Referências bibliográficas

- ATLAS LINGÜÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ (1997). *Questionário piloto de base semântico-lexical*.
- BORGES, Luciane Chedid Melo (2011). *Os termos da meliponicultura: uma abordagem socioterminológica*. Dissertação. Mestrado em Linguística. Belém: Universidade Federal do Pará.
- CARDOSO, Suzana Alice (2010). *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial.
- \_\_\_\_ et al (2014). *Atlas Linguístico do Brasil*. Londrina: Eduel, v. 2.

- COIMBRA, Diego (2016). “Cartografia do campo semântico *Festas e Divertimentos* do Atlas Geossociolinguístico do Pará”. Relatório de Iniciação Científica. Belém: Universidade Federal do Pará.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2010). *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8.<sup>a</sup> ed. Curitiba: Positivo.
- GUEDES, Regis José da Cunha (2012). “Estudo geossociolinguístico da variação lexical na zona rural do estado do Pará”. Dissertação. Mestrado em Linguística. Belém: Universidade Federal do Pará.
- PIAGET, J. (1971). *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo*. São Paulo: Zanhar.
- RAZKY, Abdelhak (org.) (2004). “Atlas linguístico sonoro do Pará”. Belém: PA/CAPES/UTM.
- \_\_\_\_ (2013). “A dimensão sociodialetoal do léxico no projeto Atlas Linguístico do Brasil”. In: *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 16/2, p. 247-270, dez.
- \_\_\_\_ (2010). “Uma perspectiva geo-sociolinguística para a análise do status da variável /s/ em contexto pós-vocálico no nordeste do estado do Pará”. In: *Dans Estudos Linguísticos e Literários*. n. 41, Salvador, Programme de Pos-graduação en Langue et Culture, UFBA.
- \_\_\_\_; GUEDES, Regis (2015). “Le continuum des regroupements lexicaux dans l’Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALiPA)”. In: CONTINI Michel e LAI Jean-Pierre. *La géographie linguistique au Brésil*. Geolinguistique. Grenoble: ELLUG, p.149-162.
- \_\_\_\_; SANCHES, Romário Duarte (2016). “Variação geossocial do item lexical *riacho/córrego* nas capitais brasileiras”. In: *Gragoatá*, Niterói, n. 40, p. 70-89, 1. sem.
- THUN, Harald (2000). “La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle”. In: *Congres International de Linguistique et de Philologie Romanes*, 22., 1998, Bruxelles. ACTES. Tübingen: Niemeyer, 2000.
- WINNICOTT, D.W (1988). *Human Nature*. Londres: Winnicott Trust.

**Palavras-chave:** geossociolinguística, variação linguística, agrupamento lexical.

**Keywords:** geossociolinguistic, linguistic variation, lexical grouping.

## Notas

---

\* Graduando em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará.

\*\* Doutoranda em Linguística na Universidade Federal do Pará.

<sup>1</sup> Natureza e acidentes geográficos; Fenômenos atmosféricos; Astros e tempo; Flora; Atividades agropastoris; Fauna; Corpo humano; Cultura e convívio; Ciclos da vida; Religiões e crenças; Festas e divertimentos; Habitação; Alimentação e cozinha; Vestuário.

<sup>2</sup> Essa variante apresentou apenas 1,4% da frequência total (1 ocorrência), ocorrendo somente em Tucuruí, ficando, dessa forma, abaixo das 7 variantes de *cambalhota* que apresentaram maior frequência.

<sup>3</sup> Essa variante apresentou apenas 4,2% da frequência total (3 ocorrências), sendo 1 ocorrência em Curianópolis e 2 em Itupiranga, ficando, dessa forma, abaixo das 7 variantes de *cambalhota* que apresentaram maior frequência.



## ANÁLISE DO DISCURSO DIGITAL

DIAS, C. (2018). *Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores, 202pp.

Ao ter sua primeira edição (2018) publicada apenas em formato impresso, o livro “Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo”, de Cristiane Dias, pensa o digital não como suporte tecnológico próprio de ambientes *online*, em seus aparatos múltiplos de telas, *touch screens* e teclas, mas como “materialidade”, isto é, como discursividade. É assim que, na compreensão dos discursos “pelo” digital e não “no” digital, o cerne da investigação sobre as formas de assujeitamento do início do século XXI é apreendido: em análises que levam a reflexões sobre os processos de constituição dos sentidos, de modo amplo, determinados pelo digital. Em sua busca pelo material, não reduzida ao empírico, a Dias não interessa aquilo que os *smartphones* podem fazer na prática, mas como são significados, ou seja, “pelos discursos que os significam como objetos de inclusão, status (...) em processos sociais em uma sociedade dividida” (p. 40). A reflexão é sobre os efeitos da relação do sujeito com dispositivos do dia a dia, como redes sociais, jogos e aplicativos (“sistemas lógicos portáteis” conforme Pêcheux, que se transformam em “sistemas lógicos digitais”, em Dias). Não ter saído em livro eletrônico é, desse modo, mais uma afirmação da “ordem” do digital.

Resultado de intensas pesquisas – na medida em que a trajetória acadêmica da autora é marcada pela inquietação frente a novas tecnologias de linguagem em sua relação com o sujeito e a história, desde seu primeiro “Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)” (2012), oriundo de sua tese de doutorado concluída em 2004 –, a publicação assume o digital como condição de produção político-ideológica do discurso. Tomado como objeto, é capaz de deslocar procedimentos do campo da análise do discurso, sem revisionismo nem dogmatismo.

O prefácio é de Eni Orlandi, para quem a façanha do trabalho é atingir a “ordem” do digital, por meio de sua compreensão desmistificadora, ao ultrapassar a mera observação da “organização”, que seria nada mais que uma taxonomia desse discurso. Ao ligar linguagem, análise do discurso e ciências humanas, Dias mostraria “uma grande compreensão do funcionamento da linguagem, do que é discurso e do que é digital”. Assim, buscaria “o entendimento de como o simbólico, na relação com o político, determina sentidos e também sujeitos. E o faz pela questão que investe em responder: como o digital significa. Este é o real, esta é a “ordem””, corrobora Orlandi. A contribuição analítica da autora é exposta por Orlandi, a responsável pela institucionalização da disciplina no Brasil, como um passo fundamental tanto para a teoria do discurso quanto para a tecnologia digital. Já na nota introdutória (p. 20), Dias frisa que não se trataria de uma “nova” disciplina. Desse modo, a força da publicação residiria na prática arguta da análise de discurso, da onde brotaria a profundidade e o prazer da sua leitura: “Pelos materiais que analisa, em suas várias naturezas digitais, pela reflexão que produz através das análises, pela maneira como conduz suas análises, ligando teoria, método, objeto, o que nos transporta para um estado de reflexão extremamente prazeroso, porque frutífero”, é o modo como qualifica Orlandi.

O livro é dividido em três partes maiores (“Sujeito, tecnologia e circulação”; “Arquivo, memória, espaço” e “Política, língua e escritura”).

A primeira parte destaca o lugar da circulação como “ângulo de entrada” para a compreensão do tema. “Isso circula”, em referência à fórmula lacaniana, nomeia o primeiro item que se desdobra em “algo fala” e em “isso pensa”. A trajetória vai da nascente indústria cultural dos anos 1930 vista por Benjamin pela “reprodutibilidade técnica” (“isso circula”). Passa pelos anos 1940 e 1950, nos quais a teoria da informação se desenvolve, com efeitos incontornáveis na formação das ciências, inclusive da linguística (“algo fala”). Chega, por fim, à “era digital”, no qual o futuro do imaginário do progresso é fabricado

pelas corporações estadunidenses, produzindo efeitos na vida dos sujeitos pela linguagem e pela ideologia (“isso pensa”).

Desse modo, nessa primeira seção, é feita uma historização de tecnologia, tomando, entre outros, Sigaut, Haudricourt, Sfez e Pinto, pensadores que não recalcam o humano, ou o político, da noção. O sentido estabilizado de tecnologia encontrado pela autora é o do sucesso. Além disso, haveria a ilusão dada ao sujeito como sendo origem de si e a determinação do que deveria ou não lembrar e esquecer, “corporeidades significantes, fragmentos de formulações da memória, vestígios da inscrição histórica do sujeito” (p. 63).

Em vez da proposição segundo a qual a máquina seria uma extensão do corpo, para a autora, o corpo seria uma extensão da máquina (p. 57), esta como promessa de superação das fragilidades do humano. Desse modo, Dias ultrapassa a utopia tecnológica e parte para uma investigação sobre onde os objetivos das corporações que fabricam esse futuro são subvertidos em prol das necessidades da vida em comum.

Assim, na segunda parte, “Arquivo, memória e espaço”, a pesquisadora elabora análises que dão escopo às reflexões da primeira. Sobre o arquivo, mira a relação do sujeito com a memória, na medida em que há uma injunção a arquivar – com Google Drive, Dropbox e as próprias postagens em redes sociais – e o deslizamento dos termos “esquecer” por “deletar” e de “lembrar” por “recuperar”. Orlandi pensa o “arquivo com memória”, ao pretender promover uma história das marcas deixadas no arquivo pelos leitores, desorganizando a leitura institucionalizada – objetivo buscado na organização do Fundo Michel Pêcheux, pertencente ao Centro de Documentação Urbana, da Unicamp. Ao passo que Dias, em movimento diverso, pensa na “memória como arquivo”, e não no “arquivo com memória”, pois quer saber sobre o funcionamento da memória regulada pelas grandes corporações através de seus algoritmos. Ou seja, a interessa a memória tornada dado.

“E quando o arquivo é o sujeito?” é a pergunta feita para uma compreensão das particularidades do sujeito na era digital. Episódio da série *Black Mirror* e filme *Her*, de Spike Jonze (2013) são analisados. Na série, a morte repentina do marido leva sua esposa a trazê-lo virtualmente de volta por meio de um *software* que lhe dá um corpo artificial a partir de tudo o que ele depositou na internet. Em *Her*, após uma separação, um solitário escritor adquire um sistema operacional presentificado por uma voz simulada, pelo qual se apaixona. Pelas análises, Dias mostra como a tecnologia produz afetos, porque o sujeito imagina realizar pela tecnologia, sem falha, o que lhe falta. O descompasso entre a completude da máquina e a incompletude do sujeito são apontados. Se amamos aquele que responde à questão “quem sou eu?” e se, para o *software*, sou tudo o que postei, só poderia me reduzir a ser uma atualização de dados. Ou seja, teria somente uma “memória metálica”, expressão cunhada por Orlandi para se referir à memória produzida pelas máquinas, pelo acúmulo, pelo retorno do dizer no intradiscorso, “o dizer repetidamente re-atualizado” (apud, p. 77). Porém, o sujeito não se reduz a isso. Constitui-se, aliás, pelo seu contrário: se a falha significa a inutilização da máquina, para o sujeito ela é “o lugar do possível, sua única possibilidade de vir a ser” (p.98).

“E quando o sujeito não cabe no arquivo?” é o título de outra seção e versa sobre resistência. São analisados movimentos que, para a autora, se esparramam da internet ao esticar “o tecido da cidade” (p. 100). Como um elástico, acomodam diferenças, mas, por outro lado, podem romper a malha urbana eventualmente. São objetos de análise a manifestação de hologramas de Madri contra projeto de segurança pública chamado de “ley mordaza”; movimento de professores do estado do Paraná contra alteração em sua previdência e mobilização de estudantes da rede pública estadual de São Paulo contra reorganização escolar, todos ocorridos em 2015. Dias diz trazer movimentos da sociedade – que seriam distintos de movimentos sociais organizados – assumindo, “talvez provisoriamente”, uma mudança nas formas de manifestação que ocorreriam “independentemente de uma organização centralizada e institucionalizada dos movimentos sociais, que passa pelo uso das

tecnologias digitais de linguagem” (p. 104). A autora não se detém em explicar em que medida essas manifestações, pelo menos no que diz respeito aos dois casos brasileiros, foram geradas sem suas organizações, APP Sindicato e grêmios estudantis. Entretanto, o digital se faz presente como instrumento de mobilização e como determinante dos sentidos na rua, por exemplo, em cartazes empunhados por estudantes com *hashtags*: “#não feche minha escola”.

Entre essas análises, que buscam materiais que afirmam formas de resistência, é lançada a noção de “memória digital”: “o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)”. (p. 105). Com isso, Dias admite a própria possibilidade de “reinventar o político e a política”, tomando Schaller (p. 118). Com “memória digital”, Dias dá escape à repetição metálica, esta que não se historiciza, inscrevendo-a no funcionamento do interdiscurso, ou seja, na história.

Nos termos da análise de discurso, a autora aponta que o digital faz a “articulação” urbana. Para Pêcheux, a articulação “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*”, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (apud, p. 107). Assim, o digital seria o discurso-transverso do urbano, a conectar metonimicamente seus elementos. No caso da manifestação composta de hologramas, por exemplo, não se trataria da substituição simétrica de pessoas pelos hologramas – pois pessoas são sujeitos de direito que poderiam ser responsabilizadas por se manifestar. Haveria uma substituição não simétrica, orientada, de pessoas por hologramas. Não uma relação de identidade, mas de perpendicularidade, de conexão: a emergência de um sujeito de dados. A partir desse passo teórico, de implantação da noção de memória digital, Dias instiga, movendo-se no terreno incômodo da contradição: “Seria, então, a manifestação de hologramas uma tentativa de reinvenção ou uma mostra visível do esvaziamento do político, um anestésico, uma

revolta confortável, um novo tipo de língua de vento, um fantasma digital nas mídias contemporâneas?” (p.118)

Em “A cidade como arquivo: mobilidade e sujeito”, a mobilidade é tomada como objeto visto que sinaliza contradições da instantaneidade e da ubiquidade dos dias atuais. Aqui, a mobilidade é pensada não apenas no espaço, mas no tempo. A mobilidade no tempo propiciada pela tecnologia geraria imobilidade no espaço? A autora sustenta que a mobilidade é definida pela conectividade dos dispositivos e sistemas, isto é, a conectividade determinaria outra forma de mobilidade: “o mover-se em rede, entre-nós” (p. 126). Ao colocar o sujeito urbano em relação com esses dispositivos, Dias propõe o termo “conectividade”: “(...) essa conectividade tem a ver com os laços sociais e com os processos de identificação dos sujeitos. Estar conectado importa mais que estar junto num espaço físico. Essa é a forma de significação da cidade contemporânea: conectividade”. (p. 127). O site feminista “Vamos juntas?”, por onde mulheres, em situações que representariam risco nas ruas, juntam-se a outras no mesmo caminho, é objeto de análise. A autora ainda se detém em análises que mostram duas formas diferentes nas quais o digital se relaciona com o ensino: canal YouTube Edu e manifestações de alunos e professores. No canal do site, é indicada uma articulação horizontal do conhecimento com o digital, num processo de descolamento do sentido da educação pela tecnologia, isto é, em que a historicidade é apagada. Já nas manifestações de professores e alunos em 2015, é detalhada uma articulação vertical em que há deslocamento dos sentidos. Em “hoje a aula é na rua”, há deslocamento dos espaços institucionais escolares por um esgarçamento do tecido urbano.

Na terceira parte do livro, “Política, língua e escritura”, a mobilidade reaparece, mas, agora, a autora tem foco voltado principalmente ao prosaico da vida. Em “A escritura de si como um gesto político ou o sujeito de dados”, Dias mostra a escritura do cotidiano – por exemplo, no funcionamento e na utilização maciça de aplicativos de trânsito/navegação como Google Maps – como constitutiva do sujeito contemporâneo. Dias leva a sério as

banalidades do dia a dia, assim como faz Hanna Arendt ao falar da banalidade do mal.

O esforço analítico volta-se, então, ao Facebook. A circulação dá eficácia ao sentido. Não à toa, diz-se “postar” em redes sociais. “O teclar é *com* alguém, o postar é *para* alguém” (p. 158). Entretanto, não há garantia de historicização. O excesso, o retorno do mesmo, muitas vezes caracterizado pela viralização, impede a significação na história. Ao enfrentar questão tão complexa, que marca inclusive o impasse político das esquerdas, a autora corajosamente pergunta: “Qual o funcionamento da memória na construção da narratividade pelas postagens no Facebook, considerando a própria maneira que o Facebook organiza essas postagens numa Linha do Tempo ou “as seleciona”, segundo critérios algorítmicos, num *feed* de notícias?” (p. 157)

Os “acontecimentos-nós” da Linha do Tempo amarram o sujeito disperso em uma unidade (nasceu, está em, começou a trabalhar, saiu do emprego...) marcando “o ponto em que a tensão completude-incompletude se estabiliza” (p. 167). Mas, se para Orlandi, a materialidade da cidade desorganiza o lugar totalizador do discurso administrativo, para Dias, a materialidade do digital também é desorganizadora, ao jogar o sujeito para fora do que é determinado pelo algoritmo. Essa desorganização ocorreria por comentários, muitas vezes conflituosos, e compartilhamentos que poderiam vir a produzir sentidos outros, em outras relações, considerando que o sentido é produzido justamente na relação.

Com a noção de narratividade como “o modo como a memória se diz”, conforme Orlandi (p. 156) e escrituração (escritura +ação) como sentido jurídico de atestação – ou seja, as postagens atestam a própria existência do sujeito – a autora apreende a memória digital em sua contradição: “a escrituração é o lugar onde esse resíduo pode ser observado. Não a escritura em si, mas a narratividade, pela maneira como a memória se diz, entre a captura do algoritmo e a liberdade do pensamento” (p. 161).

Após apresentar dessa maneira a problemática da regulação da vida pelas grandes empresas, Dias foca em questões especificamente brasileiras. “E quando o político não fala a nossa língua?” é o último capítulo.

Com epígrafe de Benveniste, que fala da instauração, pela linguagem, de “uma realidade imaginária (...) [que] traz de volta o que desapareceu” (apud, p. 171), a autora introduz o texto das últimas páginas. Apresentado em novembro de 2016 em evento na Unicamp, o texto é posterior ao impeachment de Dilma Rousseff. Impetrado por um golpe, a deposição traz tempos sombrios à memória e tal comunicação é produzida sob essas condições.

A língua é vista como um lugar de divisão, assim como a sociedade brasileira, dividida entre a elite e o povo. Se a revolução francesa não poderia deixar de implicar uma revolução linguística, conforme destaca Pêcheux, a língua é considerada uma arma de controle. O exemplo clássico disso está na ficção 1984, de Orwell, em suas descrições da novílingua. Assim, usada por regimes autoritários, é capaz de anular o discurso do outro. Para isso, subtrai-se do debate, elimina a contradição. Esse tipo de “língua” é o que a análise de discurso tem chamado de “língua de madeira”, em referência à expressão usada quando o boi, acometido pela febre aftosa, tem sua língua endurecida.

Ao se ocupar do léxico, Dias destaca a polêmica do “presidenta”, utilizado por Rousseff e objeto de deboche pela presidenta do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia ao assumir seu posto: “Eu fui estudante e sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?”, ironizou à época.

Sobre a estrutura sintática, Dias observa o discurso oficial de Michel Temer na ONU sobre “proclamar a transparência” e “se proteger do falar das massas” (p. 176). Esse discurso é contraposto ao de Dilma Rousseff, também na ONU. Embora ambos se utilizem de “língua de madeira” própria de governos, Temer naturaliza a desigualdade ao falar abstratamente em “sociedade desenvolvida”

como “aquela que garante a igualdade de oportunidades” (p. 178), enquanto Dilma enumera fatos por indicadores econômicos. A autora mostra que palavras e modos diversos de construir os discursos fazem política na língua. Lembra que não apenas Lula, que sempre fora julgado como iletrado, Dilma também virara objeto de preconceito linguístico, expressão de alienação política. Dias destaca que a língua é lugar de preconceito e alienação, mas, passível de poesia, também pode ser lugar de resistência.

As últimas páginas são dedicadas a justamente compreender como os sentidos são silenciados, mas podem resistir, de certo modo. Em “A circulação e a dimensão técnica do silêncio”, ao se referir a “Memória saturada”, de Régine Robin, traduzido do francês por ela e por Greciely Costa, a autora apresenta a fragilidade do armazenamento digital: “imenso espaço, vertigem do infinito onde tudo acaba por se perder, esquecer, inexistir” (apud, p. 187). Problematisa essa contradição (do tudo armazenar e do tudo esquecer) com Orlandi na concepção de materialidade. Não se trataria dos documentos em si perdidos, nem das ilustrações das páginas de sites e blogs não mais encontrados, mas de vestígios de uma relação não coincidente entre memória, discurso e texto (p. 188). Com proximidade da noção de “tecnologia discursiva”, de Marie-Anne Paveau, com quem coordena uma rede franco-brasileira de análise do discurso digital, Dias distingue suporte e materialidade. Como dito no início desta resenha, sua análise não está restrita ao ambiente digital. Apresenta foto de cartaz na rua com o dizer: “#fora temer golpista” como maneira de confirmar que, mesmo fora do ambiente *online*, a construção da referência discursiva se dá, hoje, pelo digital. Entretanto, mais que a *hashtag*, ou o fato de ter encontrado essa foto no Facebook, a autora chama a atenção para a dimensão política desse complexo e, por isso, não coincidente.

Desse modo, para o último capítulo, a autora volta a tocar o fulcro de sua “memória digital” ao questionar o papel da circulação na “dimensão técnica do silêncio”. Se há memória metálica – aquela que retorna no intradiscurso pela atualização de dados, pelo excesso – o que empresta “corpo” à formulação na memória digital? Se, conforme

Orlandi, a dimensão política do silêncio é seu recorte pelo dizer, quando esse recorte é técnico ou tecnológico (ou seja, quando o algoritmo determina o que devemos lembrar ou esquecer) como fica o político?

O silêncio, próprio da circulação digital, é associado aqui à asfixia do sujeito em si mesmo. Multiplicidade de dispositivos urbanos produzem padrões e identidades para o mercado e algoritmos transformam cada clique em dados para a venda de mercadorias, enquanto a quantidade enorme de dizer “apequena e indistingue os dizeres na massa de outros” (p. 190). Bolhas, vigilância, instantaneidade: silenciamento de outros sentidos possíveis.

Se em “As formas do silêncio” (1992), de Orlandi, a dimensão política do silêncio (relativa ao recorte do dizer) é relacionada à formulação, horizontal, e a dimensão fundante do silêncio é relacionada à constituição, vertical, em “Análise do discurso digital”, Dias contribui com a teoria ao relacionar a dimensão técnica do silêncio à circulação. Assim, carrega a disciplina em uma leitura exaustiva e fecunda da mestra, ao nos fazer colocar reparo onde o sentido, silenciado, vinga, ou se vinga. Do inesperado cartaz empunhado na Globo contra o golpe à ironia do meme sobre as mesóclises de Temer (“cortar-lhes-ei os direitos trabalhistas”), a autora se pauta em Orlandi, para quem o Estado significa pela falha. Dessa maneira, diz que também a dimensão técnica do silêncio funciona pela falha, como “lugar do possível, do sentido a vir” (apud, p. 194). É assim que Orlandi, em seu prefácio, pode cancelar o esforço de Dias, sendo capaz de afirmar que, se resta sempre o desafio, “o passo teórico foi dado”.

*Mariana Garcia de Castro Alves*

Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas